



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JOSÉ WILSON ASSIS NEVES JUNIOR

**NOVAS FONTES PARA COMPREENDER A CENSURA
PRÉVIA MILITAR:
UMA ANÁLISE DO ARQUIVO CENSURADO DO JORNAL
CATÓLICO O SÃO PAULO (1972-78)**

Londrina
2016

JOSÉ WILSON ASSIS NEVES JUNIOR

**NOVAS FONTES PARA COMPREENDER A CENSURA
PRÉVIA MILITAR:
UMA ANÁLISE DO ARQUIVO CENSURADO DO JORNAL
CATÓLICO O SÃO PAULO (1972-78)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Lanza

Londrina
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Neves Junior, José Wilson Assis.

Novas fontes para compreender a censura prévia militar : uma análise do arquivo censurado do jornal católico O São Paulo (1972-78) / José Wilson Assis Neves Junior. - Londrina, 2016.
162 f.

Orientador: Fabio Lanza.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Política Brasileira - Teses. 2. Igreja Católica e Teologia da Libertação - Teses. 3. Ditadura militar no Brasil (1964-1985) - Teses. 4. Censura prévia militar (1972-1978) - Teses. I. Lanza, Fabio. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

JOSÉ WILSON ASSIS NEVES JUNIOR

**NOVAS FONTES PARA COMPREENDER A CENSURA PRÉVIA
MILITAR:
UMA ANÁLISE DO ARQUIVO CENSURADO DO JORNAL CATÓLICO
O SÃO PAULO (1972-78).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fabio Lanza
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profª Drª Maria José de Rezende
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Rodrigo Czajka
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Londrina, 21 de julho de 2016.

Dedico este trabalho ao meu avô
Durval Neves, jornalista brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Fabio Lanza, tanto pelo empenho e dedicação que demonstrou para comigo nesta importante fase acadêmica quanto pela amizade e apoio que me disponibilizou no decorrer de todo este processo de formação.

À Professora Maria José de Rezende não só pela participação e contribuições realizadas nos processos de qualificação e defesa desta dissertação, como também pelo conhecimento proporcionado durante estes anos, os quais foram essenciais para minha trajetória.

Ao Professor Rodrigo Czajka por se disponibilizar a participar e contribuir para este importante processo de formação, assim como aos Professores Ronaldo Baltar e Jefferson Rodrigues Barbosa, enquanto suplentes e docentes de destaque em minha vida acadêmica.

À minha família, particularmente aos meus pais, que sempre me apoiaram em minhas decisões e estiveram ao meu lado em momentos de dificuldade.

Em especial gostaria de agradecer à minha namorada, amiga e companheira de trabalho Ana Claudia pelo constante apoio e incentivo que sempre me ofereceu, os quais foram essenciais nestes anos.

Aos colegas que me auxiliaram na construção do conhecimento, pelos amplos debates, pelo incentivo e apoio, agradeço especialmente meus amigos de longa data Pedro Rossi, que com sua alegria contagiante me auxiliou em difíceis períodos, e Luiz Fernando Pereira, que caminhou comigo durante todo o processo de formação acadêmica, sempre proporcionando debates enriquecedores e momentos de descontração bem humorada.

Agradeço, por fim, à CAPES pela disponibilização da bolsa de pesquisa, sem a qual não poderia ter me dedicado exclusivamente à elaboração deste trabalho.

Quem conseguiria traçar no arco-íris uma linha que demarcasse o fim da matriz violeta e o início da laranja? Percebemos com clareza a diferença entre as cores, mas onde exatamente elas começam a se misturar umas com as outras? Assim acontece com a razão e a loucura.

Hermann Melville

Neves Junior, José Wilson Assis. **Novas fontes para compreender a censura prévia militar**: uma análise do arquivo censurado do jornal católico *O São Paulo* (1972-1978). 2016. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

Utilizando o arquivo de matérias e documentos censurados durante a década de 1970 pela ditadura militar brasileira (1964-1985), do jornal católico *O São Paulo*, que foram preservadas e publicizadas pelo CDPH-UEL, a pesquisa buscou compreender a imposição da censura prévia ao meio de comunicação social paulistano a partir de seu próprio prisma. As fontes foram analisadas sob uma perspectiva histórica, que privilegiou as mudanças sociais, utilizando, como fundamento, os métodos da análise documental e de conteúdo, com o anseio de sanar determinadas lacunas referentes à relação estabelecida entre o clero católico libertador paulistano e a ditadura militar brasileira, principalmente considerando os três anos a mais de imposição da censura ao jornal em comparação com os demais órgãos da imprensa escrita nacional. O horizonte da pesquisa foi delineado por três principais categorias de análise, sendo elas: 1º A visão sobre a imposição da censura prévia pelo prisma do jornal *O São Paulo*; 2º Posicionamento do semanário católico *O São Paulo* em relação à ideologia da doutrina de Segurança Nacional; 3º as divergências estabelecidas em relação aos conceitos de Estado e democracia que representaram e perpassaram os documentos censurados do semanário *O São Paulo*. O trabalho empreendido permitiu, dessa forma, discernir a existência de um debate político-ideológico, que permeou os documentos censurados do jornal paulistano, estabelecido entre uma perspectiva liberal da Teologia da Libertação em oposição a doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra. Destacou-se também a ambiguidade exposta pela equipe editorial do jornal no que tange à defesa dos direitos liberais limitados a visão de mundo religiosa, principalmente no que diz respeito ao consentimento para com a existência de um determinado tipo de censura que seria benéfico para a sociedade ao mesmo tempo em que se critica a imposição da censura prévia em defesa da liberdade de expressão.

Palavras-chave: Política brasileira. Ditadura militar (1964-1985). Igreja católica e teologia da libertação. Censura prévia militar. Pensamento social brasileiro.

Neves Junior, José Wilson Assis. **New sources to understand the military censorship:** The analyses of the censored files from the catholic newspaper *O São Paulo* (1972-1978). 2016. 162 p. Dissertation (Masters in Social Sciences) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ABSTRACT

Utilizing the file of news and documents censored during the decade of 1970, by Brazilian's military dictatorship (1964-1985), from the catholic newspaper *O São Paulo*, which were preserved and publicized by the CDPH-UEL, the research sought to understand the imposition of the military censorship to this media, from its own point of view. The sources were analyzed under an historical perspective, focused on social changes, utilizing the methods from the documental analysis and content analysis, trying to remedy certain gaps regarding to the relation established between liberator catholic clergy of São Paulo and the Brazilian's military dictatorship, especially considering the three more years of censorship imposition to their newspaper comparing to other national medias. The research horizon was determined by three principal categories of analysis, which were: 1º The vision of the newspaper *O São Paulo* about the censorship imposition; 2º The catholic newspaper position regarding the National Security doctrine ideology; 3º the established disagreements regarding the concepts of State and democracy that represented the censored files of the newspaper *O São Paulo*. This research allowed discern the existence of a political-ideological debate, in the censored pages from the catholic newspaper, established between a Liberation Theology's liberal perspective in opposition to the Escola Superior de Guerra's National Security doctrine. It was also evidenced the ambiguity showed by the editorial staff regarding to the defense of the liberal rights limited by the religious point of view, especially in the matter of consenting the existence of a certain kind of censorship that would be profitable to society at the same time they criticize the military censorship imposition defending the freedom of expression.

Key words: Brazilian's politic. Military dictatorship (1964-1985). Catholic church and liberations theology. Military censorship. Brazilian's social contemplation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADESG – Associação dos Diplomados pela Escola Superior de Guerra
AI-2 – Ato Institucional número 2
AI-5 – Ato Institucional número 5
AIB – Ação Integralista Brasileira
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BBC – British Broadcasting Corporation
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CDPH-UEL – Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEDIC – Centro de Documentação e Informação Científica
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CIA – Central Intelligence Agency
CIEX – Centro de Informações do Exército
CISA – Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CNBB – Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPT – Comissão Pastoral de Terra
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEDOC – Departamento de Documentação da Editora Abril
DIP – Departamento de Imprensa e de Propaganda
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JEC – Juventude Estudantil Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JOSP – Jornal O São Paulo
JUC – Juventude Universitária Católica
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
ME – Movimento Estudantil
NWC – National War College
OBAN – Operação Bandeirantes
ONU – Organização das Nações Unidas
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PO – Pastoral Operária
PUC – Pontifícia Universidade Católica
PT – Partido dos Trabalhadores
SNI – Serviço Nacional de Informação
SP – São Paulo
STF – Supremo Tribunal Federal
TFP – Tradição Família e Propriedade
UEE – União Estadual dos Estudantes
USP – Universidade de São Paulo
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – O SÃO PAULO CENSURADO	17
1.1 O ARQUIVO DE DOCUMENTOS E MATÉRIAS VETADAS DO SEMANÁRIO CATÓLICO O SÃO PAULO: CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA PRESERVAÇÃO.....	18
1.2 A ELABORAÇÃO E PUBLICIZAÇÃO DO ARQUIVO CENSURADO D'O SÃO PAULO.....	30
1.3 A LUTA DO SEMANÁRIO CATÓLICO PAULISTANO CONTRA A IMPOSIÇÃO DA CENSURA PRÉVIA	33
CAPÍTULO II– RELAÇÕES ENTRE ESTADO, SEGURANÇA NACIONAL E IMPOSIÇÃO DA CENSURA PRÉVIA AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	47
2.1 A REALIDADE NACIONAL E INTERNACIONAL QUE POSSIBILITOU A LEGITIMAÇÃO DA CENSURA.....	48
2.2 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E O ESTADO DITATORIAL MILITAR	55
CAPÍTULO III – COMPREENDENDO A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO PELO PRISMA DO SEMANÁRIO CATÓLICO O SÃO PAULO	87
3.1 CATOLICISMO LIBERTADOR E AS MUDANÇAS SOCIAIS NO BRASIL	88
3.2 A SUPOSTA SUBVERSÃO AO MARXISMO	107
3.3 O EMBATE ERA POLÍTICO-IDEOLÓGICO	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	138
ANEXOS	147
ANEXO I	148
ANEXO II	150

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto a compreensão dos temas abordados pelo clero paulistano da Teologia da Libertação que foram considerados como subversivos pela censura prévia militar (1972-1978), tendo como fonte de pesquisa o arquivo de matérias e documentos vetados, pela ditadura militar brasileira (1964-1985), do semanário católico *O São Paulo*, que se encontram preservados e disponibilizados virtualmente para consulta.¹

A opção pelo semanário católico *O São Paulo* se justifica pelo fato dele próprio ter se consolidado como um dos últimos meios de comunicação da imprensa escrita a serem liberados da imposição da censura prévia – diferente dos demais órgãos da imprensa escrita, que foram dispensados da censura a partir de 1975, o jornal *O São Paulo*, juntamente com o *Movimento* e o *Tribuna de Imprensa*, foi mantido velado pela censura prévia até o ano de 1978 (MARCONI, 1980).

Não deixando de salientar, contudo, que a politização do semanário católico em oposição ao regime ditatorial militar só se consolida de fato em 1970, segundo Lanza (2006), podemos classificar a existência de três fases distintas desse meio de comunicação católico, que são definidas pela liderança da Arquidiocese de cada um desses períodos, sendo elas: fase ultramontana (1956-1964), altamente conservadora; fase de transição (1964-1970), na qual passa a coexistir nas páginas do semanário dois posicionamentos ideológicos distintos; fase progressista (1970-1985), na qual o jornal assume sua postura em defesa dos oprimidos sociais e em crítica e denúncia às atrocidades cometidas pelo regime instituído pelos militares.

O período de imposição da censura prévia ao jornal *O São Paulo* se caracteriza pela veiculação, ou pelo menos a tentativa, dos ideais religiosos vinculados ao catolicismo libertador. Destacando que essa parcela do clero católico considerava que

“A América Latina está em plena fase de transformação”. Este fenômeno não pode deixar os católicos indiferentes por razões diametralmente opostas. O presidente da Conferência de Medellín, o cardeal Landazuri, fala da necessidade de “engajar-se ao lado dos

¹ A obra “Fontes sobre a ditadura militar: matérias e documentos censurados do jornal ‘O São Paulo’ (1972-1978)” encontra-se disponível no endereço eletrônico: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligioses/pages/paginas-censuradas-d-o-sao-paulo.php> (acessado em 07 de agosto de 2015 as 15h27min).

esforços de emancipação”, de “se identificar com os pobres do continente” e de exercer “a função profética do amor: denunciar o que oprime o homem”. (*O São Paulo*, Na América Latina: Os cristãos entre a ditadura e a revolução, maio de 1976).²

Assim, conforme apresenta Wanderley (1978), o catolicismo libertador da Teologia da Libertação se caracterizou pela mudança de posicionamento de uma parcela do clero latino-americano, que buscou, em grande parte, consolidar uma integração temporal-espiritual que atendessem as demandas populares impostas à realidade social da época. Dessa forma, a Teologia da Libertação rompia com a preferência histórica da Igreja Católica pelas elites, pregando a atuação do clero em favor das camadas populares (pobres, trabalhadores, estudantes, perseguidos políticos) – não deixando de salientar que o catolicismo libertador não se consolidou como um todo coeso, sendo que o mesmo decorreu de um processo de cisão entre diferentes segmentos do clero latino americano (WANDERLEY, 2007).

No ano de 2012, o projeto 07868 “Estudos sobre Religiosidades e Mídia Religiosa”³, vinculado com o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (CDPH-UEL), iniciou o processo de preservação do arquivo de documentos e matérias vetadas, de forma prévia, pela ditadura militar brasileira durante a década de 1970, do semanário católico *O São Paulo*.⁴ Tendo como proposta a digitalização e publicização do arquivo do jornal paulistano, foi estabelecido um vínculo institucional com a Arquidiocese de São Paulo⁵ e com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

A partir do levantamento bibliográfico notou-se a escassa produção referente a temática da imposição da censura prévia ao jornal católico *O São Paulo*, no que tange às Ciências Sociais, sendo que neste particular campo do conhecimento encontra-se disponível: a tese de doutorado do Prof. Dr. Fabio Lanza⁶

² Matéria disponível no endereço eletrônico:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFSE1nUEdKTVdfQ1k/view> (acessado em 04/02/2016 as 17h15min).

³ Protocolado pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, sob à coordenação do Prof. Dr. Fabio Lanza.

⁴ As matérias já haviam sido previamente disponibilizadas para a elaboração da tese de doutorado (LANZA, 2006) defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

⁵ Responsável pela editoração do jornal semanário *O São Paulo*.

⁶ Lanza (2006) apresenta o desenvolvimento e as transformações históricas ocorridas no jornal *O São Paulo*, que vieram a culminar na imposição da censura prévia militar ao mesmo, em 1972, distinguindo a existência de três fases desde sua fundação até o final da censura prévia: conservadora ultramontana (1956-1964); transitória (1964-1970), progressista (1970-1978).

(2006), e os trabalhos de conclusão de curso de Neves Junior (2013) e Brito (2013). Sendo que as demais produções referentes ao semanário católico durante o período de imposição da censura prévia se encontram vinculadas aos campos da Teologia (SOUZA, 2009; PEREIRA, 1982).

Conforme apresenta Souza (2012), os pesquisadores que abordam a temática da censura consideram a possibilidade de utilização das matérias e documentos censurados, que foram preservados por alguns meios de comunicação brasileiros, como forma de analisar e recolher informações sobre as características e objetivos da censura, nessa perspectiva

Glaucio Ary Dilon Soares (1989) informa que o *Jornal do Brasil*, por exemplo, elaborou um "livro negro" da censura. A *Folha de S. Paulo* disponibilizou em suas páginas na internet, por ocasião dos noventa anos de publicação do jornal, algumas edições censuradas. O jornal *O Estado de S. Paulo* possui esse material em seu acervo. A revista *Veja* também possui um acervo (o arquivo *Dedoc* da *Editora Abril*), organizado em pastas e classificado por tema (SOUZA, 2012, p. 76).

Salientando, ainda, que "Como expressão de uma prática vivenciada pelos censores e jornalistas, os vetos refletem a multiplicidade de ângulos sob os quais o Estado autoritário e a imprensa escrita se manifestaram no período" (AQUINO, 1999, p. 205).

Deve ser destacada, ainda, a atual emergência de trabalhos científicos que se incumbem de analisar documentos inéditos provenientes do período de ditadura militar, que fornecem novas perspectivas analíticas para o campo das Ciências Sociais, como é o caso de Silva (2014), que analisa documentos do IBGE que contestam a suposta insatisfação da população brasileira para com o governo de João Goulart.

A análise preliminar da bibliografia levantada permitiu discernir um ponto central nas obras apresentadas, que se encontra na preocupação em demonstrar como a censura militar atuou de maneira a impedir a disseminação de informações que deturpassem a imagem das Forças Armadas e de seu regime ditatorial, instaurado com o Golpe de 1964. Contudo, é pertinente ao campo das Ciências Sociais questionar se de fato a imposição da censura prévia e a rotulação de subversivo ao clero da Teologia da Libertação ocorreu somente pela elaboração

de críticas ao regime ditatorial, ou se o fenômeno se estendeu à proibição da difusão de temáticas contraditórias aos princípios que orientaram a ditadura militar brasileira.

Este trabalho tem por intuito superar as lacunas impostas em decorrência da existência do extenso aparato coercitivo/repressivo militar, principalmente no que tange à censura prévia. Dessa forma, a análise do arquivo de matérias e documentos censurados do jornal *O São Paulo* nos permite compreender a problemática de como a abordagem de determinadas temáticas referentes a perspectiva do catolicismo libertador se relacionaram com o extenso período de imposição da censura prévia ao meio de comunicação católico (1972-1975), em comparação com os demais jornais brasileiros.

São apresentadas, portanto, as análises das matérias censuradas do semanário católico *O São Paulo* com a premissa de discernir a existência de um embate político-ideológico estabelecido entre o jornal católico paulistano e a doutrina de Segurança Nacional – considerando que a veiculação de discursos contrários aos ideais defendidos pela doutrina da Escola Superior de Guerra determinou o longo período de imposição da censura prévia ao jornal (1972-1978), em comparação aos demais meios de comunicação da imprensa escrita brasileira (1972-1975).

Partilha-se aqui da perspectiva proposta por Furtado (1964), que estabelece um diálogo teórico entre a concepção dialética da história e as teorias da mudança social, proporcionando um modelo analítico de maior dinamização para a compreensão das transformações sociais, sendo que “o modelo dinâmico seria aquele que nos permite definir todos os valores que apresentará a variável em observação na fase de transição da posição inicial para a final” (FURTADO, 1964, p. 21).

Furtado (1964) compartilha da premissa de Hegel, segundo o qual a sociedade está obrigatoriamente submetida a um constante desenvolvimento e altamente articulada e interdependente – sendo assim, as mais pequenas transformações em um determinado setor da vida social gerariam um processo (comumente imperceptível, ainda que não como regra geral) de adequação por parte dos outros setores sociais.

Como nos mostra Furtado (1964), essas transformações, e o próprio desenvolvimento social e econômico, são decorrentes de processos sociais que podem ocorrer em dois campos diferentes da vida social: na cultura material, ou infra-estrutura, (como exemplos: o sistema de produção e inovações técnicas); e na

cultura imaterial, ou superestrutura, (como exemplos: as heranças culturais, inserção de ideologias estrangeiras, entre outros).

Dessa forma, se toma como premissa a necessidade de analisar o contexto histórico a partir desse ponto de vista histórico, a fim de compreender a dinâmica dos eventos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos que desencadearam a consolidação de um contexto propício para a ocorrência dos determinados fenômenos que se almeja estudar.

É necessário também destacar a classificação atribuída, a partir das contribuições de Raymundo Faoro, às Forças Armadas, que são tomadas aqui como um estamento tecnoburocrático – historicamente consolidado enquanto grupo de poder de destaque no cenário político brasileiro.

O trânsito de um tipo de modernização para outro tipo está vinculado ao Exército, cuja atividade política adquire substância e relevo na era republicana, depois do longo ostracismo imperial, mal avaliado pelos historiadores seu papel na fase colonial. Interpretada a força armada como expressão de classes, ou mesmo de camadas sociais, será ininteligível sua função, que reduz os esquemas a peças incongruentes. Ela não compõe apenas um ramo da burocracia, como não constitui uma classe, representando sua ideologia. Integra-se no estamento condutor, com presença própria no quadro do poder (FAORO, 2012, p. 835).

Tendo em vista essas considerações iniciais, tomou-se como horizonte a análise dos artifícios utilizados pelos militares do alto escalão das Forças Armadas (e de seu domínio estamental do Estado) na busca da consolidação de seu domínio político-ideológico em meio a sociedade civil brasileira, salientando ainda que, ao considerarmos o estamento militar enquanto grupo social, tomamos como premissa a representação de sua filosofia/ideologia como consolidada pela doutrina de Segurança Nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra.

A partir das fontes documentais provenientes do arquivo de matérias e documentos vetados do semanário *O São Paulo*, e do suporte bibliográfico levantado, a pesquisa compreendeu a imposição da censura prévia ao meio de comunicação social católico, privilegiando a própria percepção do jornal em relação às características e aos objetivos político-sociais da inserção da censura em sua redação, tendo como base analítica o embate estabelecido pelo semanário em relação à perspectiva político-ideológica da doutrina de Segurança Nacional.

A utilização da perspectiva de análise comparativa se dá pelo caráter enriquecedor que esta proporciona para a pesquisa nas Ciências Sociais, estabelecendo, assim, um diálogo entre os diferentes posicionamentos assumidos pela sociedade brasileira, definindo as correntes ideológicas que os fundamentavam, frente a imposição da censura prévia. Dessa forma, parte-se da concordância de que

A qualidade e a validade de uma pesquisa resultam, por sua vez, em boa parte, das precauções de ordem crítica tomadas pelo pesquisador. De modo mais geral, é a qualidade da informação, a diversidade de fontes utilizadas, das corroborações das intersecções, que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento à uma análise (CELLARD, 2012, p. 305).

Para tanto, Cellard (2012) orienta sobre o caráter indutivo que deve direcionar o pesquisador que se prontifique a realizar análises de documentos, ressaltando a necessidade de se estabelecer determinadas diretrizes que devem ser formuladas a partir de um longo processo de pré análise dos documentos e de acúmulo de conhecimento prévio sobre o contexto no qual eles foram produzidos, essas categorias terão por atribuição orientar o decorrer da pesquisa – sem que restrinjam as possibilidades de ampliação dos resultados e análises.

Este trabalho define, então, as seguintes categorias de análises que nortearão o desenvolver da dissertação: 1º A visão sobre a imposição da censura prévia pelo prisma do jornal *O São Paulo*; 2º Posicionamento do semanário católico *O São Paulo* em relação à ideologia da doutrina de Segurança Nacional; 3º As divergências estabelecidas em relação aos conceitos de Estado e democracia que representaram e perpassaram os documentos censurados do semanário *O São Paulo*.

Dessa forma, a obra se encontra dividida em três partes, sendo que: no primeiro capítulo foram expostos os procedimentos metodológicos utilizados na investigação e na elaboração do arquivo digitalizado do jornal católico, assim como a análise do posicionamento assumido pela equipe editorial do jornal em relação à imposição da censura prévia; no segundo capítulo foram abordadas as percepções do semanário católico no que diz respeito ao Estado ditatorial e a doutrina de Segurança Militar da Escola Superior de Guerra; e no terceiro e último capítulo foi elaborada a compreensão do posicionamento político-ideológico assumido pelo catolicismo libertador nas páginas censuradas do jornal *O São Paulo*, demonstrando

como esse posicionamento determinou a imposição da censura prévia por um período superior de tempo em relação aos demais órgãos da imprensa escrita.

CAPÍTULO I - O SÃO PAULO CENSURADO

Em junho de 1978, a equipe editorial do jornal católico *O São Paulo* produziu uma matéria expondo o depoimento de Dom Amaury Castanho⁷ sobre a imposição da censura prévia militar ao meio de comunicação – Amaury foi diretor do jornal paulistano até o ano de 1974, presenciando os primeiros anos de imposição da censura prévia ao semanário. A matéria a qual nos referimos foi vetada pela censura militar, não chegou, portanto, a ser publicada nas edições do semanário – considerando sua relevância para esta pesquisa o documento mencionado encontra-se disponível no **ANEXO I**.

Assim como a matéria que apresenta o depoimento do antigo diretor do jornal, em decorrência da imposição da censura militar, outras matérias foram proibidas de serem veiculadas no meio de comunicação, textos que abordavam diferentes temáticas e problemáticas político/econômico/sociais que caracterizavam o período histórico no qual se encontravam inseridos – conforme denunciado no depoimento de Amaury, até mesmo documentos oficiais da Santa Sé foram vetados pela censura prévia.

A presente pesquisa contribuiu com a organização, preservação do arquivo das matérias vetadas pela ditadura militar brasileira (1964-1985), do semanário *O São Paulo*, que até março de 2015 se encontravam restritas ao acesso particular junto a Arquidiocese paulistana. Esse processo foi iniciado no ano de 2013 quando conseguimos firmar a parceria entre o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (CDPH-UEL), Fundação Metropolitana Paulista da Arquidiocese de São Paulo, responsável pelo jornal católico, e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com o intuito de publicizar (*on line*) o arquivo de documentos históricos provenientes do período de imposição da censura prévia ao meio de comunicação católico.

⁷ O documento contendo o relato do antigo diretor do jornal está atualmente disponibilizado no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFSUs4UFoyTE5sSjA/view> (acessado em 05/01/2015 as 18h03min).

1.1 O ARQUIVO DE DOCUMENTOS E MATÉRIAS VETADAS DO SEMANÁRIO CATÓLICO O SÃO PAULO: CAMINHOS METODOLÓGICOS NA PERSPECTIVA DA PRESERVAÇÃO E PUBLICIZAÇÃO

O arquivo censurado do semanário católico *O São Paulo* foi, primeiramente, disponibilizado na forma de cópias para a tese de doutorado de Lanza (2006) desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).

A partir da execução do projeto “Estudos sobre Religiosidades e Mídia Religiosa” cadastrado, sob o n. 0768, na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, dos vínculos estabelecidos com o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL, com o Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP⁸ e com a equipe editorial e administrativa do jornal católico *O São Paulo*, foi retomado o processo de análise das matérias e documentos censurados, de forma prévia, pela ditadura militar brasileira durante a década de 1970. Nesse processo, um dos objetivos foi a formulação de um arquivo digital que pudesse socializar o material documental, para os demais pesquisadores e para a comunidade externa.

A grande importância desse processo ocorre pela característica inédita do material em questão, salientando a escassa produção acadêmica relacionada ao semanário católico, sendo constatada a partir do levantamento bibliográfico, a tendência da maioria dessas produções já existentes foi vinculada ao campo da Teologia católica.

As contribuições de May (2004) apontam a amplitude de riquezas que podem ser absorvidas do processo de pesquisa documental, tendo em vista que determinados documentos:

têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente ou a longo prazo; eles também constituem leituras particulares dos eventos sociais. Eles nos falam sobre aspirações e intenções dos períodos aos quais se referem e descrevem lugares e relações sociais de uma época na qual podíamos não ter nascido ainda ou simplesmente não estávamos presentes (MAY, 2004, p. 205).

⁸ Ao longo do estágio pós-doutoral do Prof. Fabio Lanza com apoio financeiro do CNPq no ano de 2014/2015.

A pesquisa documental pode fornecer, dessa maneira, uma valiosa fonte na qual o pesquisador pode encontrar descrições de eventos ou estruturas do passado, ou como estes foram justificados e questionados pelos diferentes grupos sociais envolvidos.

No caso do arquivo censurado do jornal semanário católico *O São Paulo*⁹, o pesquisador pode encontrar uma gama de fontes discursivas representantes dos diferentes grupos sociais e os ideais defendidos por estes no contexto de ditadura militar brasileira, tais como os discursos oficiais dos membros da cúpula do poder militar e seus subordinados e os discursos de diferentes formações sociais que questionavam a legalidade do *status quo* instituído pelo Golpe de 1964: manifestações populares, movimentos sociais (como o Movimento Operário e o Movimento Estudantil) e discursos dos próprios religiosos vinculados à Teologia da Libertação, entre outros. Notemos, como exemplo, a matéria vetada “Os mestres falaram, e agora?” na qual são expostas as demandas dos juristas que compunham o corpo docente na Faculdade do Largo do São Francisco da Universidade de São Paulo (USP):

Aspecto que merece atenção é apelo para a volta do Estado de Direito. Somente assim é que se dissolverão os equívocos funestos oriundos da falsa concepção do binômio “segurança e desenvolvimento”: “proclamamos que o Estado de Direito é sempre primeiro, porque primeiro estão os direitos e segurança da pessoa humana. Nenhuma idéia [*sic*] de Segurança Nacional e de Desenvolvimento prepondera sobre a idéia [*sic*] de que o Estado existe para servir o homem” (*O São Paulo*, Os mestres falaram, e agora?, 10 de agosto de 1977).¹⁰

O posicionamento crítico assumido pelos juristas do Largo do São Francisco em relação ao determinismo desenvolvimentista como cerne principal da política de Segurança Nacional, assim como a luta pela restauração do Estado de Direito, se consolida, conforme é apresentado no decorrer do trabalho, enquanto parte das demandas centrais do jornal católico paulistano.

Em outra matéria proveniente do arquivo censurado do jornal católico paulistano, podemos perceber a difusão de demandas do sindicato dos

⁹ Disponibilizado no endereço eletrônico:

<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligioses/pages/paginas-censuradas-d-o-sao-paulo.php>

¹⁰ O documento citado encontra-se disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFRHRMSGE3emYtR0E/view> (acessado em 24/02/2016 as 13h50min).

metalúrgicos de Santo André, a partir da tentativa de publicação de uma entrevista realizada com o então presidente do sindicato Francisco Chagas Barros e com um sacerdote (incógnito) assistente da Pastoral Operaria (PO) de Santo André:

O sr. vê alguma relação entre a paralisação nas indústrias e a política salarial do governo?

Barros – A relação existe. Se a política salarial fosse mais aberta, onde os salários fossem um pouco mais condizentes com a situação atual, os trabalhadores não teriam chegado a esse ponto. Isto é consequência da política salarial. Não é possível ao trabalhador manter a família com reajustes que não cobrem o custo de vida.

Assistente da P.O. – A relação é direta. Foi a diminuição do poder aquisitivo dos operários que motivou a greve (*O São Paulo*, s/n, s/d).¹¹

É importante atentarmos ao fato de que nessa matéria em especial o jornal demonstra como as demandas de determinados segmentos sociais (movimento operário) se assemelham às perspectivas de parcelas do clero nacional. No decorrer da dissertação é explorada a preocupação do jornal *O São Paulo* para com os problemas decorrentes da concentração de renda e para com o estabelecimento de uma justiça social em meio a sociedade brasileira.

Apresentemos ainda o espaço reservado aos intelectuais católicos, destacando Alceu Amoroso Lima que, como nos mostra Rodrigues (2011), ascende no meio intelectual brasileiro a partir de sua conversão e vinculação ao Centro Dom Vital, estando fortemente influenciado (durante um longo período de sua trajetória intelectual) às ideias ultramontanas/integralistas de Jackson de Figueiredo, vindo a adotar futuramente o pseudônimo de Tristão de Athayde. Salienta-se que, em sua terceira fase, Alceu Amoroso Lima passa a criticar a ditadura militar brasileira, sendo encontrada nas páginas censuradas, de forma prévia pela ditadura militar, do jornal *O São Paulo* uma matéria atribuída a seu pseudônimo, afirmando que sendo um dos que

Não acreditam nessa proliferação do esquerdismo radical clandestino, nem posso admitir, sem provas, a veracidade de documentos apócrifos, a conclusão é que os métodos até agora empregados pela revolução da direita, institucionalizada, para combater a revolução da esquerda clandestina se revelam ineficazes e contraproducentes. Pois das duas uma. Ou as denúncias eram

¹¹ Atentemos ao fato de que a matéria censurada não possui nenhum tipo de informação referente à sua autoria, título ou data de produção, demandando assim um grande empenho por parte do pesquisador para tentar discernir as informações a partir do conteúdo disponível no decorrer do texto, destacando as limitações que se colocam para o pesquisador em casos como este. O documento pode ser visualizado no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFdTFpZk91ZnEySmM/view> (acessado em 22/03/2016 as 14h39min).

falsas e puramente estratégicas ou maquiavélicas, para amedrontar a oposição e facilitar uma vitória eleitoral do Governo nas últimas eleições, à força do medo. Ou essas denúncias são verdadeiras e só mostram que o método de repressão é ineficaz e precisa de ser completamente reformulado (*O São Paulo*, Na Lei da Selva, dezembro de 1976).¹²

É importante perceber que o jornal católico paulistano, em sua fase libertadora, abre espaço para Alceu Amoroso Lima em suas páginas, e que, apesar da existência de divergências político-ideológicas entre o intelectual católico e a equipe editorial do semanário, torna-se perceptível a existência de pontos de questionamento em comum entre eles, como o caráter anacrônico da continuidade de imposição do Estado de Segurança Nacional.

Como esse não é, em si, o objeto principal deste trabalho, apresentaremos um último exemplo das distintas formações político-ideológicas que encontravam no jornal *O São Paulo* um potencial meio de veiculação de seus ideais e demandas, sendo este o Movimento Estudantil (ME) brasileiro, em seus diversos níveis:

No momento atual, o DCE da USP está avaliando os rumos tomados até hoje pelo ME, criticando o “agitacionismo” e o afastamento das lideranças dos problemas que os estudantes enfrentam cotidianamente. Em vista disso, O DCE retoma o trabalho de base, procurando atender as necessidades que os estudantes sentem mais vivos: curriculum, perspectiva profissional, conteúdo do ensino ministrado, etc. Desta maneira pretende-se ligar o debate político aos interesses mais próximos e concretos (*O São Paulo*, s/n, 1972).¹³

Nota-se que a matéria acima reforça a realidade vivida pelas páginas censuradas do jornal católico de abrir espaço para diferentes mobilizações sociais, que, contudo, só eram apoiadas pelo clero paulistano quando convergiam com as limitações impostas pela doutrina social da Igreja – temática que será abordada com maior amplitude no terceiro capítulo. Dessa forma, apoiar o Movimento Estudantil não significou o apoio incondicional do semanário a todos os segmentos que consolidaram a mobilização, mas sim às parcelas que apresentavam

¹² Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFMk1FazJpWtM3Rmc/view> (acessado em 08/10/2015 às 21h15min).

¹³ O documento também não possui referência no que diz respeito à autoria, título e data precisa de produção, ficando restrita ao ano de 1972, e encontra-se disponibilizado no endereço eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFNXBmdGZEdEtacnM/view> (acessado em 25/02/2016 as 13h50min).

demandas sócio-políticas que convergiam com a perspectiva do catolicismo libertador.

É necessário salientar, neste ponto, que certos documentos produzidos apresentam a tendência de expressar a subjetividade de um determinado grupo social nos contextos históricos, sociais, econômicos e políticos específicos nos quais eles foram produzidos. Ao tomar conhecimento dessa característica típica das fontes documentais, o pesquisador, ou grupo de pesquisadores, se depara com uma condição primordial que deve anteceder qualquer pesquisa documental que se almeja empreender: a acumulação de conhecimento prévio sobre os contextos no qual o documento foi produzido.

Dessa forma, qualquer pesquisador que se proponha a realizar uma pesquisa documental que tenha como fontes as matérias vetadas d'*O São Paulo* deve, obrigatoriamente, antes de dar início a sua pesquisa documental, realizar um levantamento bibliográfico de autores das Ciências Sociais e da História que exponham noções, mesmo que básicas, sobre o contexto de ditadura militar no Brasil e sobre o que foi a Teologia da Libertação, como pode ser percebido no decorrer deste trabalho.

O pesquisador que desprezar essa orientação básica poderá comprometer todo o desdobrar de sua pesquisa, pois devemos considerar que o documento por si só expõe posicionamentos particulares de grupos sociais inseridos em contextos específicos – nos quais muitas vezes um determinado conceito pode conter um significado totalmente distinto do que possui no contexto no qual o pesquisador se encontra – que devem ser distinguidos pelo pesquisador a partir do processo analítico (CELLARD, 2012).

Conforme apresentado anteriormente, as contribuições de Moreira (2006) apontam a existência de duas diferentes grandes categorias de fontes documentais¹⁴, classificadas pela autora como: fontes primárias, que possuem

¹⁴ A opção pela divisão proposta por Moreira (2006) se deu pelo fato de facilitar a elaboração do arquivo digital do semanário *O São Paulo*, não ignorando, contudo, as contribuições de May (2004) a respeito de suas três grandes categorias de fontes documentais e seus respectivos subgrupos: fontes primárias, secundárias e terciárias; documentos públicos e privados; fontes solicitadas e não solicitadas. A perspectiva de análise apresentada por May (2004), apesar de favorecer o enriquecimento da análise documental no que tange ao campo qualitativo da pesquisa, acabaria por impor um sistema complexo que dificultaria o processo de busca dos documentos do semanário no site criado com o intuito de disponibilizar esse material. Ademais, o extenso período de tempo que seria destinado para analisar o número consideravelmente amplo de documentos do arquivo censurado do jornal católico acabou por impedir a utilização da classificação ampla apresentada pelo autor.

caráter restrito quanto a sua disseminação na sociedade e/ou são elaborados como documento oficial de uma determinada instituição (documentos institucionais ou oficiais, cartas privadas ou mesmo escritos pessoais), e fontes secundárias, as quais são elaboradas com o intuito de serem disseminadas para a população em geral, ou pelo menos para uma parcela considerável da mesma, ou seja, encontram-se disponíveis para toda a sociedade (jornais, revistas, boletins, catálogos). O caso do arquivo digitalizado do semanário católico merece especial atenção no que tange a classificação das fontes documentais nele apresentadas.

Quanto às fontes primárias, o arquivo conta com 70 documentos sendo: cartas pessoais e/ou institucionais, documentos e atas oficiais de instituições, entre outras fontes que foram enviadas ao semanário *O São Paulo* – as quais o grupo de pesquisa achou relevante disponibilizar para a população brasileira e para o meio acadêmico.¹⁵

No que diz respeito à classificação das matérias vetadas de forma prévia pela censura militar brasileira do jornal *O São Paulo* (foram preservadas 112 digitalizadas e publicadas no site¹⁶), é necessária uma problematização sobre as peculiaridades que são atribuídas a esse tipo específico de documento que se difere de tantas outras fontes documentais, porque algumas matérias ultrapassam 40 anos desde sua produção, e, apesar de terem permanecido arquivadas durante todo esse tempo, não apresentam uma perspectiva histórica de conservação e preservação, assim como grande parte dos documentos produzidos no Brasil.

A problemática exposta aprofunda ainda mais a demanda de publicização quando tomamos consciência do restrito acesso e existência de documentos referentes ao fenômeno da censura prévia aos meios de comunicação da imprensa escrita brasileira. Um dos melhores exemplos a serem colocados para essa afirmativa se encontra em uma das tentativas de denúncia do jornal *O São Paulo* a respeito da “queima de arquivos” do jornal *Movimento*¹⁷, segundo matéria vetada do jornal católico paulistano

¹⁵ Podendo ser encontrado no endereço eletrônico: <http://bit.ly/1MLbbHY>

¹⁶ Disponibilizadas pelo Grupo de Pesquisa no endereço eletrônico: <http://bit.ly/1PqnI2y>

¹⁷ Conforme apresenta Marconi (1980), os jornais *Movimento*, *Tribuna de Imprensa* e *O São Paulo* foram os meios de comunicação de imprensa escrita que permaneceram velados pela censura prévia durante o maior período temporal, excedendo ao período de abertura política iniciado por Geisel em 1975, e sendo mantidos amordaçados até 1978.

Sexta feira retrasada, dia 14, a sucursal carioca do semanário Movimento foi invadida por dois desconhecidos. Os dois reviraram toda a redação arrombando arquivos, espalhando papéis, vasculhando gavetas, mexendo nas relações dos assinantes do jornal. Não levaram dinheiro nem *chegues* [sic], apenas alguns documentos do arquivo.

E no quadro negro, deixaram um aviso, escrito com giz “tem de fechar” (*O São Paulo*, Fim da censura?, s/d).¹⁸

Tendo em vista a realidade nacional que se consolidou no período de imposição da censura prévia militar (1972-1978), podemos perceber a relevância, e necessidade, de preservar e publicizar qualquer tipo de arquivo, ou acervo, remanescente dos órgãos perseguidos pela ditadura militar – destacando, portanto, a relevância histórica do arquivo de matérias e documentos vetados do semanário *O São Paulo* para a ampliação das possibilidades analítico-compreensivas referentes ao período da censura prévia militar brasileira.

É possível encontrar uma ampla gama de problemas nas matérias vetadas do semanário, tais como: textos incompletos; frases ou estrofes rasuradas (não se sabe se pela censura ou pela própria equipe do jornal); originais perdidos que foram substituídos por cópias de xerox; páginas que não foram bem conservadas e o texto torna-se opaco e de difícil leitura; inexistência de datas precisas de produção; falta de informações quanto à autoria das matérias; entre outros. Contudo, não podemos deixar de levar em consideração que

É impossível transformar um documento; é preciso aceita-lo tal como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja. Torna-se, assim, essencial saber compor com algumas fontes documentais, mesmo as mais pobres, pois elas são geralmente as únicas que podem nos esclarecer, por pouco que seja, sobre uma situação determinada (CELLARD, 2012, p. 299).

Essa característica particular do arquivo de matérias do semanário pode fomentar uma discussão a respeito da possível classificação deste material como sendo representante da categoria de fontes documentais primárias para a pesquisa, dado que o material em questão se manteve restrito ao âmbito particular por aproximadamente quatro décadas.

¹⁸ A matéria mencionada não possui qualquer tipo de informação referente à autoria ou à data de produção, encontrando-se disponível no endereço eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFN09WUGFjUUhZOE0/view> (acessado em 22/03/2016 as 11h27min).

Consideremos, contudo, que as matérias vetadas do jornal católico foram produzidas com o intuito de serem publicadas e disseminadas através de um meio de comunicação social que alcançava âmbito nacional durante o período histórico em questão, para a população brasileira, entretanto, foram proibidas de serem veiculadas no meio de comunicação por imposição de um regime ditatorial.

Assim, justamente em decorrência dessa característica que acompanha as 112 matérias vetadas do semanário, o grupo de pesquisa optou pela sua classificação como fonte documental de caráter secundário, valorizando seu papel e atuação social no que tange a história brasileira.

Salienta-se ainda a existência de aproximadamente 30 matérias incompletas que o Grupo de Pesquisa julgou, por consenso, serem inviáveis para o processo de digitalização e publicização.

As recomendações e os debates estabelecidos a respeito da análise documental se encontram voltados para o processo de compreensão primária das fontes documentais com foco no trato dos documentos para a elaboração de um sistema metodológico que facilite a pesquisa documental e propicie a elaboração de um arquivo de fácil manuseio por parte do pesquisador.

É indispensável, portanto, para o processo de pesquisa documental com ênfase na elaboração do arquivo de documentos, o que Cellard (2012) denomina de análise preliminar dos documentos, fase constituída por cinco categorias primárias de análise essenciais que devem ser identificadas e definidas antes que seja empreendida a análise documental aprofundada do arquivo selecionado, sendo elas: contexto de produção do material; autoria dos documentos; autenticidade e confiabilidade dos textos disponíveis; natureza do texto e, por fim, os conceitos-chave. Cada uma dessas categorias preliminares de análise serão abordadas e discutidas a seguir.

Como já foi previamente discutido, a pesquisa documental impõe, a todo e qualquer pesquisador que se prontifique a realizá-la, a acumulação de conhecimento prévio sobre o contexto regional e global (histórico, social, político, cultural, econômico) no qual os documentos foram produzidos.

Tal conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais de seu ou de seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc. Pela análise do contexto, o pesquisador se coloca em excelentes

condições até para compreender as particularidades da forma, da organização, e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos (CELLARD, 2012, p. 299).

Deve ser salientado que, ao se prontificar a elaborar um arquivo público, ou mesmo privado, dos documentos disponibilizados, o pesquisador deve primar pela qualidade de uma análise prévia que facilite a elaboração e utilização do sistema de busca do arquivo, sendo imprescindível, portanto, o conhecimento sobre conceitos e acontecimentos relevantes para o contexto no qual os documentos foram produzidos.

A segunda exigência apresentada se encontra diretamente ligada a primeira, ao passo em que para tomar conhecimento sobre o(s) autor(es) responsável(eis) pelo texto é necessário adquirir o conhecimento prévio sobre o contexto histórico no qual o documento foi produzido. É essencial ter como ponto de partida a noção de que os documentos são elaborados a partir da subjetividade de um determinado grupo social inserido em um específico contexto histórico, político, econômico e social.

Alguns documentos podem, então, ser tomados como expressão de determinadas formações político-ideológicas em meio a uma sociedade, tendo por intuito preservar, legitimar, ou mesmo disseminar visões de mundo de determinados grupos sociais. O pesquisador que se prontifica a analisar determinados documentos deve, então, ter uma noção prévia de quais os diferentes grupos que compunham o determinado contexto histórico no qual os documentos foram produzidos, quais ideais cada um dos grupos defendia, como se relacionavam entre si, tendo sempre em vista as particularidades específicas das relações entre esses grupos nos diferentes contextos históricos nos quais se encontraram inseridos.

Os documentos do arquivo censurado d'*O São Paulo*, por exemplo, apresentam diferentes formações ideológicas (que em determinados casos antagônicas) que compunham a sociedade brasileira no contexto de ditadura militar, no qual, é preciso lembrar, coexistia um forte sistema repressivo estatal que tinha por intuito sufocar a fomentação de visões de mundo que diferissem da defendida pela cúpula do poder militar.

O terceiro caso apresentado consiste na verificação da autenticidade e confiabilidade do texto recebido, sendo necessário, portanto, não somente ter certeza da origem dos documentos (que em alguns casos pode ser fraude ou cópia

imprecisa de documentos originais) como também da qualificação do conteúdo do texto (dada pelo nível de capacidade discursiva que pode ser atribuída ao autor, ou autores, do texto).

Cabe ao pesquisador definir a validade científica de suas fontes e dados de pesquisa, do contrário, o trabalho apresentado perde toda a sua credibilidade científica e seus resultados devem deixar de ser considerados, pois são formulados a partir de uma leitura imprecisa da realidade.

Em seguida, como quarta tarefa, o pesquisador deve estar atento à natureza do texto que se encontra presente nos documentos ao qual pretende analisar, se são escritos privados ou públicos, pessoais ou direcionados a determinados grupos sociais, se abordam questões políticas, econômicas, jurídicas, entre outras. A divisão do arquivo de documentos pela categoria da natureza do texto (como, por exemplo: Cartas; Relatórios Oficiais; Matérias Publicadas) pode facilitar sua utilização em futuras pesquisas.

O quinto e último quesito prévio apontado por Cellard (2012), que deve anteceder a análise documental, consiste na delimitação das palavras-chave que devem ser utilizadas na sistematização dos documentos, facilitando o(s) futuro(s) trabalho(s) do(s) pesquisador(es). É importante que essa sistematização das palavras-chave seja feita em grupo e em consenso entre os membros da equipe que empreenderá a análise prévia dos documentos para que não sejam atribuídos diferentes termos que se refiram ao mesmo conteúdo, fator que pode vir a dificultar o processo de pesquisa no arquivo elaborado.

A realização deste processo facilitou, também, a interpretação de possíveis conceitos ocultos em meio ao texto presente no documento, a análise particular dos documentos do semanário *O São Paulo*, como exemplo, exigiu que tivéssemos consciência de que, produzidos em meio a um contexto ditatorial, repressivo e sob a imposição da censura prévia, os textos redigidos pela equipe editorial do jornal tendem, em alguns casos, a ocultar determinados termos que poderiam ser julgados como relacionados à *subversão* a ordem instituída, que, contudo, são essenciais para a realização de pesquisas sobre determinadas temáticas, devendo assim constar no índice de palavras-chave.

Salienta-se, ainda, que o significado atribuído a um determinado conceito em um contexto histórico específico pode não condizer com o significado do mesmo conceito no contexto contemporâneo do pesquisador. Tendo em vista essa

particularidade que merece destaque no campo da análise documental, pode ser constatada a necessidade dessa categoria ser precedida por suas quatro antecessoras, prevenindo assim a elaboração imprecisa do arquivo de documentos.

No caso da elaboração do arquivo digital, a análise de conteúdo foi tomada como uma importante ferramenta durante a realização da pesquisa documental, ainda mais quando se fala em um processo de elaboração de um arquivo digital baseado em índices de pesquisa que facilitem a utilização dos futuros usuários.

Bardin (1977) apresenta o desenvolvimento histórico do método da análise de conteúdo, que parte de fundamentos positivistas e quantitativos, recebendo, no decorrer do processo, contribuições provindas de correntes da fenomenologia que vieram a contribuir com a ampliação do caráter qualitativo desse método científico de análise, favorecendo assim a valorização da subjetividade presente tanto nas fontes de pesquisa documental quanto no próprio pesquisador. Sendo que:

No plano metodológico, a querela entre a abordagem quantitativa e a qualitativa absorve certas cabeças. Na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características de conteúdo. Na análise qualitativa é a *presença* ou a *ausência* de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração (BARDIN, 1977, p. 21).

Assim, o Grupo de Pesquisa primou pela utilização conjunta das perspectivas quantitativas e qualitativas da análise de conteúdo, ao passo em que analisar a frequência com que determinados temas, abordados pelo semanário *O São Paulo*, tenderam a ser vetados pela censura militar pôde proporcionar um entendimento, não só o viés ideológico que orientava a censura aos meios de comunicação, como também as formações ideológico-políticas que eram veiculadas no jornal católico – essa perspectiva permite contrapor as formações ideológicas que permearam a imposição da censura prévia militar, encontrando seus pontos de divergências do embate político-ideológico que determinou o longo período pelo qual as páginas do semanário permaneceram veladas pela censura.

Ao considerar que o material do arquivo censurado d'*O São Paulo* foi elaborado em um período de intensa repressão e revogação completa da

liberdade de expressão e de imprensa, o grupo de pesquisa teve de levar em conta a existência de um amplo número de matérias nas quais os autores se utilizaram de metáforas para se referirem ao contexto político e social no qual se encontravam inseridos – com o possível intuito de evitar represálias por parte dos censores da ditadura militar, driblando o sistema de filtragem de conteúdo com o intuito de veicular as críticas e propostas formuladas pela equipe editorial, e seus contribuintes da sociedade civil.¹⁹

Tendo em vista que, segundo Moraes (1999), a análise de conteúdo é determinada pelo subjetivo do próprio pesquisador e que a mesma consiste no processo de interpretação de texto, deve ser retomada a questão já discutida que diz respeito à imprescindível acumulação de conhecimento prévio por parte do pesquisador que se prontifique a realizar a análise desse documento, para prevenir interpretações errôneas, levianas, ou mesmo superficiais dos conteúdos que são trabalhados pelo autor do documento.

Assim, no que se refere à *ausência* do conteúdo nas fontes documentais, torna-se possível, por meio do processo analítico, a distinção da existência de determinados “discursos camuflados” inseridos no documento, estes discursos podem vir a ser mal interpretados pela subjetividade do pesquisador que desconheça as peculiaridades históricas e contextuais do(s) grupo(s) ou indivíduo(s) responsáveis pela elaboração do documento.

Tomemos como exemplo uma das matérias vetadas de forma prévia pela ditadura militar do semanário, intitulada “O plano de Deus é diferente”²⁰, que discorre sobre a batalha entre o bem e o mal através de citações de caráter religioso, apresentando nas entrelinhas os posicionamentos defendidos pela Teologia da Libertação, combatendo a utilização de torturas e o próprio regime político instaurado no Brasil pela ditadura militar. São perceptíveis também críticas elaboradas a respeito da extrema concentração de bens e de poder que caracterizava o contexto ditatorial brasileiro.

¹⁹ Leva-se em consideração a característica da Igreja Católica libertadora brasileira dentro do contexto de ditadura militar, de se consolidar enquanto último reduto dos movimentos sociais, salientando que o jornal *O São Paulo*, durante a década de 1970, enquanto meio de comunicação oficial dessa parcela do clero paulistano, não se consolidou como uma exceção à regra, abrindo espaço em suas páginas para diferentes formações e articulações político-ideológicas, como: movimento estudantil; movimentos por moradia; sindicatos operários; intelectuais; entre outros.

²⁰ Disponível no link: <http://bit.ly/1Hd8OLF> (acessado em 19/12/2014 às 21h40min).

A utilização das contribuições da análise de conteúdo, apontadas por Ander Egg (1978), teve por intuito facilitar a elaboração de um sistema prático e simplificado para a realização das pesquisas no arquivo de documentos do jornal católico que foi disponibilizado virtualmente. Sendo necessário, portanto, seguir algumas orientações básicas desse processo, tendo como destaque o estabelecimento das unidades de análise, ou seja, os índices temáticos aos quais os pesquisadores do grupo deveriam estar atentos em preencher durante o processo de análise primária dos documentos do semanário.

Foram estabelecidos três eixos principais que deveriam receber particular atenção durante a análise primária dos documentos para que se pudesse criar um sistema de busca no arquivo digital, sendo eles: índice onomástico (contendo nomes de pessoas, instituições ou mesmo documentos importantes que estivessem presentes no texto, como, por exemplo, “Paulo E. Arns”, “Senado” e “Constituição Federal do Brasil”); índice geográfico (por questão de praticidade para a utilização do sistema foi optado pela inserção apenas de cidades, estados, países e continentes) e, por último, índice de palavras-chave (contendo os principais conceitos, fenômenos e temas que são abordados pelos documentos do arquivo, tais como “democracia”, “perseguição a religiosos”, “repressão policial”, entre outros).

1.2 A ELABORAÇÃO E PUBLICIZAÇÃO DO ARQUIVO CENSURADO D’O SÃO PAULO

Existem diversos fatores que devem ser levados em conta antes que uma equipe de pesquisa, ou mesmo um só pesquisador, se proponha a disponibilizar um arquivo de documentos até então restritos ao alcance da população. Primeiramente se deve ter em mente que o processo leva tempo e necessita de um amplo aparato de apoio institucional para que seja realizado.

O projeto de pesquisa “Estudos sobre religiosidades e mídia religiosa”, responsável pela elaboração do arquivo virtual d’O São Paulo, teve início em maio de 2012, vinculado ao Grupo de Pesquisa CNPq/Uel “História, Sociedade e Religiões” e ao Programa de Pós-Graduação e Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, região norte do Paraná.

O primeiro ano de vigência do projeto foi destinado para: a seleção e preparação dos membros que viriam a compor a equipe inicial de pesquisa (tendo em vista a necessidade da obtenção de conhecimento prévio a respeito do contexto

histórico que seria estudado); o estabelecimento das unidades de análise que viriam a orientar o processo; a criação de um sistema numérico que classificasse em ordem, previamente decidida, o arquivo de cópias que haviam sido disponibilizadas para o grupo (foi decidido um registro geral que contivesse quatro letras e quatro números, como o exemplo “JOSP-0154”); por último, foi realizada a classificação numérica dos documentos do jornal a partir do registro estabelecido.

O segundo ano de trabalho do projeto de pesquisa teve como foco empreender o processo de análise dos documentos a partir das unidades de análise que haviam sido determinadas no ano anterior. Devemos destacar também a importância dos diversos vínculos institucionais que foram formados durante esse segundo momento de trabalho (tanto por necessidade quanto por interesse mútuo no produto final) com o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (CDPH-UEL), o Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), CEDIC - Centro de Documentação e Informação Científica e com as Equipes Administrativas e Editorial responsáveis pelo jornal *O São Paulo* da Arquidiocese de São Paulo. A formação dos vínculos institucionais possibilitou a ampliação dos recursos econômicos e humanos necessários para o processo de elaboração da plataforma digital na rede mundial de computadores para a disponibilização do arquivo censurado.

Ainda nesse segundo momento foram realizadas viagens para o Arquivo Público do Estado de São Paulo (responsável pela elaboração do acervo digital do DEOPS, publicizado em 2013) e para a sede do jornal *O São Paulo*, com o intuito de planejar o processo de organização, preservação e digitalização dos documentos originais.

O período entre maio de 2014 e janeiro de 2015 foi destinado para a digitalização dos documentos originais do semanário católico e elaboração da plataforma virtual que disponibilizou publicamente esses documentos.

Das reuniões realizadas com a Equipe Administrativa do semanário, com os pesquisadores e com a equipe do CDPH-UEL, decidiu-se privilegiar a digitalização dos documentos originais presentes na sede do jornal (na cidade de São Paulo) e não realizar a locomoção dos documentos originais para que fosse realizado tal procedimento. A tomada dessa decisão, por parte da Direção d'O São Paulo, teve como perspectiva a preservação do arquivo e atendia questões de segurança, tendo

em vista que se trata de material histórico relevante e inédito. No entanto, implicou na necessidade não só de aquisição de aparelhos para seu cumprimento, como também de financiamento para a viagem da Equipe de Pesquisa e do CDPH.

Durante o trabalho de classificação dos arquivos originais digitalizados a partir do sistema de registro geral que havia sido elaborado pelo grupo de pesquisa, notou-se um fenômeno muito comum no trato de documentos, alguns deles que haviam sido copiados para a tese apresentada em 2006 não constavam mais no acervo do semanário *O São Paulo*. Ademais, foi constatada também a existência de um considerável número de documentos incompletos, tanto no arquivo de cópias quanto no arquivo oficial do jornal. Devemos considerar que:

Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2012, p. 295).

Dessa forma, o desaparecimento de um documento, ou mesmo parte dele, referente a um determinado período histórico pode implicar em sérias consequências para a compreensão científica do mesmo, em uma perspectiva qualitativa. As inúmeras obras perdidas no incêndio da Alexandria²¹, por exemplo, implicaram em décadas de atraso para o desenvolvimento da racionalidade humana ocidental, da mesma forma um pesquisador que se comprometa a analisar os documentos de *O São Paulo*, tendo como foco determinada temática, pode acabar obtendo resultados parciais ou equivocados que não condizem com a realidade vivida na época pela falta de documentos que abordem determinadas questões.

Apesar das dificuldades apontadas para o processo de publicização e socialização das fontes documentais de pesquisa, é notável a necessidade de iniciativas que se comprometam com essa tarefa, que incentivem e possibilitem a disseminação de materiais que favoreçam análises de maior amplitude, gerando, assim, leituras mais precisas de contextos históricos, políticos, econômicos, culturais e sociais.

²¹ Para mais informações ver Santos (2009).

1.3 A LUTA DO SEMANÁRIO CATÓLICO CONTRA A CENSURA PRÉVIA MILITAR

De acordo com o depoimento de Amaury Castanho, a censura prévia ao jornal *O São Paulo* teve início oficialmente em agosto de 1972, salientando uma tentativa anterior de imposição da mesma ao jornal em maio do mesmo ano e a imposição da censura indireta (feita por meio de telefonemas e bilhetes que determinavam tópicos que não deveriam ser abordados pelos meios de comunicação). Nas palavras do antigo diretor do semanário:

A censura começou em 1972, lá pelo mês de maio. No começo do mês. Recebemos um telefonema da Superintendência da Polícia Federal, avisando que a censura prévia ia começar no dia seguinte, com a visita de censor na redação. Foi respondido que ninguém faria censura no jornal, a não ser com comunicado oficial, por escrito ao sr. Cardeal Arns, presidente da Fundação Met. Paulista, entidade mantenedora do jornal da rádio, que já estava cercada e do Ciec. Ele exigia esse ofício por escrito e declarasse quem em Brasília se responsabilizava por essa medida e em São Paulo também, quem é que assumiria essa responsabilidade. Somente depois poderemos conversar sobre o assunto. Durante 3 dias, nenhum comunicado. Depois outro telefonema que, por ora, a censura prévia na redação estava suspensa. De maio até agosto, recebia telefonemas frequentemente, vetando este ou aquele assunto. Em agosto a censura começou a ser feita, todas as quintas feiras (*O São Paulo*, Depoimento de Amaury Castanho, junho de 1978)²².

Conforme apresenta Aquino (1999), a censura em si teve início no ano de 1968²³, e passou a ser feita por meio de bilhetes ou telefonemas que determinavam os temas que não poderiam ser veiculados nos meios de comunicação social brasileiros, fenômeno conhecido como as “proibições determinadas”. Contudo, a partir de 1972, a censura prévia passa a ser

²² O documento contendo o relato do antigo diretor do jornal está atualmente disponibilizado no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFSUs4UFoyTE5sSjA/view> (acessado em 05/01/2015 às 18h03min).

²³ Deve ainda ser salientado que, segundo Rolland (2003), a censura passou a ser realizada no Brasil a partir de 1931, com a criação do Departamento de Imprensa e de Propaganda (DIP), estando voltada para o controle da veiculação de ideais progressistas, que não eram favoráveis ao movimento autoritário, nos meios de comunicação nacional – não deixando de salientar que essas parcelas progressistas “não perdem, entretanto, suas independências em outras áreas, como Carlos Drummond de Andrade, funcionário público, membro do gabinete do ministro da Educação e que também publica poemas políticos e revolucionários” (ROLLAND, 2003, p. 87). Ademais, devemos considerar que, conforme apresenta Soares (1988), é dentro da ditadura de Getúlio Vargas que foram lançadas as bases legislativas para a imposição da censura prévia enquanto instrumento legitimado do Estado brasileiro, aparato que se aprimorou legislativamente com a ditadura militar (1964-1985).

institucionalizada pelo Estado de Segurança Nacional, ação que, como apresenta Almeida (2008), se constituiu enquanto uma represália aos órgãos midiáticos que ignoravam as “proibições determinadas”.

Façamos, então, um referencial histórico do jornal *O São Paulo*, para compreender a sua inserção em meio a sociedade civil brasileira no contexto de ditadura militar, discernindo as características assumidas por este meio de comunicação católico que vieram a determinar a imposição da censura prévia ao semanário.

Fundado em 1956, pelo Cardeal Dom Carlos de Vasconcelos Motta, o jornal *O São Paulo* compartilhava da perspectiva de apropriação dos meios de comunicação sociais, enquanto artifício para proporcionar a conscientização, dogmatizando e evangelizando para “salvar almas” da sociedade como um todo. Assim, a primeira edição do jornal trouxe em sua primeira página uma apresentação, redigida pelo Cardeal Motta, na qual define os preceitos que fundamentaram a criação desse aparelho de imprensa, segundo o, então, Arcebispo de São Paulo:

Hoje, quem mais governa os homens é a imprensa; dela dependem o bem e o mal da humanidade. Na deontologia cristã se inscrevem e se prescrevem os princípios sagrados da verdade, do amor, da justiça e da paz [...]. Se a imprensa, a boa imprensa é o órgão indispensável na estrutura de qualquer organismo da sociedade moderna, também para a Igreja é elemento necessário à propagação e à defesa da fé e da moral, da doutrina e da prática da religião. Tanto é assim que uma diocese que não disponha de uma imprensa está desarmada para as suas campanhas apostólicas. (In: LANZA, 2006, p. 117)

Apesar de deixar claro seu posicionamento em defesa dos dogmas ultramontanos da Igreja Católica, o Cardeal Motta desempenhou um papel essencial na Arquidiocese paulistana, além da fundação do meio de comunicação oficial (*O São Paulo*) deu início a importantes reformas pastorais, e

Após sua partida, muitos padres e freiras deram continuidade ao trabalho pastoral junto à classe trabalhadora. Iniciaram as primeiras comunidades eclesiais de base da cidade no final dos anos 60 e promoveram os debates que levaram à formação da Comissão Pastoral Operária (MAINWARING, 2004, p. 123).

Contudo, mesmo dando brechas que favoreceram o florescimento dos ideais do catolicismo libertador dentro da arquidiocese paulistana, as análises de Lanza (2006), a respeito da fase do jornal, que compreende o arcebispado de D. Motta (1956-1964), demonstram que o meio de comunicação se manteve sob a égide do conservadorismo ultramontano – o autor classifica a existência de três períodos distintos, no que tangem ao fundamento ideológico, nas páginas do jornal, no período que compreende a sua fundação até o fim da imposição da censura prévia, sendo eles: o conservador (1956-1964); o de transição (1964-1970); o *progressista* (1970-1978).

Torna-se importante destacar que o período que compreende o arcebispado do cardeal Motta, na cidade de São Paulo, se constituiu enquanto um contexto social representado pelo ápice das articulações de movimentos sociais na história brasileira (KOWARICK; BONDUKI, 1988) – em um período de favorecimento, por parte do governo e das próprias condições políticas/econômicas/sociais/culturais dessas articulações em espaços públicos e privados, que possuíam, consecutivamente, acesso aos meios de comunicação nacionais.

Com a saída de D. Motta da Arquidiocese paulistana (1964), tem-se início o período de transição do jornal *O São Paulo*, agora sob custódia de Dom Agnelo Rossi – Arcebispo de São Paulo no período que compreende os anos de 1964 a 1970. O cardeal Rossi se consolidou como uma figura altamente conservadora e ultramontana em seus discursos e também em colunas inseridas no jornal católico paulistano, sendo que

Toda sua gestão no arcebispado de São Paulo (1964-1970) foi marcada por uma relutância em criticar o regime, por esforços para negar a existência de um conflito entre a Igreja e o Estado e por contínuas tentativas de negociar com o regime. Ele se encontrava entre os poucos bispos proeminentes que continuaram a rezar a missa em comemoração ao golpe e, em diversas viagens, argumentou que as notícias de tortura no Brasil eram exageradas (MAINWARING, 2004, p. 124).

Apesar da visível postura rigidamente ultramontana, e de apoio ao regime ditatorial militar pelo arcebispo Rossi, as páginas do semanário *O São Paulo* começaram a receber novo folego e conviver com a duplicidade ideológica das duas

vertentes do catolicismo paulistano que haviam se inserido na equipe editorial do jornal, a partir da chegada de Dom Paulo Evaristo Arns em 1967.

Como apresenta Lanza (2006), a inserção de Dom Paulo Arns na equipe editorial do jornal é o marco que inicia o período de transição desse meio de comunicação, ao passo em que abriu espaço, nas páginas do semanário, para os movimentos populares da esquerda católica, assim como passou a difundir os preceitos da Teologia da Libertação na coluna semanal redigida pelo cardeal Arns, intitulada “Almas que Procuram”.

Os anos que cabem ao período histórico que define a transição da matriz ideológica do semanário *O São Paulo* se destacam pela exacerbada turbulência política e suas consequências para os movimentos sociais, que haviam se articulado no decorrer dos últimos anos que precederam o Golpe de 1964. As repercussões da visão dicotômica de mundo, que caracterizam a doutrina de Segurança Nacional e o regime político instaurado em decorrência da mesma, para com as relações estabelecidas entre o poder público e a sociedade civil, culminaram na perseguição e extinção dos movimentos sociais populares (KOWARICK; BONDUKI, 1988) que passaram a encontrar, na Igreja Católica libertadora, o último reduto possível para dar continuidade as suas pautas e lutas.

Assim, com a saída do cardeal Rossi da Arquidiocese de São Paulo, e a ascensão de Dom Paulo Arns enquanto novo Arcebispo da mesma, o jornal católico paulistano consolida, no ano de 1970, seu novo posicionamento ideológico e político, fundamentado nos ideais que representavam o catolicismo libertador, passando a atuar no combate ao regime ditatorial militar e a doutrina de Segurança Nacional, que o fundamentava.

Dessa forma, o jornal *O São Paulo* pode ser considerado como um dos principais meios de comunicação no contexto de ditadura militar brasileira (1964-85), salientando que:

A avaliação, por exemplo, que Dom Paulo faz do jornal *O São Paulo* é altamente positiva. Ele ressalta que, durante o período da ditadura militar, esse jornal desempenhou um importante papel de resistência; essa função de *O São Paulo* foi para a história do jornal e do país algo muito significativo. Nesse período, cada edição desse jornal arquidiocesano era minuciosamente analisada e decifrada, isto é,

procurava-se interpreta-la em todas as suas afirmações (PESSINATTI, 1998, p. 218).

Considera-se, ainda, que a mudança de posicionamento do jornal católico paulistano rendeu ao mesmo uma ascensão em nível nacional, deixando de ser um mero boletim paroquial e se consolidando enquanto um dos mais destacáveis meios de comunicação do país (LANZA, 2006), fenômeno que pode ser atribuído tanto à escassez de possibilidades de estabelecimentos de diálogos políticos, por parte da grande imprensa brasileira²⁴, quanto à considerável politização das massas, decorrente dos processos históricos da década de 1960 (IANNI, 1979), que demandavam um novo modelo de cristianismo, que viesse a dar conta da nova realidade que se impunha – é importante destacar que a ampliação da repercussão do jornal católico, em âmbito nacional, sacia os dogmas e fundamentos da Igreja Católica, ao passo em que favorece a evangelização da população brasileira em uma escala de altos níveis de disseminação.

Nota-se, portanto, que a politização do jornal *O São Paulo* se consolidou em um oportuno contexto histórico brasileiro, no qual não só encontrou uma abrupta aceitação do conteúdo político crítico que passou a veicular²⁵, como também uma realidade que ansiava por um meio de comunicação que se posicionasse de maneira intermediária em relação ao antagonismo ideológico que se instalou em decorrência da visão dicotômica de mundo, proveniente do embate ideológico da Guerra Fria.

Contudo, a adesão dessa parcela da elite eclesiástica brasileira para o catolicismo libertador, e em vista de sua condição de último reduto da resistência política depois da instauração do Estado de Segurança Nacional, acarretou determinadas consequências, entre elas a imposição da censura prévia. Dessa forma, a partir de 1970:

A Igreja brasileira foi um alvo preferencial de censura. O governo fechou diversas estações de rádio, impediu publicação e distribuição

²⁴ Conforme apresenta Marconi (1980), a censura à grande imprensa escrita tem início em 1968, sendo feita por meio de bilhetes e telefonemas que determinavam assuntos e termos proibidos de serem veiculados, ou mesmo mencionados, nesses meios de comunicação.

²⁵ Por conta das mudanças sociais ocorridas nas décadas anteriores na sociedade brasileira (IANNI, 1979; KOWARICK; BONDUKI, 1988) que ofereceram um público de classes populares já inicialmente politizado.

de documentos episcopais, e usou a Bipartite para pressionar os bispos para que evitassem, baixassem o tom ou voltassem atrás em suas declarações. A campanha contra a Igreja se tornou mais intensa quando o clero assumiu seu papel de ser 'a voz dos que não tem voz'. Um exemplo foi o semanário arquidiocesano *O São Paulo* (SERBIN, 2001, p. 349).

Dessa forma, o jornal *O São Paulo* passou, também, a conviver com a censura prévia em suas instalações, segundo o depoimento de Amaury Castanho, o diretor do jornal durante os dois primeiros anos de censura prévia, os censores incumbidos de avaliar o jornal católico paulistano atuavam da seguinte maneira:

Em agosto a censura começou a ser feita, todas as quintas feiras, depois de todo o material, à noite, depois da composição, paginação pronta, quando o pessoal do jornal se retirava, terminando o seu trabalho, tirando matérias das máquinas. Chegavam aí os censores, às vezes um, às vezes dois, e faziam seus cortes. A princípio, nós conseguimos, uma vez apenas, deixar espaços em branco. Depois também isso foi proibido. E nesse caso, prevendo dificuldades, nas noites de quintas feiras, compúnhamos matérias de reserva, preferimos não preencher espaços com poesias e outras coisas como *O Estado* fazia. As coisas iam assim, com substituições das matérias e talvez o leitor nem percebesse os cortes que estavam sendo feitos (*O São Paulo*, Depoimento de Amaury Castanho, junho de 1978, grifos nossos).²⁶

Destaquemos alguns pontos dos trechos grifados, proveniente do depoimento de Castanho exposto acima, que devem ser analisados para que possamos compreender algumas implicações da própria censura e das atitudes do jornal *O São Paulo* frente a mesma, sendo eles: a) realização da censura em horário crítico para reformulação das publicações e b) utilização de métodos com o intuito de denunciar a censura prévia.

a) Primeiramente devemos nos atentar ao fato de que a censura era feita em cima da hora, quando a equipe editorial havia deixado a redação, o que possibilitava o relativo anonimato dos censores da ditadura militar e prevenia a potencialidade da equipe editorial ao reformular a matéria antes de sua publicação.

Destaquemos nessa problemática os apontamentos feitos por Kushnir (2004) a respeito da tendência a adesão da *autocensura*, por parte de determinados órgãos da imprensa escrita brasileira, em decorrência dessa realidade

²⁶ O documento contendo o relato do antigo diretor do jornal está atualmente disponibilizado no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFSUs4UFoyTE5sSjA/view> (acessado em 05/01/2015 as 18h03min).

imposta pela censura prévia que limitava e atrapalhava as publicações dos meios de comunicação, segundo a autora:

A autocensura é a supressão intencional da informação ou de parte dela pelo jornalista ou pela empresa jornalística, de forma a iludir o leitor ou privá-lo de dados relevantes. Trata-se de uma importante fraude por que é uma mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas da intenção de esconder a verdade (KUSHNIR, 2004, p. 44).

Notemos, então, a atuação da censura prévia enquanto uma ferramenta adestradora dos meios de comunicação social brasileiros, a partir dos interesses inerentes ao segmento militar consolidado no poder – principalmente aos responsáveis pelos órgãos de informação, formados pela Escola Superior de Guerra (fundamentados, portanto, na doutrina de Segurança Nacional).²⁷

A censura prévia se consolidou, dessa forma, como um instrumento da ditadura militar para colocar em prática as pretensões da doutrina de Segurança Nacional de combate à “ameaça comunista” na sociedade ocidental, salientando que

Para estes militares, que se arvoravam em ferrenhos e ardorosos defensores do Ocidente contra o expansionismo comunista, estaria em marcha um processo de destruição da cultura ocidental, na qual os movimentos subversivos internacionais, utilizando-se dos meios de comunicação, tentam destruir as bases morais e culturais do mundo ocidental (MARCONI, 1980, p. 19).

b) No segundo grifo do depoimento de Amaury Castanho, percebemos a perspectiva de tentativa da publicação de espaços em branco, como uma forma de denunciar a censura ao meio de comunicação, fenômeno que foi utilizado, também, por outros jornais brasileiros como forma de denunciar a censura prévia em suas páginas, como é o caso do jornal *Tribuna da Imprensa*. Esse método, contudo, só teve sucesso durante os primeiros anos após a imposição da censura prévia, conforme apresenta Aquino (1999).

Os métodos utilizados para denunciar a censura aos meios de comunicação da imprensa escrita nos levam ao terceiro e quarto grifo do depoimento

²⁷ O segundo capítulo desta dissertação tratará com maior amplitude do papel desempenhado pela ESG no que tange a formação de políticos e tecnocratas, fundamentados na doutrina de Segurança Nacional, que viriam a ocupar postos chave dentro do Estado ditatorial militar.

de Amaury Castanho, no qual ele compara o jornal *O São Paulo* com *O Estado de São Paulo*, afirmando que, diferente do concorrente laico, o jornal católico paulistano optou, durante a direção de Castanho, por não publicar poemas nos espaços em branco. Conforme apresenta Aquino (1999), a publicação de poemas, em especial *Os Lusíadas*, e receitas de bolos foi um novo método utilizado pela imprensa alternativa e pela grande imprensa para denunciar os espaços que haviam sido censurados.

Destaquemos, ainda, os apontamentos realizados por Lanza (2006) a respeito das estratégias utilizadas pelo jornal católico paulistano para “driblar” e denunciar a censura prévia em sua redação, conforme nos mostra o autor, o jornal paulistano aderiu ao método de deixar espaços brancos contendo apenas a frase “Leia e divulgue O São Paulo”, assim, o leitor do semanário poderia buscar, no jornal alternativo da Arquidiocese de São Paulo, o *Boletim Informativo do Ciec*, a matéria censurada na íntegra referentes aos espaços censurados d’*O São Paulo* – o *boletim* era, então, utilizado como forma de denunciar a censura e levar a informação a população brasileira, contudo, não possuía a mesma repercussão e alcance do jornal *O São Paulo*, o que limitava a sua ação.

No ano de 1973, Dom Lucas Moreira Neves²⁸ iniciou uma campanha contra a imposição da censura prévia ao jornal católico paulistano, afirmando preferir ver “*O São Paulo* fechado, do que amordaçado” (SERBIN, 2001, p. 350).

Em matéria vetada, o jornal paulistano *O São Paulo* exprime seu posicionamento em defesa dos direitos de livre expressão, denunciando não só a censura ao próprio jornal católico como aos demais jornais nacionais, assim como a perseguição aos jornalistas brasileiros. Dessa forma, a equipe editorial do semanário escreve:

DENUNCIAMOS a censura oficial e clandestina aos órgãos de imprensa, e a censura total aos órgãos de rádio e televisão em nosso país.

DENUNCIAMOS a censura e a irracionalidade cometida permanentemente ao jornal “O SÃO PAULO” da Arquidiocese de São Paulo, aos Jornais Movimento e Tribuna de Imprensa, e em outros órgãos independentes.

DENUNCIAMOS as perseguições aos jornalistas independentes (O São Paulo, Declaração ao povo brasileiro, 01 de março de 1977).²⁹

²⁸ Ocupando, então, o cargo de liderança na área de comunicação da Arquidiocese de São Paulo e CNBB, como porta voz episcopal no que diz respeito a temáticas da imprensa.

Dentro dessa mesma perspectiva, o jornal tenta mais uma vez denunciar a censura aos meios de comunicação nacional, um mês depois, em outra matéria vetada que trata da situação econômica da sociedade brasileira em relação a economia mundial, a equipe editorial escreve:

COMUNICAÇÕES CENSURADAS – os problemas são cortados pela raiz. O povo não pode saber de toda a verdade, portanto, um rígido controle sobre os meios de comunicação principalmente os mais populares: rádio e TV. Os que ousam escrever ou falar são drasticamente reprimidos (*O São Paulo*, Os trabalhadores e a situação econômica, 21 de abril de 1977).³⁰

É importante, contudo, apresentarmos o posicionamento ambíguo que contrapõe o combate da imposição da censura prévia, na luta pela liberdade de expressão, e que também é veiculado às matérias censuradas do semanário católico *O São Paulo*, tomemos, por exemplo, o seguinte texto:

No Dia dos Meios de Comunicação Social, Dom Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, fez uma análise do problema da censura no Brasil. Para ele, a censura é um direito/dever difícil de se praticar. Falando da censura na área do Estado, o Bispo supôs “que a censura razoável deveria seguir certas normas preestabelecidas, delimitar bem o campo de sua interferência, ser aplicada com objetividade a todos os meios de comunicação social sem qualquer discriminação, fugir a toda arbitrariedade, durar apenas para defender valores de interesse comunitário, não de grupos nem de castas”. Concluiu dizendo que “todos os sistemas ditatoriais estabelecem a censura. A censura torna-se desta maneira, como sucedeu inclusive na Igreja, o testemunho claro da insegurança interna” (*O São Paulo*, Censura: testemunha da insegurança interna, 27 de maio de 1977, grifos nossos).³¹

Notemos, portanto, que o clero libertador não se posiciona no combate ao direito que cabe ao Estado em instituir a censura em meio à sociedade civil, desde que a imposição da censura seja limitada pelo interesse comum da

²⁹ A matéria possui referência quanto à sua autoria restrita ao nome “Marcelo”, encontrando-se disponível no endereço eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFWTBXWFFQSERZRGGM/view> (acessado em 19/02/2016 as 18h00min).

³⁰ O documento citado encontra-se disponível no endereço eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFT0thd3hRQzVlbDA/view> (acessado em 23/02/2016 as 10h14min).

³¹ A matéria exposta foi transcrita na íntegra, encontrando-se disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFM3FpaHp2d0V4dGs/view> (acessado em 23/02/2016 as 13h37min).

maioria da população – esse tipo de posicionamento limita de forma drástica a perspectiva democrática defendida pela Teologia da Libertação.

Contudo, deve-se considerar os apontamentos realizados por Berlin (2002) a respeito da perspectiva defendida por clássicos do liberalismo (Locke, Mill, Constant e Tocqueville) que condicionam a liberdade à existência da lei que deve primar pela funcionalidade enquanto mantenedora de determinados valores essenciais na sociedade (justiça, felicidade, igualdade, cultura), inclusive a própria liberdade, mesmo que isso implique na necessidade de limitá-la em determinados pontos. Percebe-se, assim, a existência de um posicionamento liberal nas páginas censuradas do semanário *O São Paulo*, que é determinado e limitado por valores morais religiosos.³²

De acordo com matéria vetada do semanário paulistano, no ano de 1977, a equipe do jornal *O São Paulo* saiu às ruas da região metropolitana de São Paulo para entrevistar seus leitores, apresentando as críticas, demandas e elogios direcionados ao semanário. Conforme os dados fornecidos pela matéria “Pesquisa sobre OSP”, liberada com cortes pela censura prévia, os entrevistados se constituíram por: padres (43,3%), leigos e leigas (49,9%), religiosas (3,3%) e outros (3,3%). Os pesquisados foram questionados a respeito de suas queixas em relação ao jornal católico e

As respostas mais comuns foram:

“Quero ler o que foi censurado. A parte censurada faz parte do jornal por isso temos o direito de conhecer. Não tem jeito? O que se pode fazer.

Esta não foi uma opinião isolada, pois 26,6% pediram para conhecer o que é vetado pela Censura (*O São Paulo*, Pesquisa sobre OSP, 27 de dezembro de 1977).³³

Os dados apresentados pela pesquisa do jornal nos permitem a realização de uma análise limitada – ao passo em que não tivemos acesso aos dados completos e não podemos afirmar quais foram as representatividades de leigos(as) e membros do clero nas demandas colocadas.

³² As relações entre o pensamento do catolicismo libertador para com as vertentes liberais do pensamento social são debatidas com maior amplitude no terceiro capítulo desta obra.

³³ Documento disponibilizado virtualmente no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFWDV5c0Z4bHdkVVE/view> (acessado em 10/03/2016 as 10h40min).

Assim, ao observarmos a baixa porcentagem de sujeitos (26,6%) que apresentaram preocupação com a imposição da censura ao meio de comunicação religioso, comparada principalmente com a porcentagem de membros do clero presentes na pesquisa (46,6%), podemos destacar uma visível defasagem de conhecimento popular a respeito dos jornais que ainda eram mantidos velados pela censura prévia – relembrando que, como nos mostra Marconi (1980), somente três jornais ainda permaneciam nessa situação no período de 1977, sendo eles *O São Paulo*, *Tribuna de Imprensa* e *Movimento*.

Salientamos, neste ponto, os problemas decorrentes da adesão, dos demais órgãos da imprensa escrita, ao método da *autocensura*; ao compactuarem com as demandas do segmento militar, esses meios de comunicação social acabaram por defasar a luta da categoria jornalística em prol dos direitos de livre expressão, e mesmo de denúncia da imposição da censura para com a imprensa escrita brasileira.

O *Jornal do Brasil* foi um dos exemplos da imprensa escrita que aderiu à autocensura segundo o jornalista Carlos Lemos "durante o dia, os repórteres de campo, encarregados da realização das matérias, faziam o que ele chamou de *lobbies*, junto às chefias de redação, para assegurar que determinado artigo, a seu cargo, tivesse garantida a divulgação. Entretanto, no final de cada tarde, ocorria a reunião das chefias com a direção do jornal, em que se discutia a orientação da censura, o que poderia ou não ser publicado e como. Essa decisão era depois transmitida aos jornalistas, que adaptavam seus textos às orientações recebidas. O texto resultante era lido pela chefia, para eventuais modificações caso não estivesse dentro das regras estabelecidas" (AQUINO, 1999, p. 224).

A análise das matérias vetadas do jornal *O São Paulo* nos permitem perceber que a denúncia da imposição da censura prévia se constituía enquanto uma das proibições de veiculação nos meios de comunicação social, dessa forma, quando nos conscientizamos da *autocensura*, a falta de conscientização popular a respeito da continuidade da existência da censura nos órgãos de imprensa se torna ainda mais compreensível.

O posicionamento de relativização e aceitação da existência de um tipo de censura "necessário", debatido anteriormente, é novamente apresentado em uma carta enviada para publicação no jornal católico, e vetada pela ditadura militar, pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, que na época ocupava o cargo de Arcebispo

de São Paulo (Instituição responsável pelo semanário *O São Paulo*). A carta segue debatendo a respeito da tentativa frustrada de solicitação da liberação da imposição da censura prévia ao meio de comunicação perante o Supremo Tribunal Federal, informando que

Quando no processo se deu ênfase ao fato da censura na Igreja, certamente não se respeitou o princípio de que o Estado não é Igreja e nem a Igreja é Estado. Quando a Igreja nega o *imprimatur* a alguma obra não pode impedir que a obra se publique. Mas o Estado pode e o faz, como o fez conosco. Também a Igreja quer unicamente indicar aos fiéis que a obra que se negou o *imprimatur* não traz sua doutrina ou sua orientação pastoral. Duvidamos que o Estado tenha tal função, quando é mandatário da Nação e não interprete da doutrina de Cristo (*O São Paulo*, Julgamento da censura a “O São Paulo”, maio de 1978).³⁴

Este trecho da carta enviada ao jornal *O São Paulo* por Dom Paulo Arns dá continuidade à perspectiva do semanário de concordância para com a “necessidade” das instituições políticas e religiosas aplicarem e indicarem, sem interferência nos âmbitos alheios, a censura a determinados assuntos ou temas, o que fornece continuidade à perspectiva moralizante que permeou as páginas do jornal católico nos primeiros anos de publicação – conforme apresenta Lanza (2006), os primeiros anos de publicação do semanário católico, sob liderança do cardeal Motta, estiveram marcados pela premissa de apropriação dos meios de comunicação social, com o intuito de moralizar a sociedade brasileira a partir da doutrina cristã romanizada.

Em maio de 1978 o jornal paulistano tentou, sem êxito, publicar uma carta de Dom Paulo Evaristo Arns relatando sua indignação, e de muitos outros, para com a decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF) de não reconhecimento do mandado de segurança requerido pela Fundação Metropolitana Paulista, representação da Arquidiocese de São Paulo e mantenedora oficial do semanário *O São Paulo*, que clamava pelo fim da imposição da censura prévia ao meio de comunicação social católico. O documento foi publicado com cortes de partes essenciais do texto, as quais criticavam não somente o STF como também a incapacidade do Estado

³⁴ O documento encontra-se disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFcUhsVWI5VktlNjQ/view> (acessado em 21/03/2016 as 18h46min).

brasileiro de atender as demandas do povo e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU-1948), assim como denunciava a extrema concentração de poder nas mãos do Executivo, com destaque para o presidente. Nesse sentido, o jornal segue informando que

Numa atitude que a nós, e a muitos surpreendeu, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade de votos resolveu “não conhecer” o mandado de segurança requerido pela Fundação Metropolitana Paulista contra a censura ao semanário O SÃO PAULO.

A Presidência da República aparentemente saiu vitoriosa do episódio. No entanto, quer parecer-nos que a atitude do Supremo Tribunal acaba de considerar o mandatário supremo da Nação como imune a qualquer julgamento. Isso significa o reconhecimento do poder discricionário, ou seja, da ditadura (*O São Paulo*, Julgamento da censura a “O São Paulo”, maio de 1978).³⁵

Assim, o semanário católico denuncia a continua imposição da censura prévia em suas edições, exprimindo a preocupação inerente ao fato de que “este [o STF] confessa que ele [o presidente] pode censurar, sem limites, informações e idéias [sic]” (*O São Paulo*, Julgamento da censura a “O São Paulo”, maio de 1978).³⁶

Apesar das inúmeras tentativas judiciais de questionar a legitimidade e o longo período de imposição da censura prévia³⁷ ao jornal paulistano, as páginas do jornal *O São Paulo* permaneceram veladas pela censura militar até 8 de junho de 1978, quando “a censura, portanto, acabou como havia começado: pelo telefone, sem que houvesse um documento escrito, decretando o seu término, como não tinha havido, sete anos antes, decretando o seu início” (PEREIRA, 1982, p. 184).

Tendo sido apresentado o posicionamento do semanário católico em relação à imposição da censura prévia, esta pesquisa dará continuidade ao processo analítico das matérias censuradas do jornal *O São Paulo* com o intuito de

³⁵ O documento encontra-se disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFcUhsVWI5VktlNjQ/view> (acessado em 21/03/2016 as 18h46min).

³⁶ O documento encontra-se disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFcUhsVWI5VktlNjQ/view> (acessado em 21/03/2016 as 18h46min).

³⁷ Como apresenta Souza (2012) a liberação dos demais meios de comunicação, da imprensa escrita brasileira, teve início em 1975, no governo Geisel, juntamente com o começo da abertura política. Contudo, os jornais *O São Paulo*, *Movimento* e *Tribuna de Imprensa* foram mantidos sob as rédeas da censura prévia até o ano de 1978.

compreender a existência de um embate político-ideológico inserido nas páginas da história brasileira, considerando que tal embate, estabelecido entre a Teologia da Libertação e a doutrina de Segurança Nacional, veio determinar o extenso período de imposição da censura ao semanário paulistano.

CAPÍTULO II – RELAÇÕES ENTRE ESTADO, SEGURANÇA NACIONAL E IMPOSIÇÃO DA CENSURA PRÉVIA AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Este capítulo tem como preocupação principal analisar o modo pelo qual o semanário católico *O São Paulo* compreendeu e analisou a doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra (ESG) e seu subsequente projeto de Estado, que passa a ser posto em prática com o Golpe de 1964.

Atentamo-nos ao fato de que a formação do Estado brasileiro se destaca por determinadas particularidades que devem ser levadas em consideração quando buscamos compreender a dinâmica de relações que se consolidaram no processo histórico nacional e que vieram a delinear o espaço político brasileiro contemporâneo – principalmente no que tange ao íntimo e destacável papel exercido pelas Forças Armadas em relação às transformações sociais e políticas ocorridas no país.

As teorias clássicas das Ciências Sociais tendem a enquadrar as Forças Armadas enquanto aparelho de controle e garantia da ordem social instituída dentro do Estado Capitalista, Weber (1971), por exemplo, classifica o Exército enquanto *mecanismo de força legitimada* que tem por ofício garantir a relação de dominação social vigente, tendo o monopólio da violência legitimada por lei como ferramenta.

Este capítulo, contudo, terá como foco demonstrar que, dentro da particular realidade brasileira, o Exército ultrapassa esses limites estabelecidos pela dominação burguesa na sociedade capitalista, se consolidando como um dos principais segmentos nas relações estabelecidas pelo jogo de poder no cenário político nacional.

Demonstra-se, assim, como os intelectuais desse segmento desenvolveram e transformaram os fundamentos ideológicos da doutrina que embasou as Forças Armadas brasileiras, tendo por intuito a sua disseminação em meio aos demais grupos da sociedade civil brasileira ambicionando a consolidação do domínio militar em meio a realidade política e social nacional. Apresentando, portanto, a doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra e a consolidação do Estado ditatorial militar (1964-1985) como o ápice desse processo

de busca pela cristalização do consenso da ideologia militar para com a sociedade brasileira.

Destacamos, ainda, que ao posicionar-se em oposição à doutrina que embasou o Estado de Segurança Nacional, o semanário católico acabou antagonizando os princípios fundamentais que serviam de alicerce para esse pensamento político-ideológico militar – fenômeno que consideramos crucial para compreender a imposição da censura prévia ao jornal *O São Paulo*.

2.1 A REALIDADE NACIONAL E INTERNACIONAL QUE POSSIBILITOU A LEGITIMAÇÃO DA CENSURA

Tendo o intuito de analisar as percepções das matérias vetadas do semanário católico paulistano, este trabalho parte da perspectiva de problematizar a realidade social a partir das próprias fontes documentais utilizadas. Dessa forma, ao selecionarmos, de maneira intencional, um dos documentos provenientes do arquivo censurado do jornal *O São Paulo*, notamos que o texto aborda as temáticas relacionadas à situação econômica brasileira, em relação à economia mundial, informando de forma crítica, que:

Costuma-se afirmar que o estado de Minas Gerais tem um coração de ouro, num peito de aço. O coração de ouro já foi transplantado para os cofres ingleses e portugueses nos séculos XVII e XVIII. Agora é a vez dos canadenses, norte-americanos e japoneses levarem o peito de aço. A matéria prima é boa, e quase de graça. Ultimamente a cobiça está voltada para o urânio. Alemanha e USA disputam para ver quem leva. É duro ser país colonial. Pior ainda ser colônia rica. É mais cobiçada e se arrastada ora pra cá, ora pra lá. O Governo alemão e brasileiro fizeram um acordo nuclear em 1974. A Alemanha se prontificou a ensinar e dar condições técnicas para o Brasil enriquecer o urânio. É lógico que nestas transas vão grandes vantagens materiais e também se estreitam os laços de dependência tecnológico-cultural do Brasil (*O São Paulo*, Os trabalhadores e a situação econômica, 21 de abril de 1977).³⁸

Notemos a existência de dois pontos essenciais de discussão que são levantados pela equipe editorial d'*O São Paulo*, sendo eles: a) a contínua

³⁸ O documento citado encontra-se disponível no endereço eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFT0thd3hRQzVlbDA/view> (acessado em 23/02/2016 as 10h14min).

dependência internacional brasileira que decorre da implementação de diferentes processos de *modernização* em detrimento de um processo preciso de *modernidade*, sendo isso uma consequência do caráter *patrimonialista* do Estado brasileiro e b) a consistente condição de exploração, nacional e internacional, da qual o Brasil se encontra sujeito, perpetuando a sua condição de país “subdesenvolvido”³⁹.

a) Primeiramente torna-se necessário explicitar que este trabalho partilha da percepção de que as transformações políticas no Brasil apresentam forte tendência de serem impostas de cima para baixo, sendo, portanto, formuladas por ideais de mudanças sociais que são alheios a população e a nação como um todo – ficando restritas a representatividade dos segmentos que compõe o Grupo no Poder das determinadas épocas em que ocorreram as transformações políticas na sociedade brasileira (HOLANDA, 1995).

Dessa forma, como acrescenta Raymundo Faoro (1994), os processos de mudanças sociais ocorridos no Brasil resultam da imposição de modelos de *modernização*, que representam os interesses econômicos e políticos de um determinado segmento social, ou mesmo de um conjunto de segmentos que compõem o Grupo no Poder, normalmente inspirados, ou influenciados, por uma ideologia externa e hegemônica – alheios, portanto, a realidade social brasileira como um todo, o que dificulta a construção de um projeto coletivo de nação e a consequente conquista brasileira da almejada *modernidade*. Para Faoro:

A *modernidade* compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais, enquanto a *modernização*, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes. Na modernização não se segue o trilho da “lei natural”, mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança. Traduz um esquema político para uma ação, fundamentalmente política, mas economicamente orientada (FAORO, 1994, p. 99).

³⁹ Afirmamos a consciência da característica pejorativa que o termo “subdesenvolvido” carrega, ao passo em que remete a uma perspectiva de evolução econômica moldada em parâmetros etnocêntricos. Apesar da nossa concordância em preferência pelo termo “emergente”, é necessário levar em consideração a importância da utilização do conceito de “país subdesenvolvido” que foi o cerne do debate político econômico no período estudado, sendo, portanto, relevante para a discussão aqui empreendida.

Então, analisando historicamente as transformações e mudanças sociais ocorridas na sociedade brasileira, encontramos a supremacia dos segmentos que compõe o Grupo no Poder (latifundiários, capitalistas nacionais e externos, Forças Armadas, intelectuais, os grandes oligopólios comunicacionais, entre outros). No que tange a determinação organizacional e diretiva dos projetos de mudança social, que em decorrência desse fator tendem a ser fortemente controlados e dirigidos pelo Estado, se caracterizam historicamente pela alta centralização do poder – uma característica herdada da colonização portuguesa.

Nesse sentido, como nos mostra Faoro (2012), o Estado brasileiro se constitui, historicamente, como tendo caráter patrimonialista, ao passo em que se apresenta enquanto uma arena de embates entre os diferentes interesses particulares dos segmentos sociais que compõe o Grupo no Poder, tendo por primordial atribuição regular a tensão que decorre das divergências entre esses segmentos, ao mesmo tempo em que orienta a sociedade como um todo, de modo a satisfazer as necessidades de manutenção do poder estabelecido. Assim:

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – assim é porque sempre foi (FAORO, 2012, p. 819).

Percebemos, portanto, que o Estado brasileiro apresenta determinada propensão a se fundamentar na ambígua inexistência de distinção entre o privado e o público, sendo apropriado pelos segmentos dominantes como mecanismo de garantia de seus interesses particulares, não estando, assim, vinculado à finalidade que cabe ao Estado democrático em si, que reside no papel de representar os anseios e necessidades de todas as camadas da sociedade.

Dentro dessa articulação de segmentos dominantes que compõem o Grupo no Poder que constitui o Estado brasileiro, as Forças Armadas merecem especial destaque no que tange à supremacia de forças decisórias no jogo de poder estabelecido pelas tensões decorrentes dessa composição política nacional. Contudo, a compreensão do domínio militar dentro do cenário político

brasileiro ocorre pela análise histórica da formação e consolidação desse segmento enquanto estamento dentro do jogo de poderes do Estado republicano nacional.

Como nos mostra Faoro (2012), as Forças Armadas brasileiras, fortalecidas com a Guerra do Paraguai (1864-1870) e influenciadas pelas ideologias positivistas externas⁴⁰, dirigiram o movimento republicano que rompeu com a dominação do Poder Moderador (e consecutivamente com a Monarquia brasileira), consolidando a República Velha (1889-1930). Salienta-se, contudo, que a República que se consolidou com esse movimento foi meramente um jogo de forças que acarretou no fortalecimento do poder militar dentro do cenário político brasileiro, tendo como exemplo:

A célebre carta de Aristides Lobo sobre o 15 de Novembro é documento flagrante do imprevisto que representou para nós, a despeito de toda a propaganda, de toda a popularidade entre os moços das academias, a realização da ideia republicana. "Por ora", dizia o célebre paredro [sic] do novo regime, "por ora a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração de elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava" (In: HOLANDA, 1995, p. 161).

O Estado republicano brasileiro se edificou, portanto, enquanto um jogo de forças que tinha por intuito inserir e definir o segmento militar brasileiro enquanto principal força dirigente dentro do Grupo no Poder – destacando, ainda, que a partir da sua consolidação desse segmento (dominado e liderado pelos intelectuais do Clube Militar) é que passam a ser disseminadas, em meio a sociedade brasileira, as primeiras elaboração ideológicas, do que viria a se consolidar, futuramente, como a doutrina de Segurança Nacional.

Eduardo Prado (ativista monárquico e um dos jornalistas críticos políticos de maior destaque dentro do contexto de transição da Monarquia para a República) previa que essa politização do Exército resultaria na instituição de diversas ditaduras militares que viriam a dilacerar o cenário político brasileiro. Em sua perspectiva para o futuro, o jornalista afirmava que:

⁴⁰ Segundo Paim (1979), o pensamento político positivista de August Comte influenciou a formação de duas grandes vertentes políticas na sociedade brasileira que vieram a marcar o período da primeira República, sendo estas: o *castilhismo*, embasado no aspecto tutelar e impositivo da doutrinação positivista e o "positivismo ilustrado", que pretendia um processo educativo pedagógico que viesse a condicionar a consolidação de um sistema representativo fundamentado no voto.

a luta vai ser entre o Exército estragado pelos jornalistas ambiciosos, pelos professores pedantes, entre esse Exército político, servido por seus escribas e que não quererá largar a rendosa tirania, e a sociedade civil que terá de reagir ou de se aniquilar. A nação terá de mudar ou de devorar o Exército político ou o Exército político acabará de humilhar e de devorar a nação (In: FAORO, 2012, p. 609).

Ao retomarmos os temores de Silvio Romero a respeito da possibilidade de cristalização do despotismo presidencialista no Brasil, decorrentes do caráter ditatorial militar dos governos de Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894), é possível notar que as raízes da supremacia do estamento militar nos jogos de poder político da sociedade brasileira datam da proclamação da República Velha. Para Romero, “o presidencialismo é uma espécie de ditadura, nomeadamente entre os povos latinos da America, e systema cheio de todos os vícios desta casta de moléstia política” (ROMERO, 1893, p. 29).

Neste ponto é necessário expor o esquema tricotômico⁴¹ de análise do grau democrático dos regimes políticos elaborado por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001), segundo o qual os regimes podem ser classificados enquanto: democrático, semidemocrático e autoritários⁴². O autor compreende que um regime político somente pode ser considerado democrático ao passo em:

(a) que promove eleições competitivas livres e limpas para o Legislativo e o Executivo; (b) que pressupõe uma cidadania adulta abrangente; (c) que protege as liberdades civis e os direitos políticos; (d) no qual os eleitos de fato governam e os militares estão sob controle civil (MAINWARING et al, 2001, p. 645).

Note-se, assim, que a partir da utilização deste modelo podemos classificar a República Velha enquanto um regime político primordialmente autoritário, ou mesmo como uma ditadura militar, ao passo em que se estabeleceu um regime político rigidamente controlado pelos militares, em detrimento quase

⁴¹ Mainwaring (2001) considera que modelos dicotômicos de análise são demasiadamente imprecisos e restritos para analisar os regimes políticos – principalmente dentro da realidade latino-americana que se destaca pela constante interferência militar nas decisões e transformações políticas.

⁴² O dicionário de Ciência Política define que “na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas” (BOBBIO, 1998, p. 94).

absoluto dos demais componentes da sociedade civil, no qual “o Clube Militar, nas ramificações estaduais, escolhe candidatos e alicia eleitores” (FAORO, 2012, p. 611).

Fausto (1972) destaca o papel determinante desempenhado pelos militares nas articulações políticas que desencadearam a “Revolução de 1930”, que levou Getúlio Vargas à presidência da República (1930-1937), em decorrência das transformações econômicas internacionais desencadeadas pela crise de 1929 e pelos embates e tensões políticos ocorridos no Brasil da “política do café com leite”.

A força política decisória exercida pelo segmento militar se apresentou novamente com a instituição do Estado Novo (1937-1945), também conhecido como ditadura Vargas. Processo no qual os militares, vinculados a Getúlio Vargas e à Ação Integralista Brasileira⁴³ (AIB), desencadearam um golpe político com o intuito de combater as supostas ameaças comunistas à sociedade brasileira, consolidando um Estado de caráter fascista na sociedade brasileira, seguindo, assim, a tendência desenvolvimentista que tomava fôlego na Europa da época (BARBOSA, 2011).

Com o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e em decorrência da vinculação estabelecida entre o Brasil e os Aliados (Estados Unidos, Inglaterra e França) no combate às ditaduras nazi-fascistas, as elites nacionais e norte-americanas, com apoio das Forças Armadas brasileiras, destituíram o poder de Getúlio Vargas, substituindo a ditadura do Estado Novo (1937-1945) por uma democracia representativa liberal (IANNI, 1979). Assim, mais uma vez na história brasileira, as Forças Armadas brasileiras desempenharam papel decisivo na mudança política nacional, com a implementação de um novo projeto de *modernização*.

b) Celso Furtado (1964) apresenta peculiaridades que devem ser levadas em consideração quando nos referimos à implementação e ao

⁴³ Segundo Marconi (1980), o golpe que consolidou a ditadura Vargas em 1937 se fundamentou em um documento, intitulado “Plano Cohen”, encontrado pelo Exército, que expunha os planos de grupos comunistas nacionais, vinculados com a União Soviética, de implementar uma ditadura comunista no Brasil. Futuramente a AIB assumiu autoria pela produção do documento, que teria sido elaborado enquanto um exercício teórico para o combate da ameaça comunista ao país, não tendo sido denunciado sob o pretexto do medo que o Partido possuía de prejudicar a imagem das Forças Armadas perante a sociedade brasileira.

desenvolvimento do sistema capitalista nos chamados países *subdesenvolvidos*⁴⁴, sendo que nestes casos encontramos a implementação forçada de um modelo de *modernização*⁴⁵ capitalista, imposto de cima para baixo, em países nos quais prevalece não só o modelo econômico, como também a ordem social⁴⁶, agrícola-latifundiário. Salientando que:

O que conceituamos como subdesenvolvimento é, entretanto, menos a existência de uma economia fundamentalmente agrária – teríamos neste caso tão-somente uma economia *atrasada* – do que a decorrência de um dualismo estrutural. Este tem origem quando numa economia agrícola *atrasada* determinadas condições históricas propiciam a introdução de uma cunha de economia tipicamente capitalista, criando-se um desequilíbrio ao nível dos fatores – na linguagem dos economistas – com reflexos em toda a estrutura social (FURTADO, 1964, p. 81).

Esses processos de *modernização* da sociedade tendem a desencadear determinadas consequências, ressaltando a consolidação do mencionado sistema estrutural dualista, no qual a elite latifundiária e a nova classe capitalista assumem, ou mantêm, seus postos de disputa na arena política nacional.

Dentro dessa perspectiva, Furtado (1964) demonstra que as classes dirigentes, inseridas nesse modelo de desenvolvimento, passaram a se diferenciar em três setores principais: (1º) núcleo latifundiário primitivo; (2º) grupo controlador dos interesses do comércio exterior; (3º) capitalistas nacionais.

No caso brasileiro, estes três segmentos sociais passaram a compor os estamentos do Grupo de Poder estatal, não deixando de lembrar o caráter patrimonialista do Estado brasileiro (FAORO, 2012). Seguindo essa linha

⁴⁴ O termo subdesenvolvido é utilizado nesta obra não para designar, de maneira depreciativa, um estágio de desenvolvimento do capitalismo, mas sim um modelo específico de capitalismo implementado por meio de projetos de modernização que tendem a atender os interesses dos segmentos dirigentes das sociedades em questão, comumente influenciados pela ideologia de países hegemônicos, que tendem a se beneficiar desses processos de maneira ampla.

⁴⁵ Considerando o processo de modernização, a partir de Faoro (1994), como implementação de um modelo de desenvolvimento capitalista, baseado em influências externas, que é imposto de cima para baixo – e, portanto, impossibilita a criação de um projeto nacional de desenvolvimento capitalista.

⁴⁶ O que implica aqui na compreensão da conjuntura social como um todo, na qual a cultura, as relações sociais e as estruturas sociais e políticas encontram-se condicionadas por um sistema de relações complexo e dual, no qual coexistem, de forma ambígua, são as condições prévias e posteriores à implementação do modelo de *modernização*.

de raciocínio, tomemos a análise elaborada por Sérgio Buarque de Holanda, inferindo que:

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo de luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos (HOLANDA, 1995, p. 160).

O segundo efeito colateral dos processos de *modernização*, apresentado por Furtado (1964), reside no favorecimento à fragilidade do potencial político da classe proletária que ascende nesse modelo de capitalismo, considerando ainda a continuidade de existência de um extenso contingente populacional camponês (política e educacionalmente menosprezados) – que permanece atuando no setor agrícola e servindo como força de reserva para o setor capitalista.

Os baixos níveis de dinamismo social que se originam desse processo de *modernização* fazem com que as classes dirigentes nacionais se acostumem com altíssimas taxas de lucro, tendendo a recrudescer ainda mais, por meio do aparato estatal, a supressão do desenvolvimento político do país – impedindo, portanto, a consolidação de movimentos sociais que permitam a inclusão de representantes dos grupos populares nacionais dentro do Grupo de Poder que caracteriza o Estado brasileiro, tendendo a favorecer a extrema concentração de renda que é típica da sociedade brasileira.

2.2 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E O ESTADO DITATORIAL MILITAR

Notemos que, em uma de suas matérias vetadas, a equipe editorial do semanário O São Paulo realiza um debate a respeito da publicação proveniente da *Pro Vita Mundi*, realizada em Bruxelas (Bélgica) em 1978, o documento utilizado de base para as elaborações feitas pelo jornal paulistano

Lembrou que a Guerra Fria no mundo propiciou uma nova ordem internacional, criando uma tensão e desconfiança entre o Leste e o Ocidente.

Este antagonismo fundamental e global de dois blocos originou a psicose, acentuando-se na América Latina e, em especial, no Brasil, ocasionando o surgimento de focos de guerrilhas e de governos populares, como os de João Goulart no Brasil e Allende no Chile. Esses contextos, prossegue a publicação, favoreceram o aparecimento da Segurança Nacional. Esta idéia [sic] propiciou a organização de um Estado marginalizado das correntes democráticas (*O São Paulo*, A Igreja Católica e a Segurança Nacional, 3 de março de 1978).⁴⁷

Destaquemos, assim, não só a perspectiva apresentada pelo jornal *O São Paulo* que considera a doutrina de Segurança Nacional como fruto inerente de uma realidade global que passa, com a Guerra Fria, a ser condicionada por uma perspectiva política dicotômica que se fundamenta no embate entre o Leste e o Ocidente, como também o reconhecimento da necessidade de uma coexistência valorizada de diferentes “correntes democráticas”.

Faz-se necessário, neste momento, destacar que, conforme apresenta Furtado (1985), a década de 1950 se iniciou juntamente com o acirramento do conflito mundial da Guerra Fria, trazendo fortes repercussões para o cenário político brasileiro, que enquanto aliado e dependente do financiamento norte-americano, tornou a reproduzir o embate ideológico anticomunista em meio a sociedade civil.

O início da década de 1960 trouxe consigo uma mudança nas articulações das massas populares, que demonstravam tendências de vinculação à política populista brasileira, fortalecendo o processo de ruptura com a condição de massa de manobra. Dessa forma:

No decorrer dos primeiros anos da década de 60, as aglutinações populares iriam apresentar, tanto nas cidades como no campo, novo rigor reivindicativo, adquirindo maior autonomia em relação às práticas cooptativas que permeavam o estilo de dominação populista (KOWARICK; BONDUKI, 1988, p. 134).

Juntamente com as novas articulações populares (que possibilitavam um aumento gradual da participação popular no cenário político), os primeiros anos da década de 1960 vislumbraram o desencadeamento de uma forte crise política no Brasil. Nesse sentido:

⁴⁷ O documento se encontra disponível no endereço eletrônico:
<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFY0t2TmJWWG5Gc0k/view> (acessado em 21/03/2016 as 15h56min).

Ao mesmo tempo, ocorreu uma intensa politização das massas urbanas: a classe média e proletariado, destacando-se bastante uma parcela de estudantes universitários. Essa intensa politização deveu-se, em primeiro lugar, à crise originada do golpe de estado frustrado do Presidente Jânio Quadros; golpe esse correntemente conhecido como “renúncia” intempestiva, em agosto de 1961. Diante do fato consumado da renúncia do Presidente da República, as forças políticas e econômicas conservadoras e antipopulistas tentaram impedir a posse do então vice-presidente da República, João Goulart. Em consequência, as forças políticas ligadas a Goulart mobilizaram-se, para defender a sua posse, nos termos da Constituição Brasileira de 1946 (IANNI, 1979, p. 194).

A crise política e o processo de gradual politização das massas se intensificaram cada vez mais durante o exercício do governo João Goulart (1961-1964) – passando a se mobilizar em prol das propostas de Reformas de Base feitas pelo plano de governo de Jango.

Ao retomarmos o contexto político internacional da época, no qual os Estados Unidos da América, em decorrência do conflito da Guerra Fria:

Estavam empenhados em inculcar nas elites latino-americanas a visão dicotômica do mundo, mediante a qual se inculcava a ideia de que a única forma de evitar a guerra real, a que nos expunha o “expansionismo soviético”, era subordinar a política interna de cada país às exigências da guerra fria. Essa visão de um mundo em permanente “conflito controlado”, exigindo alinhamento a um ou outro bloco, está na origem da doutrina da segurança nacional, que põe o Estado acima da sociedade (FURTADO, 1985, p. 166).

Nessa restrita visão dicotômica de mundo (predeterminada pela ideologia de segurança nacional norte-americana no contexto de Guerra Fria) as “iminentes ameaças comunistas” decorrentes das propostas de Reformas de Base do governo Goulart (1961-1964), assim como o crescente apoio das massas populares mobilizadas (com gradual processo de politização em andamento), desencadearam a articulação de segmentos conservadores, nacionais e internacionais, em prol de uma intervenção militar que combatesse a “ameaça vermelha” decorrente da administração de João Goulart.

As páginas censuradas do semanário católico, em outra matéria vetada, comparam ainda a doutrina da Escola Superior de Guerra com a ideologia

que dominou a URSS em decorrência do mesmo processo de divisão dicotômica do mundo, nas palavras da própria equipe editorial do jornal paulistano:

A ideologia da Segurança Nacional colocada acima da Segurança Pessoal espalha-se pelo Continente latino-americano, como ocorreu nos países sob domínio soviético. Nela inspirados, os regimes de força, em nome da luta contra o comunismo e em favor do desenvolvimento econômico, declaram a “guerra anti-subversiva” contra todos aqueles que não concordam com a visão autoritária da organização da sociedade. O treino para esta “guerra anti-subversiva”, na América Latina, contra o comunismo, além de levar ao embrutecimento crescente de seus agentes, gera um novo tipo de fanatismo, um clima de violência e de medo. São sacrificadas as liberdades de pensamento e de imprensa, são supressas as garantias individuais (*O São Paulo*, A CNBB Informa, 11 de dezembro de 1976)⁴⁸.

Nesse ponto faz-se necessário compreendermos a formação histórica da doutrina de Segurança Nacional das Forças Armadas brasileiras, tendo em vista que

Com o advento da ditadura militar no Brasil, e em nome da Segurança Nacional, instalou-se um complexo sistema repressivo para combater a subversão e, ao mesmo tempo, reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem (MAGALHÃES, 1997, p. 2).

Salienta-se que este trabalho toma as Forças Armadas e seus respectivos colaboradores da sociedade civil enquanto estamento tecnoburocrático (representado como tal por uma ideologia/filosofia, consolidada na doutrina de Segurança Nacional) que atinge o seu domínio estamental do Estado com a concretização da instauração da ditadura militar brasileira – principalmente a partir dos Atos Institucionais de nº 2⁴⁹ (1965) e de nº 5⁵⁰ (1968).

Devemos considerar, contudo, que o surgimento da doutrina de Segurança Nacional precede, como nos mostra Marconi (1980), a instalação da

⁴⁸ A matéria encontra-se disponível no endereço eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFa2xsZIITNEVwQm8/view> (acessado em 16/02/2016 as 16h00min).

⁴⁹ Conforme nos mostra Skidmore (1991), o AI-2 foi promulgado pelo então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), tornando indiretas as eleições para cargos do Executivo e suprimindo o poder Judiciário em detrimento do poder Executivo.

⁵⁰ O AI-5 foi decretado pelo então presidente, representante da linha dura militar, Artur da Costa e Silva (1967-1969), concedendo poder extraordinário ao representante do Executivo (presidente) sobre os poderes do Judiciário e do Legislativo (SKIDMORE, 1991).

ditadura militar no Brasil (1964) e vai muito além da simples luta contra o marxismo, o comunismo e a prevenção contra a participação do povo no poder – conforme foi apresentado anteriormente os primeiros fundamentos ideológicos da doutrina de Segurança Nacional passaram a ser elaborados e disseminados em meio a sociedade civil brasileira pelos intelectuais conhecidos como “bacharéis da espada” que compunham o Clube Militar já nos primeiros anos da República Velha.

Para compreender a doutrina de Segurança Nacional retomaremos algumas particularidades do contexto histórico mundial e nacional, que possibilitaram a sua formulação e internalização por partes de determinados grupos sociais em meio à sociedade brasileira. Primeiramente se deve ter em mente que a:

Segurança Nacional é uma expressão que passou a ganhar maior ênfase a partir da II Guerra Mundial, com significados diferentes, segundo esta ou aquela Nação. Sem dúvida, quer dizer proteção da Nação, de seu povo e de seu território contra agressões físicas. Nesse sentido, equivale ao que se poderia, tradicionalmente, definir como defesa. Hoje, todavia, segundo concepções nascidas nos Estados Unidos da América, segurança nacional tem um sentido mais largo. Ela também quer dizer proteção, conceito abrangente de todo um conjunto de meios, de vital importância nos campos da economia e da política, que descurados podem por em risco valores fundamentais para a vitalidade do Estado (BICUDO, 1984, p. 13).

No caso brasileiro, como nos mostra Martins (1986), a Escola Superior de Guerra foi fundada no ano de 1949, pautada nos moldes militares da “National War College” (NWC) dos Estados Unidos da América, “com objetivos bem definidos: formular uma doutrina para a segurança nacional; e partindo de um ponto básico: o de que esta deixou de ser um assunto meramente militar para depender do ‘potencial da nação’” (MARTINS, 1986, p. 12). Assim, a ESG se desvinculou dos preceitos básicos que fundamentavam a NWC, ao passo em que:

Considerou-se, desde de logo, desaconselhável [que] copiasse a nossa Escola o “National War College”. Este seria o grande inspirador, mas não seu único modelo. Com efeito, a Escola Americana, atuando em um meio desenvolvido, podia dedicar-se preferentemente aos assuntos da guerra, despreocupada da solução de problemas nacionais, entregues a elites formadas por um sistema educacional de comprovada eficácia. No Brasil, porém, mais do que a preparação para a guerra, a tarefa prioritária seria a de formar elites para a solução dos problemas do País, em tempo de paz (FERREIRA, 1979, p. 250).

Fica explícito, portanto, a continuidade da atuação do Exército político, que consolidou a República Velha no Brasil (1889) no que tange aos anseios de organização social e direcionamento político dominante da sociedade brasileira. Dessa forma:

Claro está que, embora as políticas voltadas para a segurança nacional no Brasil sejam bastante anteriores à década de 60 [do século XX], nota-se nesse período a transformação de seus principais eixos em uma Doutrina Política de Segurança Nacional, ancorada na ilimitada militarização do social (PELEGRINI, 2000, p. 83).

Encontra-se, nessa preocupação com a formação das elites, a empreitada de formar os políticos e os tecnoburocratas que viriam a ocupar os cargos públicos no período de ditadura militar. A ESG toma, então, para si, o ofício de instrução, formação e organização não só de uma elite intelectual responsável por dirigir o Estado brasileiro, como também de técnicos burocráticos que colocassem em prática os planejamentos elaborados por essa elite – fundamentados na ideologia da doutrina de Segurança Nacional. A ESG encontrava-se aberta, portanto, para militares e civis (cooptados) que tivessem por intuito obter uma formação técnica e política para atuar nas diferentes esferas do Estado brasileiro, com o intuito de promover o desenvolvimento e a aniquilação do comunismo no território nacional, salientando que:

Independente dos motivos que levam os civis a procurar os cursos da ESG ou da ADESG (Associação dos Diplomados pela Escola Superior de Guerra), eles são escolhidos mediante a avaliação de sua “atuação atuante na orientação e execução da Política Nacional” (art. 5º, da lei 785, de 20/08/49). Com isso, a ESG adquire a função de escola formadora de quadros no melhor sentido das escolas jesuíticas da época da Contra-Reforma, ou de qualquer escola de partido (legal ou funcional) aspirante à hegemonia, buscando realizar o domínio indireto da ESG sobre o governo e a Sociedade (FERREIRA, 1979, p. 252).

Nota-se, assim, que o processo de incorporação de civis e militares dentro da instituição de ensino superior militar se dava de maneira altamente elitizada e hierarquizada, privilegiando sempre os indivíduos com capacidades cognitivas que se assemelhassem ao papel desempenhado pelo intelectual, no que tange a organização de massas e cultura, sempre a partir da ideologia que representava o estamento militar, de forma a exercer uma “atuação atuante” em meio a sociedade civil brasileira.

O jornal *O São Paulo* posicionou-se de forma crítica à perspectiva da ESG na formação de políticos e técnicos, fortemente subordinados à hierarquia político-militar e a doutrina de Segurança Nacional, conforme apresentado em matéria vetada do semanário:

A curto prazo, um sistema que fabrica políticos da altura dos envolvidos na crise do Legislativo paulista poderá parecer interessante para o governo forte, mas a longo prazo, quando se desfizerem de vez as últimas lideranças autênticas, o próprio Executivo deverá lamentá-lo (*O São Paulo, As implicações da cassação de Leonel, s/d*)⁵¹.

Dessa forma, a equipe editorial problematiza a respeito da possibilidade de extinção do que se classifica neste trabalho como *intelectual orgânico*, que, conforme apresenta Gramsci (1987), estando vinculado a uma classe ou grupo social, se consolida como um dos protagonistas sociais responsáveis pela organização das massas e da cultura desse grupo.

Destaca-se, portanto, a preocupação do jornal para com o empreendimento do estamento militar em cristalizar seu domínio no cenário político nacional, sufocando gradualmente as possibilidades de ascensão de líderes sociais críticos e ativos que viessem a consolidar propostas e perspectivas alternativas – não só pela ocupação tática de cargos políticos e administrativos por membros formados na ESG, como também pela perseguição deliberada de líderes que se posicionavam em oposição à ideologia da Segurança Nacional.

Devemos, ainda, salientar o papel de destaque reservado à tecnocracia e ao burocratismo, que representam o funcionalismo público quando nos referimos aos artifícios estatais que visam garantir e gerir a continuidade do imobilismo social da sociedade moderna – principalmente quando nos atentamos ao caráter politicamente orientado do capitalismo brasileiro, inserido em uma realidade estatal patrimonialista que incorpora, e é incorporada, pelo estamento tecnoburocrático que se consolida. Assim:

⁵¹ Matéria de Miguel Glugoski, sem data definida, disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFcWhlejE4UEhrM2s/view> (acessado em 04/02/2016 às 16h40min).

Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre setor público e privado, que, com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando-se o setor fiscal do setor pessoal. O caminho burocrático do estamento, em passos entremeados de compromissos e transações, não desfigura a realidade fundamental, impenetrável às mudanças. O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal (FAORO, 2012, p. 823).

O tecnoburocratismo brasileiro se consolida como um produto do patrimonialismo estamental, e do capitalismo politicamente orientado, cumprindo a tarefa de reproduzi-lo e recrudescer ao máximo as vias políticas que venham a possibilitar a mudança social e o rompimento com o tipo de domínio social que representa esse modelo de sociedade. Considera-se, ainda, que o tecnoburocratismo e o capitalismo politicamente orientado exerceram um papel fundamental no que tange à imposição da censura à imprensa escrita brasileira durante a década de 1970.

Aquino (1999) salienta que uma das principais ferramentas utilizadas pela censura militar, no período anterior a institucionalização da censura prévia e em seus primeiros anos de funcionamento (1964-1968), foi o *boicote econômico*. A partir dessa ferramenta o Estado ditatorial determinava boicotes publicitários, nos âmbitos tanto público quanto privado, aos meios de comunicação da imprensa escrita nacional que veiculassem conteúdos previamente definidos como proibidos de publicização.⁵²

Com a imposição do *boicote econômico*, diversos representantes da imprensa escrita nacional passaram a aderir a autocensura dentro de suas redações, pelo fato da dependência financeira para com a veiculação de propagandas privadas em suas páginas. Este trabalho considera que a imposição do boicote à imprensa escrita somente se tornou possível em decorrência de dois fatores essenciais que caracterizavam o Estado brasileiro na época, que se complementam para sua consolidação, sendo eles: 1º o domínio estamental militar do Estado, estabelecido com a ditadura militar; 2º pelo modelo de capitalismo politicamente orientado, vigente historicamente no Estado brasileiro.

⁵² Segundo Marconi (1980), os temas e nomes definidos como proibidos de veiculação eram informados previamente para as equipes editoriais dos meios de comunicação da imprensa escrita por meio de bilhetes e telefonemas.

A junção dessas duas características essenciais do Estado brasileiro, no contexto histórico da ditadura militar, possibilitou a determinação da orientação e direção econômica do âmbito privado de acordo com os interesses ideológicos (fundamentados na doutrina de Segurança Nacional) do estamento militar – ao passo em que se considera que, a partir da consolidação do domínio estamental do Estado, por parte das Forças Armadas, todo o direcionamento das funcionalidades estatais passam a ser determinadas por esse segmento.

Em outra de suas matérias vetadas, a equipe editorial do semanário *O São Paulo*, reforçando a publicação da *Pro Vita Mundi*, define que

A doutrina de Segurança Nacional é a base de luta contra o marxismo, com a exclusão do povo de participar do poder, para o desenvolvimento da economia e para as relações Estado-Igreja. Esta doutrina se apresenta como uma síntese compreensiva das ciências sociais e oferece a possibilidade de um completo programa de ação em todos os campos sociais, aspirando estabelecer critérios definitivos, não somente no âmbito econômico, mas também no pedagógico e religioso (O São Paulo, A Igreja Católica e a Segurança Nacional, 3 de março de 1978 – grifos nossos).⁵³

Notemos, pois, a existência de três pontos de pauta que devem ser abordados a partir da análise do trecho acima transcrito: a) a fundamentação da doutrina enquanto mecanismo de combate ao inimigo vermelho; b) a construção da doutrina de Segurança Nacional enquanto um processo intelectual historicamente construído; c) referência ao extenso aparato político/ideológico estatal instituído pela ditadura militar brasileira (1964-1985), denunciando a sua atuação e seu objetivo de cristalizar e universalizar a doutrina de Segurança Nacional em meio a sociedade civil como um todo.

a) Como mostra Löwy (2009), os atritos políticos resultantes da Guerra Fria acabaram por dividir o mundo em dois grandes polos políticos – os países capitalistas (liderados pelos E.U.A. e vinculados às correntes filosóficas positivistas) e os países socialistas (liderados pela URSS e inspirados por teóricos do marxismo) – que travavam constantes disputas pela consolidação de seus sistemas políticos nos então chamados países subdesenvolvidos.

Com a Revolução Cubana (1959) e, conseqüentemente, com o “perigoso” alastramento do comunismo dentro do território americano, teve início,

⁵³ O documento se encontra disponível no endereço eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFY0t2TmJWWG5Gc0k/view> (acessado em 21/03/2016 as 15h56min).

com o apoio direto dos Estados Unidos, a instalação de regimes ditatoriais de caráter militar em toda a América Latina. Quanto a realidade política brasileira, é essencial destacar as supostas “ameaças” comunistas que caracterizam o governo do então presidente João Goulart que, segundo Fausto (2006), no ano de 1964 daria início as Reformas de Base no Brasil.

Deve ainda ser levado em consideração que a ideologia que possibilitou a filosofia da doutrina de Segurança Nacional tem de ser tomada como derivada do *fanatismo* de uma parcela burocrática da sociedade para com a filosofia capitalista/positivista (que exercia seu domínio não só no Brasil, como também em quase todo o Ocidente), tendo em vista as “necessidades” de adaptação para a realidade brasileira no determinado contexto histórico em questão. Uma das particularidades do processo no qual foi elaborada a filosofia da doutrina de Segurança Nacional reside no fato do mesmo ter sido fundamentado pela *paranoia*⁵⁴ da constante ameaça comunista” (MARCONI, 1980) que caracterizou o contexto de Guerra Fria, paranoia que se fundamentou na visão dicotômica de mundo disseminada pelos EUA (FURTADO, 1985). Estando, portanto:

Centrada na questão da bipolaridade mundial – remetida aos desfechos da II Guerra Mundial, a DSN partia da constatação de uma linha divisória entre o “Oriente comunista” e o “Ocidente democrata e cristão”. Essa interpretação da diversidade apontava para a necessidade de adicionar uma contra-ideologia a se antepor ao avanço do ideário comunista. A conotação conferida ao conflito entre os dois pólos, a de uma guerra ininterrupta, acabava sugerindo que a guerra não mais se restringia ao aspecto militar, mas envolvia a política, a economia, a cultura, e mobilizava amplos contingentes civis e militares (PELEGRINI, 2000, p. 83).

É evidente, então, não só a perspectiva (re)adotada pelas Forças Armadas brasileiras de educar e organizar a população a partir de seus princípios ideológicos, como também o vínculo íntimo estabelecido (pela doutrina de Segurança Nacional e pela ESG) entre as Forças Armadas, a democracia e a religião cristã.

Torna-se impossível, nesse sentido, deixar de apresentar o importante papel exercido pela Igreja Católica (com destaque para o grupo

⁵⁴ Conforme o dicionário Michaelis de língua portuguesa, o termo paranoia consiste em: psicose caracterizada por um conceito exagerado de si mesmo e ideias de perseguição, reivindicação e grandeza, que se desenvolvem progressivamente, sem alucinações.

“Tradição, Família e Propriedade”)⁵⁵ no que tange a disseminação da ideologia e da filosofia que representavam a doutrina de Segurança Nacional em meio a sociedade civil brasileira⁵⁶ nos anos que antecederam o Golpe de 1964.

Deve-se levar em consideração as críticas elaboradas pela equipe editorial do jornal *O São Paulo* a respeito da influência exercida pelos EUA no movimento católico de extrema direita da TFP, conforme matéria vetada:

No Brasil, manifestações de caráter religioso, inspiradas pelo coronel (depois general) Vernon Walters da C.I.A., haviam precedido e preparado o golpe de estado que, em 1964, instalou uma ditadura contra a qual se levanta, hoje, uma parte do episcopado (*O São Paulo*, Na América Latina: Os cristãos entre a ditadura e a revolução, maio de 1976).⁵⁷

Assim, o semanário expõe não só o empreendimento doutrinário norte-americano, fundamentado na visão dicotômica de mundo, como também o antagonismo ideológico que se consolidou em meio ao clero latino americano em decorrência desse processo.

Fundada em 1960, por Plínio Corrêa⁵⁸, a Tradição Família e Propriedade (TFP) se constituía enquanto um grupo católico altamente elitizado e hierárquico que defendia os direitos aristocráticos e o ultramontanismo.

Apesar de não ter se consolidado como um grupo de grande expressão numérica, a TFP, como apresenta Antoine (1980), se destacou pela expressiva capacidade de formação da opinião pública. Seus membros eram comumente recrutados em colégios e universidades católicas e houve um alto investimento desse grupo católico conservador na aquisição de meios de comunicação (com ênfase para a imprensa escrita), assim como pela tendência de

⁵⁵ Segundo Lanza (2006), essa parcela do clero católico nacional encontrava-se vinculada à doutrina ultramontana, que defendia a centralização do poder religioso no Vaticano e posicionava-se em uma perspectiva conservadora de apoio aos interesses das elites capitalistas.

⁵⁶ Como será apresentado no próximo capítulo desta obra, diferentes parcelas da Igreja Católica brasileira passam a se articular de forma simbiótica com determinados segmentos dominantes que compõem o Grupo no Poder, a partir do processo de laicização do Estado. Dessa forma, enquanto esses segmentos continuam a defender os interesses da instituição religiosa no cenário político nacional, os grupos católicos a eles vinculados se incumbem da tarefa de domesticação das massas populares a partir dos interesses desses segmentos dominantes (MICELI, 2009).

⁵⁷ Matéria disponível no endereço eletrônico:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFSE1nUEdKTVdfQ1k/view> (acessado em 04/02/2016 as 17h15min).

⁵⁸ Figura que se destaca no intelectualismo católico integralista, se constituindo como o mais jovem deputado federal brasileiro eleito (1933), graças ao apoio da Liga Eleitoral Católica – presidida por Alceu Amoroso Lima, outro intelectual católico de prestígio (RODRIGUES, 2011).

os jornais conservadores da época abrirem espaços em suas edições para os textos da TFP.

Nota-se, assim, que a TFP “de movimento integrista, interno à religião católica, passa, após 1960, a ser um movimento político, um grupo de pressão conservador, sem querer assumir o *status* de partido político para poder influir sobre os vários existentes” (MACEDO, 1979, p. 236).

Ao retomarmos a perspectiva gramsciana podemos destacar não só o papel essencial desempenhado por seus *intelectuais orgânicos* vinculados a grupos dominantes da arena política, na organização das massas e da cultura, fundamentada nos preceitos do integralismo católico, como, também, o destaque que deve ser atribuído aos meios de comunicação enquanto *aparelhos privados de hegemonia*,⁵⁹ no que tange à atividade exercida por estes na publicização da ideologia dos grupos sociais, e da possível e subsequente consolidação do *consenso* em meio à sociedade civil.

Tendo em vista essa perspectiva (a de educar politicamente a sociedade civil por meio dos meios de comunicação) compreende-se o papel exercido pela TFP na mobilização da população brasileira em prol de uma intervenção militar que viesse a extirpar as “ameaças” comunistas do governo João Goulart (1961-1964). A TFP se destacou, então, pelo forte empenho em propagar o anticomunismo, elaborando uma visão dicotômica de luta católica, enquanto representante do *bem*, contra o inimigo mundial, o marxismo/comunismo ateu, comumente relacionado como representação diabólica do *mal*.

A partir desse amplo aparato organizacional a TFP conseguiu mobilizar a sociedade civil brasileira na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (1964), levantando as bandeiras do anticomunismo e solicitando a imediata intervenção militar para deposição do então presidente João Goulart, destacando ainda que:

⁵⁹ A leitura gramsciana, acerca das relações de dominação estabelecidas na realidade social, apresenta a consolidação dos preceitos e convicções políticas e culturais que representam a ideologia de um determinado grupo social enquanto *consenso*, em meio a sociedade civil, como chave para conquistar, ou mesmo para realizar a manutenção, da hegemonia deste para com os demais grupos que compõe a sociedade. Nesse processo de criação do *consenso*, os *aparelhos privados de hegemonia* (meios de comunicação social) exercem um papel fundamental, ao passo em que favorecem a disseminação, com maior amplitude, das visões de mundo e convicções políticas que representam esses grupos sociais (BUCI-GLUCKMANN, 1980).

O general Guedes sabia da importância simbólica das ruas. Compreendendo estar em uma guerra de posições, ele insistia sempre na necessidade de tomá-las de Jango após o comício do dia 13 de março (GUEDES, 1979). Nessa lógica de combate insere-se a Marcha como uma procissão política e uma passeata religiosa. O nome marcha dá um sentido de desassombro aos participantes. Ao mesmo tempo, ele carrega uma ambiguidade necessária: é passeata e é procissão. No limite: é catolicismo e é religião civil. Ultrapassando o limite: talvez o catolicismo também seja uma forma de religião cívica no Brasil por ser um elaborador de símbolos e ritos que concorreram para a formulação de uma ideia de nação (SILVA, 2014, p.71, grifo nosso).

Torna-se evidente, então, os vínculos estabelecidos pelo integralismo católico da TFP para com a imagem das Forças Armadas. Dessa forma, pode-se inferir que a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”:

Ofereceu a chancela ideológica final para os golpistas por ter conseguido criar uma atmosfera que unia civismo e cristianismo na defesa de um projeto comum de nação. Esse ato político e religioso no espaço público insere-se em uma longa tradição ritual brasileira (SILVA, 2014, p. 70).

Nesse sentido, vinculados com os militares da cúpula do poder (responsáveis pelo Golpe de 1964), o clero católico da “Tradição, Família e Propriedade”, bem como seus dirigentes e leigos, disseminaram em meio à sociedade civil brasileira o “pavor da anarquia vermelha”, que caracterizou a paranoia da doutrina de Segurança Nacional, e deu início a mobilização das massas para a “Marcha pela família, com Deus pela liberdade” que tinha por intuito fomentar a intervenção militar ao governo do então presidente João Goulart, como forma de combate às supostas ameaças comunistas de seu mandato. Com isso:

As massas populares não fizeram a “baderna” temida pela direita nem saíram em defesa do governo de Goulart como esperavam as lideranças reformistas. Em abril de 1964, elas foram ainda mais uma vez o parceiro fantasma no jogo político (WEFFORT, 1980, p. 16).

Destaca-se, portanto, a atuação simbiótica estabelecida entre os intelectuais militares e católicos ultramontanos, enquanto os primeiros se incumbiram da organização da cultura, cristalizada na doutrina de Segurança Nacional, os segundos ficaram responsáveis pela organização das massas

populares a partir dessa cultura, possibilitando a concretização do Golpe de 1964 – que recebeu o apoio das camadas populares enquanto massas de manobra.

b) Tendo sido apresentado previamente o contexto histórico, político e social que possibilitaram a formulação da ideologia burocrático/positivista (e paranoica) que fundamentou a doutrina de Segurança Nacional, é preciso discutir como ela se consolidou em meio às Forças Armadas e em determinados segmentos da sociedade civil brasileira. Primeiramente deve-se salientar que:

Já em 1958, o ideólogo-mór do regime militar que se instalaria no Brasil em 1964, o general Golbery do Couto e Silva, dava a tônica de futuros combates para seus colegas militares, minuciosamente preparados pela Escola Superior de Guerra dentro da dogmática, onipresente e onipotente doutrina da Segurança Nacional, que subverteu toda a filosofia de guerra das Forças Armadas Brasileiras (MARCONI, 1980, p.14).

É perceptível, portanto, a inserção da ideologia que fundamentou a doutrina de Segurança Nacional em meio às Forças Armadas brasileiras muito antes da concretização do Golpe de 1964. É importante salientar que, sendo inserida na Escola Superior de Guerra, a ideologia burocrático/positivista militar encontrou a possibilidade de se reelaborar enquanto filosofia tendo em vista a diferenciação entre filosofia e ideologia, desenvolvida por Gramsci (2011), segundo a qual:

É filosofia a concepção de mundo que representa a vida intelectual e moral (catarse de uma determinada vida prática) de todo um grupo social concebido em movimento e considerado, conseqüentemente, não apenas em seus interesses atuais e imediatos, mas também nos futuros e mediatos; é ideologia toda concepção particular dos grupos internos da classe que se propõem ajudar os problemas imediatos e restritos (GRAMSCI, 2011, CC 10, § 10, V. 6, p. 302 – grifos nossos).

Nota-se, assim, a consolidação de uma nova camada de intelectuais⁶⁰ que representam o segmento militar e passam, a partir da criação da ESG, a desenvolver e disseminar a filosofia que representou a doutrina de Segurança Nacional (enquanto corporificação dos ideais positivistas que representavam o estamento militar brasileiro) em meio ao grupo social militar, assim como para com determinados representantes dos demais segmentos da sociedade

⁶⁰ Não deixando de explicitar que a camada de intelectuais militares começou a se formular na sociedade brasileira com os ideólogos que compunham o Clube do Militares (FAORO, 2012), que dirigiram a proclamação e os primeiros anos da República Velha.

civil brasileira que passaram a frequentar a Escola das Forças Armadas. Salientando que

O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo (GRAMSCI, 1985, p. 8).

Dessa forma, na concepção gramsciana, cabe aos *intelectuais orgânicos* que compõe o determinado grupo social, neste caso o estamento militar, o processo crítico de transformação da ideologia em filosofia (tendo como objetivo último a consolidação da hegemonia⁶¹ do grupo social em meio a sociedade como um todo) a partir da visão crítica, determinada por interesses, da realidade na qual encontram-se inseridos. Neste ponto é importante que se faça a distinção elaborada pela perspectiva *gramsciana* a respeito dos *intelectuais orgânicos e tradicionais*.

Gramsci (1987) concebe o *intelectual tradicional* como o indivíduo alheio a concepção de si enquanto membro da classe social à qual representa, normalmente vendendo seus serviços quando necessário (não atuando, portanto, na formulação ideológica e na disseminação de consenso do grupo social ao qual representa) esse tipo de intelectual era comum entre o clero católico inserido no contexto medieval europeu. Em contrapartida, o intelectual orgânico

Caracteriza-se pela sua ligação aos modernos grupos sociais, que emergem na medida em que superam uma situação anteriormente dominada e dirigida por antigos grupos no poder. Neste sentido, deve-se compreender que “todo grupo social” cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais. A diferença entre o tipo de intelectual tradicional e o orgânico, portanto, é essencialmente seu compromisso de classe e, em consequência, a posição que assumem em relação a nova formação social (OLIVEIRA, 2013, p.67).

⁶¹ A hegemonia é entendida por Gramsci (2011) enquanto a capacidade exercida por um segmento social de dirigir a sociedade civil ao mesmo tempo em que domina a sociedade política, fenômeno que se dá a partir da imposição da força (sociedade política) e da cristalização do consenso social (sociedade civil) a partir da ideologia que representa o segmento que se pretende hegemônico.

Percebe-se, assim, o papel desempenhado pelos intelectuais que representaram, organicamente, o segmento militar brasileiro no que tange ao processo de formulação da ideologia que viria a se consolidar na doutrina de Segurança Nacional, a qual “representa um dos exemplos mais acabados do pensamento conservador nas suas duas facetas – a da Ordem e a da Restauração” (FERREIRA, 1979, p. 253), caracterizando a figura das Forças Armadas enquanto representação máxima de força em defesa da democracia e da ordem em meio a sociedade brasileira.

Dessa forma, este trabalho toma como preceito o fato de que a formulação da doutrina de Segurança Nacional ocorreu por meio de um processo crítico de fundamentação de uma ideologia/filosofia, processo este realizado por intelectuais que representavam, organicamente, um segmento dominante da sociedade brasileira e se encontravam fortemente influenciados por modelos de *modernização* internacionais, com destaque para o positivismo.

Usaremos como exemplo de intelectual militar o general Golbery de Couto e Silva, ideólogo-mór da doutrina de Segurança Nacional (MARCONI, 1980), sendo que seu pensamento será abordado a partir de uma das matérias vetadas do semanário *O São Paulo*. O documento utilizado informa que

Segundo a concepção do general Golbery, diz o documento da Pro Vita Mundi, “geopolítica é a disciplina que ensina como a situação de uma comunidade tem que levar a uma determinada política”.

Diz que essa disciplina tem sua raiz no pan-germanismo do século XIX, e foi aplicada mais tarde pelos marxistas. Nas Academias Militares da América Latina, Segurança Nacional é uma das matérias principais.

O verdadeiro objetivo da geopolítica é o domínio do poder central, a luta pelo poder e a luta contra as resistências dos fatores materiais.

“A estratégia total obriga toda a nação a elaborar uma estratégia nacional. Esta deve ser parte integrante da estratégia global, que tem uma função em relação aos antagonismos internacionais. Assim, a estratégia do Brasil está integrada na grande luta estratégica contra o mundo comunista” (*O São Paulo*, A Igreja Católica e a Segurança Nacional, 3 de março de 1978, grifos nossos)⁶².

Destaquemos da matéria algumas informações essenciais para compreendermos o papel desempenhado pelo general Golbery enquanto principal

⁶² O documento se encontra disponível no endereço eletrônico:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFY0t2TmJWWG5Gc0k/view>

(acessado em

21/03/2016 as 15h56min).

intelectual orgânico da doutrina de Segurança Nacional. Primeiramente devemos nos atentar ao fato de que seu processo de construção da filosofia da ESG perpassa diferentes correntes de pensamento, mesmo aquelas antagônicas as suas convicções políticas-ideológicas, o que, consecutivamente, implica na construção de um pensamento “crítico”, condição fundamental para o fortalecimento da visão de mundo que se almeja construir. No segundo momento atentamos às pretensões de dominação política que perpassam o pensamento do general, e da doutrina que representa. Por último, reforçamos a perspectiva da visão dicotômica de mundo, e a decorrente “necessidade” de incitação do ódio generalizado ao “inimigo comum”, o comunismo soviético.

O general Golbery, e outros intelectuais militares, foram responsáveis por formular e disseminar, em meio à sociedade civil brasileira, uma visão de mundo na qual as Forças Armadas se configura como força protetora de um ambíguo ideário democrático, fundamentado no anticomunismo, deixando transparecer a visível “intenção de intervir na realidade e transformá-la (sempre de uma perspectiva conservadora)” (FERREIRA, 1979, p. 254) – essa visão de mundo perdurou por todo o século XX (exemplo do poder exercido pelas Forças Armadas em todos os processos de transições políticas ocorridas no Brasil durante esse período⁶³), e ainda pode ser encontrada em determinados segmentos sociais brasileiros.⁶⁴

Deve-se ainda levar em conta a frágil organização da esquerda política brasileira no contexto histórico em questão, o que, segundo Ridenti (1993a), favoreceu a concretização do Golpe militar de 1964,⁶⁵ no qual a concepção de Segurança Nacional encontrava-se:

⁶³ Nota-se que as Forças Armadas foram responsáveis tanto pela ascensão do Estado Novo (1937) quanto por sua dissolução em 1945 (BARBOSA, 2011), assim como pela concretização da ditadura militar (1964) e pelo subsequente processo, lento e gradual, de abertura política que se desenrolou por uma década (1975-1985), demonstrando o alto poder de controle do jogo político exercido pelo estamento militar.

⁶⁴ Fato que pode ser exemplificado a partir das manifestações que ocorreram no Brasil nos anos de 2014 e 2015, nas quais grupos como a TFP e o “SOS Forças Armadas” saíram às ruas pedindo uma “intervenção militar constitucional” que combatesse as ameaças comunistas decorrentes do governo do PT. Para maiores informações, ver o jornal *O Estado de São Paulo*, 12 de abril de 2015, disponível no link: <http://bit.ly/1KZEVJL> (Acessado em 17/10/2015 as 11:00).

⁶⁵ No entanto, salienta-se ainda a existência de uma esquerda armada, voltada para a articulação revolucionária do campesinato brasileiro, que se formou no contexto pré 1964 e se manteve enquanto grupo de resistência para com a ditadura militar brasileira (RIDENTI, 1993b).

Apta a acorrentar o Brasil e os brasileiros na construção de um Estado total, para servir a uma burocracia técnico-militar que se implantou em todos os setores da vida pública e impôs, igualmente, sua presença no setor privado, de sorte a exercer um “poder” sem limites, em seu próprio favor e em detrimento do povo, o qual inteiramente submetido, não tem condições de, validamente, opinar sobre a grande e atual problemática dos rumos a adotar no desenvolvimento do país (BICUDO, 1984, p. 36).

Apesar de todos os acontecimentos históricos que foram apresentados acima, a cúpula do poder militar ainda não havia consolidado sua hegemonia em meio à sociedade civil brasileira, porém, com a tomada do poder em 1964 e o subsequente controle estatal do Estado, os militares encontraram a possibilidade de desenvolver e se apossar de determinados *aparelhos* que favoreceram e ampliaram a disseminação e a internalização de sua doutrina de Segurança Nacional em meio à sociedade civil brasileira.

c) Com o pressuposto de garantir os direitos democráticos da sociedade civil brasileira em prol da instauração de uma “democracia social”, e em combate à Revolução Socialista (MARCONI, 1980), o Golpe de 1964 instituiu um governo supostamente provisório sob a liderança do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-67) – eleito de forma indireta e incumbido da tarefa de governar o Brasil provisoriamente até que um novo presidente fosse eleito de forma democrática pela sociedade brasileira.

Era, contudo, necessário que se comprovasse a legitimidade do Golpe de 1964, o que seria constatado a partir das eleições para governadores do ano de 1965, as quais, ao contrário das expectativas da cúpula do poder militar, acabaram por eleger candidatos da oposição nos principais Estados brasileiros (Minas Gerais e Guanabara), o que, conforme nos mostra Skidmore (1991), acabou por causar uma forte efervescência em meio à cúpula do poder militar, culminando no AI-2.

A cúpula do poder das Forças Armadas se deparou, então, com a necessidade de universalizar sua doutrina de Segurança Nacional em meio à sociedade civil brasileira, visando a conquista de sua hegemonia, para que fossem legitimados o regime ditatorial e a “luta” contra as “ameaças comunistas” no cenário nacional. Considera-se aqui que:

A hegemonia política e cultural de determinada classe se caracteriza pela construção de uma direção consentida entre grupos aliados na sociedade civil e pela coerção por meio do aparelho repressivo de Estado sobre os grupos que não consentem nem ativa e nem passivamente. Neste sentido, o consenso permite a classe ser dirigente, enquanto a força torna-a dominante (ALIAGA e BIANCHI, 2011, p. 28).

Isto posto, a hegemonia se consolida como a universalização de uma formação ideológica/filosófica, vinculada diretamente a uma determinada classe ou grupo social, no caso o estamento militar, que pressupõe a dominação e adequação do Estado às especificidades de sua “visão de mundo”, a fim de promover a criação e a apropriação de *aparelhos* que garantam não só a homogeneização ideológica e cultural da sociedade, como também a manutenção da ordem instituída. O estamento militar não deixou, portanto, de utilizar (durante todo o período de ditadura militar, que compreende os anos de 1964 a 1985) todos os artifícios aos quais teve alcance na tentativa de cristalizar sua hegemonia na sociedade brasileira, tendo em vista que:

Segundo o presidente João Batista Figueiredo a abertura política promovida pelo regime em vigor objetivava, principalmente, criar as condições para que a revolução de 1964 fosse incorporada a história. Ele se dizia de acordo com Geisel de que aquele período de quase 20 anos tinha de ser tomado “como um acontecimento irreversível que, transformando qualitativamente a sociedade brasileira pelo alcance de sua obra extraordinária, projetaria sobre o futuro um ideário que há de inspirar muitas gerações”.

A construção de um sistema de ideias e valores se constituiu em um dos fundamentos do processo psicossocial e político instaurado em 1964. Atravessou todo o regime militar como um fio condutor esta preocupação com o estabelecimento e com a internalização do ideário construído pelo movimento de 1964. A intenção de projetar para o futuro os objetivos e propósitos da ditadura se tornou o elemento chave de sua investida no sentido de elaborar uma consciência coletiva favorável a ela (REZENDE, 2001, p. 304).

É notável, desse modo, o interesse dos militares em dar continuidade ao processo de consolidação de sua hegemonia dentro da arena política e da própria sociedade brasileira, transformando sua filosofia em *consenso* e disseminando em meio à sociedade civil o que Gramsci denomina como *fanatismo*, para tanto foi necessário estender seu poder para os *aparelhos* estatais e privados da sociedade brasileira.

Classificaremos, a partir das contribuições de Gramsci (2011), os seguintes *aparelhos* que foram apropriados, consolidados e controlados pela ditadura militar para exercer as funções denunciadas pelo jornal *O São Paulo*: 1º *aparelhos ideológicos de Estado*; 2º *aparelhos de repressão e coerção de Estado*. Sempre tendo por enfoque analítico a determinação de como esses mecanismos se consolidaram e foram utilizados durante o contexto de ditadura militar no Brasil (1964-1985). Se deve ainda considerar que:

O conceito de hegemonia, enquanto desencadeamento de mecanismos que asseguram o consenso das massas para uma política de classes (apoiando-se, de resto, na força), não pode ser reduzido à noção marxista de *ideologia dominante*, ou a problemática weberiana dos *mecanismos de legitimidade* que complementam a violência para fins de integração social.

Identificando pura e simplesmente a hegemonia e ideologia dominante, ou a “mecanismos de legitimidade”, desaparece a distinção gramsciana das formas de consenso, cedendo lugar a uma identidade simples entre ideologia, cultura e linguagem. Forçoso é constatar que uma interpretação do conceito gramsciano de hegemonia enquanto processo de legitimação conduz diretamente a uma compreensão da hegemonia como estabelecimento de um *consenso* sobre o conjunto da sociedade. Esse “consenso” passará então por “normas sociais provadas”, por um “doutrinação”, por controles sociais estabelecidos pelos “agentes da persuasão política” (BUCI-GLUCKMANN, 1980, p. 80-81, grifos nossos).

Cabe agora apresentar, a partir dos dados da realidade estudada, os mecanismos que foram elaborados e apropriados pela cúpula do poder militar para que fosse criado o *consenso* a respeito da doutrina de Segurança Nacional em meio à sociedade civil brasileira, demonstrando de que maneira eles foram utilizados e quais foram seus alcances e consequências sociais, no que tange a incumbência que cabe a cada um deles – primando por relacioná-los com o embate hegemônico instituído pela imposição da censura prévia aos meios de comunicação, com destaque para o jornal *O São Paulo*.

1º. O Golpe de 1964 e a consolidação da ditadura militar brasileira a partir da instituição do AI-2 possibilitaram o alastramento do domínio das Forças Armadas e o seu consecutivo empoderamento dos chamados *aparelhos ideológicos de Estado*. Dentro da perspectiva gramsciana é preciso ter em mente que:

Toda classe fundamental mantém-se ao apoiar-se na coerção graças ao controle do Estado oficial – exército, política, burocracia – ou privado – violência privada –, mas também no consentimento de grupos sociais auxiliares ou aliados: a “sociedade política” ou aparelho de Estado não é mais do que um dos aspectos do Estado; o segundo; ou “sociedade civil” agrupa os diversos aparelhos ideológicos – religioso, político, escolar, etc – graças aos quais a classe fundamental estabelece sua hegemonia sobre todos ou parte dos outros grupos sociais (PORTELLI, 1984, p. 35).

A religião é classificada por Gramsci como *aparelho ideológico de Estado*, e, como nos mostra Wanderley (2007), os vínculos estabelecidos entre o clero e leigos católicos conservadores, organizadores do movimento da “Tradição Família e Propriedade”, e os líderes do segmento militar, enquanto componente do Grupo no Poder, são prévios ao Golpe de 1964.⁶⁶ Devemos ainda considerar que a doutrina de Segurança Nacional se encontrava fortemente vinculada à doutrina conservadora ultramontana. A partir dessa premissa devemos considerar que:

A análise gramsciana de Igreja e da religião baseia-se numa redefinição do Estado. Se a Igreja se apresenta ao mesmo tempo como uma casta intelectual autônoma e como o equivalente, ao nível ideológico, do aparelho do Estado em nível repressivo, é por que ela constitui, afirma Gramsci, uma das engrenagens essenciais do verdadeiro Estado (PORTELLI, 1984, p. 35).

Contudo, diferentemente da perspectiva *gramsciana*, não tomaremos a Igreja Católica em si, como um *aparelho ideológico de Estado*, mas sim o *módus operandi* católico (e ele somente) como detentor do potencial de se adaptar a diferentes demandas sociais da realidade podendo, em determinados casos, vir a servir ao Estado enquanto mecanismo responsável pelo exercício desse encargo.⁶⁷

⁶⁶ No terceiro capítulo desta dissertação é realizado o processo de análise das transformações históricas ocorridas dentro dos diferentes grupos que compõem a Igreja Católica brasileira, de modo a se adequarem à realidade estamental e patrimonialista do Estado brasileiro, pós proclamação da República (1890).

⁶⁷ O próximo capítulo se incumbirá de realizar o debate sobre as particularidades da “autonomia relativa” atribuída ao clero católico que o permite atuar enquanto intelectual orgânico de determinados segmentos sociais, adequando-se ao jogo político brasileiro. Determinada análise parte do pressuposto de considerarmos que, no contexto da ditadura militar (1964-1985), uma parcela do clero brasileiro aderiu à Teologia da Libertação (LANZA, 2006), passando a se posicionar criticamente frente ao modelo ditatorial de governo instituído pelas Forças Armadas, e a parcela ultramontana, vinculada a Tradição Família e Propriedade, manteve apoio aos militares da cúpula do poder durante todo o período em que se manteve o regime ditatorial no Brasil.

Devemos considerar para esta análise o empenho da própria ditadura militar em se valer da (a) interpretação e (b) proibição de veiculação de documentos oficiais da Igreja Católica, com o intuito de legitimar a sua ação em meio a sociedade civil brasileira. Para fundamentarmos essa perspectiva, utilizaremos duas citações, sendo que na primeira são expostos trechos de discursos militares, proferidos em palestra na ESG pelo então Ministro da Justiça (Alfredo Buzaid), contidos na obra de Marconi (1980) que buscam compreender as fundamentações religiosas que permearam a concepção de democracia contida na ideologia da doutrina de Segurança Nacional, sendo que

A implementação desta democracia, com sabor genuinamente brasileiro, não seria possível sem o decidido apoio dos crentes, pois cabe a eles “num país em que o Estado está separado da religião, preservar a fé, cultivar as lições do Livro Sagrado e defender o primado do espiritual contra o materialismo, qualquer que seja a forma com que se apresente”

Deve também ser levado em conta que, segundo a ideologia oficial, o povo brasileiro “é o povo de Deus. Nasceu sob o signo da Cruz e em todos os momentos de sua história afirma a fé em Cristo. No preâmbulo de suas Constituições políticas proclama a confiança em Deus, Supremo Regedor do Universo” (MARCONI, 1980, p. 15).

Em decorrência dessa primeira perspectiva, apreendemos a necessidade imposta pela ditadura militar de condicionar as leituras sagradas ao embasamento da ideologia da Escola Superior de Guerra, surgindo daí a demanda de (b) proibir a veiculação de construções político-religiosas que contradissem as visões de mundo fundamentadas pela doutrina de Segurança Nacional, sendo a ilustração dessa empreitada exposta em um trecho das matérias vetadas, pela censura prévia militar, do semanário católico *O São Paulo*:

O problema mais grave que se criou foi com um documento do episcopado paulista, que foi vetado. Até o momento nenhum documento da Santa Sé, do episcopado brasileiro, do paulista, do sr. Cardeal, havia sido vetado. Pela 1ª. vez vetaram um documento oficial e então eu disse que resistiria. Até ai eles não podiam ir, porque se um jornal da Igreja não pudesse publicar um documento oficial da Igreja não teria sentido seu próprio trabalho (*O São Paulo*, Depoimento de Amaury Castanho, junho de 1978).⁶⁸

⁶⁸ O documento contendo o relato do antigo diretor do jornal está atualmente disponibilizado no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFSUs4UFoyTE5sSjA/view> (acessado em 05/01/2015 as 18h03min).

Notemos, então, uma visível necessidade dos dirigentes do segmento militar em se fundamentar na religião cristã para legitimar sua ação em meio a sociedade civil, se valendo da mesma como um *aparelho ideológico de Estado* (classificação restrita a religiosidade e não a Instituição em si) que facilita a disseminação e cristalização de seus ideais em meio aos demais segmentos da sociedade civil brasileira – a religiosidade cristã é tida, então, pela doutrina de Segurança Nacional, enquanto um fundamento básico para a consolidação de uma identidade nacional coesa.

O próximo *aparelho ideológico de Estado* que será abordado neste trabalho consiste no sistema escolar, mais precisamente na instituição da disciplina de Educação Moral e Cívica, pautada exclusivamente na disseminação da filosofia da doutrina de Segurança Nacional, para garantir que o ideário militar continuasse a “inspirar” as futuras gerações. Segundo Abreu e Inácio Filho (2006), a disciplina de Educação Moral e Cívica, assim como a doutrina de Segurança Nacional, encontrava-se pautada no lema “Brasil, ame-o ou deixe-o”, passando a ser inserida em todos os âmbitos da educação básica e superior, como forma de combater as “ameaças” internas da sociedade civil brasileira, em outras palavras, a “subversão” ao comunismo. A disciplina era, então,

Entendida como necessária à formação de cidadãos úteis à pátria, empenhados em fazer com que o Brasil alcançasse o nível dos países desenvolvidos de primeiro mundo, a disciplina de educação moral e cívica tinha por objetivo contribuir para a prática educativa voltada à formação de uma consciência nos estudantes que não fugisse dos propósitos econômicos, políticos e ideológicos da ditadura militar, que compreendia a formação para uma cidadania centrada no Estado e que por ele era controlada, ao que se prestou a ideia de revolução, inclusive no campo da educação escolar (CORREIA, 2007, p. 492-493).

Nota-se, portanto, o papel chave exercido pela disciplina de Educação Moral e Cívica em meio à sociedade civil brasileira, tendo em vista a sua tarefa não só de transmitir a filosofia da doutrina de Segurança Nacional (e do ideal desenvolvimentista vinculado a ela), como também de educar a população brasileira de uma forma acrítica e submissa a um Estado centralizado e autocrático, tentando combater, dessa maneira, a capacidade de organização das massas e de contestação da ordem social idealizada pela ESG, para que a transição democrática

não viesse a viabilizar possíveis ascensões políticas de esquerda em meio ao cenário político e econômico nacional.

2º. Com a eleição, realizada de forma indireta, de Artur da Costa e Silva (1967-1969) para a presidência da República e, consecutivamente, com a ascensão dos militares da linha dura ao poder Executivo (que continuaram no poder durante o mandato de Emílio Garrastazu Médici, de 1969 a 1974) a ditadura militar deu início ao seu período de repressão com maior índice de violência, como nos mostra Rezende (2001). Durante esse período destacou-se a imposição da censura prévia e a instauração de *aparelhos de repressão e coerção* violentos que tinham como intuito combater a “ameaça comunista” nacional, por quaisquer meios necessários.

Primeiramente trataremos do caso do DOPS⁶⁹ (Departamento de Ordem Política e Social) e o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna), órgãos que são tomados por este trabalho como *aparelhos de repressão estatais* nos quais imperaram uma doutrina paranoica de combate ao “inimigo” interno e externo.

Devemos então nos questionar a maneira pela qual foram instituídos esses *aparelhos de repressão estatais* que viabilizassem legalmente a aplicação de tortura nos ditos “sujeitos potencialmente subversivos”. A resposta se encontra na Lei de Segurança Nacional⁷⁰ (1967), a qual pode ser definida como *aparelho de coerção estatal* que se consolidou a partir da própria doutrina de Segurança Nacional e, consecutivamente, pelos intelectuais que compunham o segmento militar (elite técnico-burocrática, civil e militar, formada pela ESG). Ao buscar apoio teórico em Gramsci, é possível indicar que o:

Aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção [nos aparelhos privados de hegemonia] quando fracassa o consenso espontâneo (In: COUTINHO, 2003, p. 130).

⁶⁹ Criado pelo Estado Novo no ano de 1938, sendo utilizado em ampla escala pela ditadura militar brasileira durante seu período de vigência (1964-1985). Durante a primeira metade da década de 1980, as atividades dos diversos Departamentos de Ordem Política e Social, espalhadas pelo Brasil, foram encerradas e suas Delegacias fechadas.

⁷⁰ Que se encontra disponível no link: <http://bit.ly/20xyTLW> (Acessado em 23/10/2015 as 15h20min).

Dessa forma, a Lei de Segurança Nacional possibilitou a imposição do *consenso*, no que diz respeito à doutrina de Segurança Nacional, garantindo a existência de *aparelhos de repressão* que encontravam a possibilidade de aplicação de métodos desumanos no combate a subversão à ordem instituída e à filosofia *paranoica* defendida pelos ideólogos militares da Escola Superior de Guerra.

Por último, um outro *aparelho de coerção estatal* deve ser levado em conta neste trabalho, principalmente no que tange ao desempenho exercido por ele no processo da censura aos meios de comunicação social, sendo ele o aparelho de Serviço Nacional de Informações (SNI). Como mostram Dreifuss e Dulci (2008), o SNI foi fundado em 1964 pelo general Golbery do Couto e Silva⁷¹, e:

"O SNI se propôs a ser - e o conseguiu - um centro de influência crucial na formulação de políticas em cada área da vida social, política e militar do país, tornando-se o esteio político das Forças Armadas. Foi estabelecida uma rede de informações nos ministérios, nas autarquias e nas agências administrativas do governo, bem como na área militar, no movimento sindical, no movimento estudantil e em outros segmentos selecionados da população, transformando o Serviço em um superministério, intocado e intocável pelos Poderes Legislativo e Judiciário e não responsável perante as Forças Armadas" (DREIFUSS et DULCI, 2008, p. 168).

Destacando ainda a atividade-chave exercida por esse aparelho no que se refere a implementação da doutrina da ESG, faz-se necessário salientar, também, que durante o governo Médici (1969-1974), o SNI deteve prioridade no controle da censura prévia aos meios de comunicação social do Brasil (SOUZA, 2012). Ressaltando que:

A partir da montagem de uma estrutura coesamente articulada, o SNI pretendeu coordenar programas e planos táticos voltados para a eliminação de quaisquer indícios da guerra revolucionária, considerados perturbadores da ordem pública. Ao SNI subordinavam-se órgãos como o Centro de Informações do Exército (CIEX – criado em 1967), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA). A estes se somariam, após 1969, a Operação Bandeirantes (OBAN), o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI). O Sistema comandava a integração

⁷¹ Principal ideólogo da doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra, Golbery atuou como diretor do SNI, estando articulado com um amplo grupo de oficiais das Forças Armadas, entre eles o general Ernesto Geisel e o coronel João Batista de Figueiredo (os últimos presidentes da ditadura militar brasileira).

das atividades no campo da segurança e, como tal, projetava uma rede de micropoderes que incluía, entre outras coisas, minuciosa hierarquização de cargos e critérios seletivos para as atividades programadas, e também cursos de formação para seus agentes (PELEGRINI, 2000, p. 84).

Nota-se, portanto, que o SNI desempenhou um dos papéis hierárquicos centrais na organização da tecnoburocracia brasileira, enrijecida pela ditadura militar, dentro do período histórico estudado – fundamentado nos preceitos ideológicos da doutrina de Segurança Nacional da ESG (instituto responsável pela formação desses técnicos burocratas e seus dirigentes). Salientando sua essencial atuação na coordenação da censura prévia aos meios de comunicação social, entre eles o semanário católico *O São Paulo*.⁷²

A importância do tecnoburocratismo estatal para a consolidação da censura à imprensa escrita no Estado ditatorial brasileiro ocorre pela ascensão de civis e militares, formados pela ESG, a cargos chave dentro da máquina do Estado, assim como pela criação de novas instituições que foram incorporadas pela maquinaria estatal, como exemplo o SNI, que desempenhou papel de destaque na organização tanto da hierarquia tecnoburocrática (FERREIRA, 1979) quanto na imposição e manutenção da censura prévia (SOUZA, 2012).

Nosso próximo ponto de pauta consiste em compreender qual era o entendimento do semanário católico, a partir da análise das fontes documentais provenientes do arquivo de matérias censuradas do próprio jornal, a respeito das possíveis consequências da instauração do Estado de Segurança Nacional, fundamentado a partir da doutrina da ESG.

As ambiguidades do ideal democrático proveniente da doutrina de Segurança Nacional, abordadas em trabalho anterior (NEVES JUNIOR, 2013), se tornaram um dos principais alvos de crítica por parte da equipe editorial do semanário católico *O São Paulo*. Dentre essas críticas, se encontram as voltadas para: o total desrespeito aos Direitos Humanos (ONU-1948); a extrema concentração de bens e de poder; o modelo desenvolvimentista que predominava no contexto histórico, vinculado aos interesses e políticas instituídos pelos militares e civis que ocuparam o Executivo desde o golpe de 1964.

⁷² Conforme apresenta Lanza (2006), além da imposição da censura prévia ao seu principal meio de comunicação social, *O São Paulo*, a Arquidiocese de São Paulo ainda sofreu, no mesmo ano de 1972, com o fechamento da rádio 9 de julho.

A matéria, referente as publicações da *Pro Vita Mundi*, formula uma crítica em relação ao conceito de Estado “democrático” defendido pela doutrina de Segurança Nacional, afirmando que

Um dos princípios do novo Estado brasileiro, afirma a *Pro Vita Mundi*, é que o indivíduo não existe e o povo é somente um mito. Só existe a nação, que se identifica com o Estado. A nação está caracterizada por uma história de tradições, usos, línguas e idéias [sic]. Está ligada a um determinado território e fica unificada pela solidariedade na luta contra o inimigo comum. A nação está orientada para o futuro lutando para conservar valores adquiridos e pela realização dos objetivos comuns. O Estado é a instituição de natureza política, que se instalou sobre uma nação e sobre ela exerce controles legais. Os fins do Estado se reduzem a criar e manter a segurança, ordem política, econômica, social e desenvolvimento (*O São Paulo, A Igreja Católica e a Segurança Nacional*, 3 de março de 1978).⁷³

Notemos, então, que, pelo prisma do catolicismo libertador, a doutrina de Segurança Nacional concebe o Estado como instituição máxima e primordial da sociedade como um todo, desvinculado de qualquer valorização dos preceitos básicos do pluralismo político/cultural/ideológico inerentes aos ideais do liberalismo, que tomam a liberdade política como fundamento da vida em sociedade, salientando que liberdade política é

A área na qual um homem pode agir sem ser obstruído por outros. Se outros me impedem de fazer o que do contrário eu poderia fazer, não sou nessa medida livre; e, se essa área é restringida por outros homens além de certo valor mínimo, posso ser descrito como coagido ou, talvez, escravizado. A coerção não é, entretanto, um termo que abranja qualquer forma de incapacidade (BERLIN, 2002, p. 220).

Considerando, ainda, que “a coerção implica a interferência deliberada de outros seres humanos na minha área de atuação. Só não temos liberdade política quando outros indivíduos nos impedem de alcançar uma meta. A mera incapacidade de alcançar uma meta não é falta de liberdade política” (BERLIN, 2002, p. 220). Notamos, assim, que as pretensões da doutrina de Segurança Nacional residiram na consolidação de um Estado altamente coercitivo que, rompendo com as garantias de qualquer tipo de liberdade política, combateria as

⁷³ O documento se encontra disponível no endereço eletrônico:
<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFY0t2TmJWWG5Gc0k/view> (acessado em 21/03/2016 as 15h56min).

“ameaças comunistas” e favoreceria os anseios desenvolvimentistas da Escola Superior de Guerra.

Relembremos que, conforme apresenta Fausto (2006), o governo de Castelo Branco (1964-1967) se constituiu com a promessa de uma gestão provisória que garantiria a continuidade da democracia em meio à sociedade civil brasileira, ao passo em que combateria as “ameaças” comunistas que ameaçavam a ordem política nacional. Porém, ao contrário do que foi proposto, o governo provisório militar acabou por se consolidar em um regime ditatorial que se manteve vigente no Brasil por duas décadas (1964-1985).

Tem início, então, um forte processo de rompimento com a democracia, ao passo em que o AI-2 (1965) não só tornava indiretas as eleições para os cargos do Executivo (desencadeando a cassação de direitos políticos para importantes candidatos da oposição, como João Goulart, Juscelino Kubistchek e Jânio Quadros), instalando um sistema político bipartidário, altamente restrito, como também subjugava os poderes do Judiciário ao poder Executivo. Dessa forma:

Devido à vigência dos atos institucionais (nos anos 1964-66) foi implantada a hegemonia absoluta do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo. Isto é, os atos institucionais impuseram-se por sobre os dispositivos da Constituição neoliberal de 1946 (IANNI, 1979, p. 227).

Instaurou-se, assim, o domínio estamental do segmento militar no Estado brasileiro, levando em consideração que, para Raymundo Faoro, o domínio estatal é estamental:

Quando há uma prática dirigente capaz de imobilizar partidos, grupos e classes. Os governantes agem sempre visando a favorecer os que fazem parte do grupo no poder e a perpetuar a exclusão de todos os demais segmentos. As práticas estamentais também operam imobilizando os poderes, de modo que nem o Legislativo nem o Judiciário encontram-se, de fato, desatrelados do Executivo. Nesse caso, os três poderes giram em torno dos interesses de alguns grupos, e não em torno dos interesses da nação. Um padrão de domínio é denominado também de estamental, por Faoro, por agir de maneira a impedir o surgimento de novas formas de controle político institucionalizado. Excluir os setores populares de qualquer forma de balizar a ação dos dirigentes é o grande objetivo de todo sistema político estamental que controla o Estado como algo privado e voltado para perpetuar uma lógica anacrônica de administração pública não-transparente (REZENDE, 2008, p. 168).

Com a consolidação do domínio estamental do Estado brasileiro pelas elites militares e civis, formadas na Escola Superior de Guerra, vislumbrou-se, conforme afirmava o então senador Franco Montoro (em matéria enviada ao jornal católico), o delineamento de um novo modelo político que se caracterizava pela “centralização de funções e gigantismo burocrático” (*O São Paulo, Alternativa Comunitária: uma nova ideologia, 1978*).⁷⁴

Os atos institucionais impostos à sociedade brasileira pelo segmento militar foram considerados como ilegítimos pela equipe editorial do semanário católico paulistano, tendo em vista a perspectiva liberal de defesa dos direitos universais do homem, o jornal se posicionou da seguinte forma:

DENUNCIAMOS a existência de Atos, Decretos e leis ilegítimas que asseguram ao governo o poder de discriminação do povo brasileiro. CONSIDERANDO que esses fatos contrariam frontalmente o projeto de um mundo de liberdade, justiça e paz, comprometido na Declaração Universal dos Direitos Humanos; CONSIDERANDO que essas violações e desrespeitos à pessoa humana somente acabarão com a organização ativa do povo, mudando a estrutura geradora da injustiça (*O São Paulo, Declaração ao povo brasileiro, 01 de março de 1977*).⁷⁵

Salienta-se ainda que para a concepção política vislumbrada pelo modelo de Estado de Segurança Nacional,

A democracia era tomada pelos militares e civis que conduziram o movimento de 1964 como um regime político que não tinha que ser, necessariamente, controlado pelos civis. Ou seja, a sua suposta democracia seria revigorada através da restauração de uma legalidade, de uma paz e de um progresso com justiça social a partir da atuação de um determinado grupo que estaria incumbido desta tarefa em nome de um todo abstrato definido como povo (REZENDE, 2001, p. 68).

Retomando a citação da matéria vetada “A Igreja Católica e a Segurança Nacional” destaca-se, ainda, que o Estado da Segurança Nacional se

⁷⁴ A matéria foi enviada para publicação pelo autor, e então senador, Franco Montoro, não possuindo data precisa de produção, que fica restrita ao ano de 1978. O documento encontra-se disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFcWFKSnJJWjRDVm8/view> (acessado em 23/02/2016 as 09h10min).

⁷⁵ A matéria possui referência quanto a sua autoria restrita ao nome “Marcelo”, encontrando-se disponível no endereço eletrônico:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFWTBXWFFQSERZRGGM/view> (acessado em 19/02/2016 as 18h00min).

compreende como protagonista no processo de garantia do desenvolvimento econômico, fundamentado em um ideal desenvolvimentista que permeava a doutrina da ESG.

O modelo de desenvolvimento brasileiro, em vigência durante o período de 1950 a 1980, estando pautado na “expansão da indústria de bens duráveis de consumo e na indústria de bens de capital, exigiu e gerou acentuada concentração de renda” (FARIA, 2008, p. 189). Salientando ainda a característica de dependência do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento industrial brasileiro, fenômenos que, segundo Faria (2008), culminaram na incapacidade de geração de novos empregos por parte dessas indústrias.

Nesse sentido, concordando com o então senador Marcos Freire, uma matéria vetada do semanário católico expõe que “a difícil situação do trabalhador é resultado de uma política distorcida de desenvolvimento econômico, sem levar em consideração os problemas do homem e do bem-estar social” (*O São Paulo*, s/n, s/d).⁷⁶

Dentro dessa perspectiva, a matéria vetada “A Igreja Católica e a Segurança Nacional” segue informando a maneira pela qual o Estado de Segurança Nacional se colocou acima até mesmo dos interesses da própria burguesia, nacional e internacional, sendo que no contexto de ditadura militar

O poder econômico – indústria e comércio – sofre a intervenção estatal, partindo-se do suposto de que uma nação deve utilizar a exportação como instrumento básico para o crescimento econômico, com o fim de encontrar desse modo uma harmonia entre os necessários bens de capital, as tecnologias, o financiamento e as matérias-primas. Nos assuntos econômicos se preconiza um pragmatismo absoluto. O desenvolvimento econômico é necessário para alcançar a segurança da nação (*O São Paulo*, A Igreja Católica e a Segurança Nacional, 3 de março de 1978).⁷⁷

Atentemo-nos, pois, ao fato de que mais uma vez é possível perceber como o modelo desenvolvimentista da Escola Superior de Guerra se

⁷⁶ A matéria citada não possui referência quanto à autoria, título ou data de produção, estando disponibilizada no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFRIBTbFFjMjY1UGs/view> (acessado em 22/03/2016 as 20h10min).

⁷⁷ O documento se encontra disponível no endereço eletrônico:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFY0t2TmJWWG5Gc0k/view> (acessado em 21/03/2016 as 15h56min).

coloca como cerne de todo o processo político nacional, se consolidando como um dos fundamentos da própria ditadura militar brasileira (1964-1985).

Consideremos ainda o discurso proferido pelo então presidente Ernesto Geisel, em Tóquio (1976), fazendo apologia à necessidade de iniciar um processo de redemocratização no Brasil, segundo matéria vetada do semanário católico:

O presidente foi claro em fazer a apologia do regime democrático, mas também o foi ao condicionar sua existência à previa solução dos diversos problemas de caráter social existentes em algumas áreas do país. Sem resolver tais problemas – disse o presidente – não poderemos ter democracia.

É então que declarações inicialmente estimulantes assumem uma nova dimensão e formam uma nuvem sombria sobre as esperanças da Nação. Na verdade, se a implantação da democracia estiver condicionada à solução de problemas econômicos e sociais, dificilmente viremos a tê-la algum dia, mesmo porque o caminho para ela talvez seja exatamente o inverso (*O São Paulo*, Ainda no túnel, 1976).⁷⁸

Em decorrência dessa perspectiva, percebemos que o processo de abertura política da ditadura militar (1975-1985) se deu de forma gradual, tendo como principal protagonista o estamento militar, que controlou de maneira consideravelmente rígida o processo de mudança – assim, diferente dos demais países latino-americanos, o Brasil se redemocratizou concedendo anistia a todos os crimes dos militares, e grupos de resistência, cometidos durante o período ditatorial, mantendo, também, os privilégios concedidos ao estamento militar dentro da composição do Grupo no Poder.

Com a abertura política e o fim da ditadura militar (1974-1985), as perspectivas altamente otimistas para com o fortalecimento da consolidação da democracia, que possibilitasse a ampliação da participação político-democrática da população nas bases do poder político, foram sendo gradualmente desapontadas pela tendência da institucionalização, adotada pelo novo regime democrático, que acabou por dificultar a construção de canais de comunicação e participação política realmente eficazes para os grupos sociais mobilizados.

⁷⁸ A matéria citada encontra-se disponibilizada no endereço eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFQUFpakhWTzBNeHc/view> (acessado em 22/03/2016 as 20h30min).

Com a institucionalização, uma parcela considerável desses grupos passou a ser incorporada e imobilizada pela complexidade da máquina estatal tecnoburocrática, perpetuando o domínio patrimonialista e a alta centralização do poder político que caracterizam, historicamente, a arena política brasileira.

Retomando o modelo tricotômico de análise dos graus de democracia dos regimes políticos (MAINWARING et al, 2001), notamos que, no que se refere à interferência das Forças Armadas no âmbito político, o Brasil do período de 1889 a 1985 nunca chegou de fato a consolidar um regime realmente democrático, alcançando, na melhor das hipóteses, em determinados períodos (como o melhor exemplo os anos de 1960 a 1964⁷⁹), um regime político de caráter semidemocrático.

Nota-se, então, que a chave para a compreensão das transformações e mudanças políticas ocorridas no Brasil após a segunda metade do século XIX reside na análise do papel desempenhado pelas Forças Armadas, enquanto principal força motriz de mudança política brasileira, em vínculo com determinados segmentos que saciavam as necessidades e anseios do Grupo de Poder no caso histórico em questão, destacando a tendência histórica brasileira à consolidação de regimes autoritários ou, nas melhores expectativas, semidemocráticos.

⁷⁹ Note-se que, como apresenta Furtado (1985), os segmentos dominantes que se cristalizaram no cenário político pós ditadura Vargas (1945) encontravam-se fortemente vinculados ao Exército, fato que se acentuaria futuramente com a instituição da Escola Superior de Guerra.

CAPÍTULO III – COMPREENDENDO A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO PELO PRISMA DO SEMANÁRIO CATÓLICO O SÃO PAULO

Esta pesquisa considera a necessidade de uma análise do semanário católico *O São Paulo* a partir da compreensão de um processo dialético histórico que privilegie as mudanças sociais brasileiras e as reformas e transformações vividas pela Igreja Católica brasileira que possibilitaram a emergência da Teologia da Libertação – cuja inserção dos ideais nas páginas do semanário paulistano desencadeou a imposição da censura prévia ao mesmo, durante a década de 1970.

Partilha-se, neste trabalho, da análise de Scott Mainwaring (2004) a respeito da Igreja Católica, perspectiva que considera que, assim como

Qualquer outra instituição, uma Igreja é influenciada pelas mudanças na sociedade em geral. Mais especificamente, argumento que ideologias políticas da sociedade brasileira tenham influenciado a concepção de fé da Igreja. Por sua vez, conflitos sociais, e a forma pela qual o Estado tentou resolvê-los ou suprimi-los, determinaram em grande escala essas ideologias e concepções da política. A luta política pode fazer com que as identidades sociais e as ideologias sejam repensadas, criando novas identidades e ideologias. De modo geral, as práticas sociais e as identidades institucionais não se modificam porque surgem novas ideias, mas, sim, porque o conflito social leva a uma nova maneira de compreender a realidade (MAINWARING, 2004, p. 25).

Sendo ainda necessário destacar um preceito básico para a formulação de um estudo sobre a Igreja Católica, o de

Impedir a atitude política bastante comum de aplicação de rótulos à Igreja Católica, como se eles fossem sintetizar o significado e as funções da instituição em todo o seu trajeto histórico. Dizer que a Igreja é instrumento de domesticação não basta, é necessário dizer de qual Igreja se fala. A Igreja das Comunidades Eclesiais de Base é a mesma Igreja dos Apostolados de Oração e das Filhas de Maria? Portanto, suas funções foram as mesmas?

O entendimento de que várias autocompreensões indicam a existência de Igreja diferentes inutiliza os rótulos e obriga ao estudo daquela Igreja específica, para se determinar quais foram as suas atitudes e o significado histórico (MANOEL, 2004, p. 9).

Entende-se, por isso, que a Igreja Católica, enquanto instituição nacional e internacional, é composta por diferentes segmentos que compõe um

Grupo no Poder, segmentos estes definidos por interesses e leituras particulares dos textos bíblicos que muitas vezes divergem abismalmente entre si – adapta-se aqui a análise realizada por Faoro (2012) a respeito das características que definem um Grupo no Poder, no caso voltado para o cenário político brasileiro.

Dessa forma, toma-se como premissa que as mudanças sociais ocorridas no Brasil, que se caracterizam enquanto processos de *modernização* (FAORO, 1994) e, portanto, são impostas de cima para baixo, estando alheias a perspectiva de construção de um projeto conjunto de nação (que englobe a sociedade como um todo), desencadearam processos e consequências sociais que tenderam a exigir das instituições nacionais, entre elas a Igreja Católica, transformações e adaptações que dessem conta das novas realidades que se construíram – independente se a mudança institucional foi realizada em prol da defesa ou do questionamento desses processos.

Considera-se, também, uma diferenciação básica sobre a Igreja Católica brasileira em relação ao restante da América Latina, sendo que o caso brasileiro foi o único “do continente sobre a qual a teologia da libertação e seus seguidores das pastorais conseguiram exercer uma influência decisiva” (LÖWY, 2000, p. 135).

A partir da definição desse ponto de partida analítico, o capítulo que se segue tem como proposta compreender a formação, fundamentação e inserção da Teologia da Libertação nas páginas do jornal *O São Paulo*, a partir de suas próprias matérias vetadas, tendo por foco principal a análise de como esse novo posicionamento veio a determinar a imposição da censura prévia ao mesmo.

3.1 CATOLICISMO LIBERTADOR E AS MUDANÇAS SOCIAIS NO BRASIL

Para compreendermos a perspectiva libertadora da hierarquia eclesiástica, que representou essa parcela do clero, partiremos das interpretações feitas pelo próprio semanário católico, enquanto principal meio de comunicação da Teologia da Libertação na década de 1970, a respeito desse movimento religioso – reforçando que a preocupação deste trabalho reside especificamente em analisar as

compreensões sócio/político/religiosas do semanário católico *O São Paulo*.⁸⁰
Primeiramente devemos considerar que:

A Teologia da Libertação é sinal de um novo momento na História da Igreja da América Latina. Apresenta-se com a originalidade de incluir, como inerente, uma reflexão sobre a conjuntura histórica latino-americana. Distancia-se assim das escolas europeias e é a primeira a ser especificamente latino-americana, por dupla razão: porque seu conteúdo é a realidade particular da América Latina, e porque em seu método, inclui como ponto de partida, uma análise desta realidade realizada com o auxílio das ciências sociais (*O São Paulo*, n/c, s/d).⁸¹

Salientando que a equipe editorial considera as contribuições das Ciências Sociais apenas como um potencial suporte para uma análise que deve ter como horizonte e embasamento os princípios bíblicos da fé cristã. Assim, o cristianismo libertador, vislumbrado pelo prisma do jornal *O São Paulo*, teve como preceito utilizar-se de métodos e referenciais teóricos que possibilitassem uma análise da conjuntura social, com o intuito de compreender as demandas inerentes a realidade latino-americana, de maneira a fornecer as condições e o instrumental necessários para o clero católico exercer a sua missão profética dentro deste recorte geográfico – tendo a evangelização como cerne principal da sua preocupação.

Dentro dessa perspectiva, a equipe editorial do semanário segue fundamentando que a compreensão do movimento da Teologia da Libertação encontra-se intrinsecamente ligada a realização de uma distinção entre

O que é propriamente temática teológica, e a reflexão de cristãos em torno da libertação sócio-política. Esta última não é teologia da libertação, ainda que seja o material que alcança maior publicidade, sendo constituído em boa parte por documentos e manifestos de cristãos e sacerdotes “comprometidos”. A confusão de ambos os níveis, a dos teólogos da libertação e dos cristãos e sacerdotes “comprometidos” com reflexão sócio-política ou denúncias proféticas, tem prejudicado a própria teologia da libertação, tornando-a objeto de críticas que não lhe competem, ou dando impressão de reduzi-la ao

⁸⁰ Não deixamos, portanto, de considerar a existência de divergências ideológicas dentro do próprio movimento do catolicismo libertador (como será abordado futuramente), dessa forma, este trabalho não pretende, em momento algum, tecer qualquer tipo de generalização quanto à ideologia católica libertadora, se limitando apenas a explorar as interpretações realizadas pelo semanário paulistano a respeito das formulações apresentadas por este movimento religioso.

⁸¹ O documento, de 13 laudas citado não possui nenhum tipo de identificação no que diz respeito à autoria, título ou data de produção, a versão integral encontra-se disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFWjFfM3FUODhLLXM/view> (acessado em 23/02/2016 as 15h23min).

político, sem suficiente dimensão teológica e pastoral (*O São Paulo*, n/c, s /d).⁸²

Neste momento é necessário apresentarmos o contexto histórico que problematizou a necessidade da politização do clero católico, favorecendo a ascensão e supressão da chamada Esquerda Católica, e a subsequente formulação da Teologia da Libertação.

Como apresenta Krischke (1986), é notável a existência de uma forte tendência da hierarquia católica brasileira de manter-se em posicionamento favorável, e diretamente vinculada, ao Estado e ao regime partidário dominante até o Golpe de 1964. Assim, considera-se que os governos de Castelo Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969) se constituíram enquanto divisores de águas na relação estabelecida entre uma parcela da hierarquia católica, pelo menos por parte dela, e os segmentos dominantes que compunham o Grupo no Poder.

Foi o processo de transformação das relações entre o clero católico brasileiro para com o Estado e a sociedade civil que resultou na ascensão da Teologia da Libertação na América Latina – dentro dessa nova perspectiva católica, adotada por uma parcela do clero latino americano, a Igreja abria mão de sua condição histórica de articulações com as elites sociais, passando a se posicionar em defesa dos membros da sociedade civil menos abastados e perseguidos pelas elites dominantes (WANDERLEY, 2007).

Essa mudança de posicionamento, contudo, não se constitui como um fato ao acaso, mas como resultado de um processo histórico de mudanças sociais que possibilitaram, e até mesmo exigiram, essas transformações nas relações da Igreja Católica para com a sociedade, principalmente quando analisamos o caso particular do Brasil – o único país da América Latina no qual a Teologia da Libertação apresentou influência política decisiva (LÖWY, 2000).

Primeiramente se faz necessário levar em conta a forte política de industrialização⁸³ empreendida pelo Estado brasileiro (portanto, processo de *modernização* fundamentado no capitalismo politicamente orientado), com o fim da segunda Guerra Mundial, e a conseqüente ampliação do processo de urbanização

⁸² Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFWjFfM3FUODhLLXM/view> (acessado em 23/02/2016 as 15h23min).

⁸³ Salientando ainda que, como nos mostra Furtado (1985), a industrialização brasileira do pós II Guerra Mundial foi financiada pelo capital estrangeiro norte-americano.

que determinaram a ascensão de movimentos sociais fortalecidos em meio à realidade nacional, ao passo em que favoreceram: o melhor delineamento das classes sociais brasileiras (IANNI, 1979) e a articulação de movimentos sociais por questões agrárias e de moradia (KOWARICK; BONDUKI, 1988).

A partir desses novos delineamentos sociais, decorrentes da industrialização e urbanização de determinados polos nacionais, nota-se, no início da década de 1960, uma mudança nas articulações das massas populares, vinculadas à política populista⁸⁴ brasileira, que principiam na ruptura de sua condição enquanto massa de manobra, sendo assim:

No decorrer dos primeiros anos da década de 60, as aglutinações populares iriam apresentar, tanto nas cidades como no campo, novo rigor reivindicativo, adquirindo maior autonomia em relação às práticas cooptativas que permeavam o estilo de dominação populista (KOWARICK; BONDUKI, 1988, p. 134).

Deve-se, ainda, levar em consideração o desencadeamento da crise política da década de 1960, desse modo, em um quadro ampliado da realidade política e social brasileira da época:

Ao mesmo tempo, ocorreu uma intensa politização das massas urbanas: a classe média e proletariado, destacando-se bastante uma parcela de estudantes universitários. Essa intensa politização deveu-se, em primeiro lugar, à crise originada do golpe de estado frustrado do Presidente Jânio Quadros; golpe esse correntemente conhecido como “renúncia” intempestiva, em agosto de 1961. Diante do fato consumado da renúncia do Presidente da República, as forças políticas e econômicas conservadoras e antipopulistas tentaram impedir a posse do então vice-presidente da República, João Goulart. Em consequência, as forças políticas ligadas a Goulart mobilizaram-se, para defender a sua posse, nos termos da Constituição Brasileira de 1946 (IANNI, 1979, p. 194).

A crise política e o processo de gradual politização das massas se intensificaram cada vez mais durante o exercício do governo João Goulart (1961-1964) – passando a se mobilizar em prol das propostas de reforma de base feitas pelo plano de governo de Jango.

⁸⁴ Como apresenta Weffort (1980), as políticas populistas no Brasil ganham força em decorrência tanto do acelerado processo de industrialização e urbanização, impostos à sociedade, quanto dos movimentos migratórios desencadeados por esses processos.

Nesse contexto histórico brasileiro emergiu também, em meio ao seio do laicato católico brasileiro, um movimento social, vinculado à Juventude Católica, que ficou conhecido com a Esquerda Cristã Brasileira, composto por diversos ramos da Ação Católica⁸⁵ (JEC, JUC, JOC). Movimento este que adaptou as teorias externas dos grandes centros intelectuais hegemônicos para a realidade brasileira (LÖWY, 2000), se posicionando de forma antagônica ao movimento da TFP. Nota-se, assim, que, “ao iniciar a década de 1960, o catolicismo brasileiro encontrou um ambiente social, político, econômico e cultural de múltiplas disputas. Nesse meio, os católicos se dividem em posições antagônicas, sem, no entanto, efetivar um cisma” (SILVA, 2011, p. 41).

A partir das formulações teóricas do movimento da Esquerda Cristã Brasileira, foi redigido, em 1960, o primeiro documento que definia os anseios que o representavam, que, como mostra Löwy (2000), foi intitulado “Algumas diretrizes para um ideal histórico para o povo brasileiro”, no qual:

Os estudantes católicos reivindicavam a “substituição da economia anárquica, baseada no lucro, por uma economia organizada de acordo com princípios humanos” – um objetivo que, na prática, exigiria a “nacionalização dos setores produtivos básicos”. O documento contém citações de Tomás de Aquino, do Papa Leão XIII e de Emmanuel Mounier, bem como referências às tradicionais doutrinas católicas (o bem comum, a lei natural), mas usa também conceitos marxistas e aponta para a necessidade de uma transformação socialista na sociedade brasileira. Tentando formular “uma ideologia essencialmente anticapitalista e anti-imperialista” e em busca de “uma estrutura social mais justa e mais humana”, eles pedem um “verdadeiro compromisso com as classes exploradas, em uma verdadeira negação da estrutura capitalista (LÖWY, 2000, p. 137).

Nota-se, nesse momento, o início do processo de incorporação e formação dos intelectuais católicos de esquerda (destaque para a Juventude Universitária Católica), que representaram a consolidação de novas formulações nas relações da Igreja Católica, tanto para com o Estado quanto para com a sociedade civil. Esse processo é entendido, portanto, enquanto resultado de contexto social, no qual as articulações sociais e políticas da sociedade civil brasileira sofreram

⁸⁵ Atentando ao fato da mudança de posicionamento da própria forma de atuação da Ação Católica, tendo em vista a perspectiva de doutrinação ultramontana que definiu sua inserção no território nacional.

mudanças significativas, que exigiram novos posicionamentos e interpretações da religião para com a nova realidade social que se construía.

Ademais, como nos mostra Mainwaring (2004), os movimentos da esquerda católica brasileira (1958-1964) tiveram grande influência das teorias de Paulo Freire e seu conceito de educação popular (que pressupunha uma nova proposta didática na qual o conhecimento se construiria por meio do diálogo entre professor e aluno), outra característica que teve repercussões futuras na consolidação peculiar da Teologia da Libertação no Brasil.

Contudo, apesar de moldar as bases fundamentais do cristianismo da libertação, a Esquerda Cristã Brasileira não obteve a adesão da hierarquia católica brasileira e foi rapidamente sufocada por ser considerada como alheia a doutrina social da Igreja, ao passo em que demonstrava claras pretensões socialistas (LÖWY, 2000).

Pensando no contexto nacional de politização e articulação das massas populares, e no contexto internacional de Guerra Fria e do pavor para com a “ameaça vermelha” (decorrente da visão dicotômica de mundo), o Golpe militar de 1964 “representou a emergência de um poder autoritário” que tinha como um de seus principais intuítos “controlar e reprimir as organizações populares” (KOWARICK; BONDUKI, 1988, p. 134), vislumbradas pela elite da Escola Superior de Guerra como movimentos *subversivos*, adeptos do comunismo.

O Golpe de 1964 e a ditadura militar do Estado de Segurança Nacional que o sucedeu representaram, portanto, um visível recrudescimento das instituições democráticas na sociedade brasileira, ao passo em que empreenderam uma perseguição cega às mobilizações populares, fundamentados por uma visão de mundo dicotômica⁸⁶ de guerra constante contra o “inimigo vermelho”, assim como sufocaram a arena política nacional com a implementação de um sistema bipartidário, restrito e controlado pelo bel-prazer do poder Executivo.

Em decorrência desse violento processo de perseguição aos movimentos sociais brasileiros, as instalações da Igreja Católica (nas quais predominavam as lideranças fundamentadas na Teologia da Libertação) acabaram por se consolidar como último reduto possível para a resistência política brasileira, e

⁸⁶ A visão dicotômica de mundo foi imposta ao Brasil, assim como a outros países da América Latina, pelos Estados Unidos da América, em decorrência do contexto mundial de Guerra Fria, no qual buscava-se consolidar o consenso da luta do *bem* (capitalismo) contra o *mal* (socialismo soviético) (FURTADO, 1985).

mesmo para mobilização de grupos com diferentes interesses, tais como: movimentos sindicais, movimentos estudantis, movimentos por moradia, entre outros.

Ainda em matéria vetada, pela ditadura militar, a equipe editorial do semanário *O São Paulo* define que:

A evolução das mentalidades no meio católico encontra seu objetivo e sua expressão em sua realização, em Medellín (Colômbia), em 1968, da 2ª conferência geral do Episcopado latino-americano. A abertura fez-se em presença do Papa Paulo VI. “Momento decisivo do *processus* histórico do continente...”; “no limiar de uma nova era de nossa história...”; “nascimento doloroso de uma civilização”; estas expressões pontilham os textos das conclusões do encontro. Elas traduzem um fato admitido pelos seiscentos padres titulares do continente: “A América Latina está em plena fase de transformação”. Este fenômeno não pode deixar os católicos indiferentes por razões diametralmente opostas. O presidente da Conferência de Medellín, o cardeal Landazuri, fala da necessidade de “engajar-se ao lado dos esforços de emancipação”, de “se identificar com os pobres do continente” e de exercer “a função profética do amor: denunciar o que oprime o homem”. (*O São Paulo*, Na América Latina: Os cristãos entre a ditadura e a revolução, maio de 1976).⁸⁷

Essas mudanças sociais (ocorridas nos âmbitos da cultura política e da organização social) possibilitaram - e exigiram - um novo posicionamento da Igreja Católica frente a realidade brasileira – que se encontrava cada vez mais ameaçada pelo avanço do protestantismo norte-americano dentro das terras latino-americanas. A resposta para a nova problemática social que se instaurou na sociedade brasileira, e em toda a América Latina, se deu com a consolidação de uma nova vertente do clero católico latino americano, a Teologia da Libertação.

As fundamentações teóricas que embasaram a nova doutrina⁸⁸ católica da Teologia da Libertação (realizadas a partir de novas interpretações da bíblia e dos documentos oficiais do Vaticano) estão diretamente ligadas aos debates

⁸⁷ Matéria disponível no endereço eletrônico:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFSE1nUEdKTVdfQ1k/view> (acessado em 04/02/2016 as 17h15min).

⁸⁸ O termo “doutrina” é compreendido neste trabalho enquanto expressão dogmática que representa a visão de mundo, ideologia, de um determinado grupo social, salientando que as visões de mundo são determinadas pelas condições históricas, políticas, sociais, econômica e culturais disponíveis, e/ou impostas a estes grupos sociais (LÖWY, 2009). Ressaltando, ainda, que essas condições são variáveis, mesmo em grupos sociais de formação ideológica semelhantes existem determinadas divergências que são determinadas de acordo com os contextos vigentes, nota-se, portanto, que a Teologia da Libertação atuou de diferentes maneiras e com resultados diversificados nos múltiplos contextos que coexistiam na época, tanto no Brasil quanto na América Latina (KRISCHKE, 1986).

estabelecidos no Concílio Vaticano II (1962-1965) e às Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979) (WANDERLEY, 2007), assim como pela vinculação que passou a ser estabelecida entre líderes religiosos latino-americanos e a sociedade civil, com destaque para os intelectuais de esquerda – lembrando que dentro do conceito *gramsciano* de *intelectual orgânico*, o intelectual é compreendido como parte de uma extensa gama de indivíduos que exercem o atividade de organização da cultura e/ou das massas, podendo ser entendido desde líderes sindicais até o intelectual em seu sentido clássico (formado dentro do modelo acadêmico elitista).

Lanza (2006) salienta que, a partir desses momentos históricos, decorreu uma cisão entre parcelas do clero católico latino-americano, que se dividiram em conservadores⁸⁹ e *progressistas*⁹⁰ – que passaram a se articular em defesa dos oprimidos sociais: pobres, operários, jovens, perseguidos políticos, entre outros. Faz-se importante levar em consideração que:

Essa situação de mudanças caracterizava um momento sócio-político presente em todo o Continente, embora de modo não homogêneo. Assim o denunciam com todas as letras, [...] frutos das propostas e revisões que, nos anos impetuosos do pós-Concílio, levaram a Igreja latino-americana a reconsiderar decididamente sua vinculação com os seguimentos empobrecidos da população (GOUVÊA, 1997, p. 29).

Uma outra matéria vetada, enviada por Dom Hélder Câmara para publicação no semanário paulistano, que ilustra essa necessidade vivenciada pelo clero católico latino-americano de se adaptar e transformar de acordo com as mudanças sociais que foram impostas às sociedades ocidentais no decorrer do século XX, discorre que

Nossa área é apanhada de cheio pelo fenômeno da urbanização. Temos que estar alertas para as linhas de crescimento ou antes de inchação de nossas cidades. Estamos longe das tranquilas e quase

⁸⁹ O clero conservador se configura na articulação eclesiástica que segue a doutrina ultramontana da Igreja Católica, conforme discutido anteriormente, e no caso brasileiro, dentro do período citado, se destacou com a Tradição Família e Propriedade.

⁹⁰ O termo *progressista* é utilizado para diferenciar essa parcela do clero das demais articulações da hierarquia eclesiástica. Contudo, deve-se levar em consideração que essa classificação não passa de “uma designação inventada por partidos de esquerda, sem o devido conhecimento do ideário católico e de sua doutrina social, que os fazem progressistas no marco da tradição conservadora própria da Igreja” (MARTINS, 2011, p. 25).

imóveis paróquias do passado. Temos de partir, quando preciso, para deslocamentos de campos de ação. Temos que criar estilos novos e vias novas para a evangelização de sempre (*O São Paulo, Evangelização de Olinda, 1976*).⁹¹

O texto enviado por D. Hélder para publicação no semanário católico paulistano, vetado pela censura, reforça a noção da necessidade que se coloca perante a Igreja Católica latino-americana de se adaptar à nova realidade que lhe é imposta, para que se possa dar continuidade a sua missão evangelizadora, fundamentada na “salvação das almas”.

É essencial destacar, ainda, que essa transformação ocorrida dentro da hierarquia católica latino-americana não implicou na adesão da mesma aos ideais socialistas/comunistas, o que implicaria em romper com toda a base ideológica que fundamenta a Igreja Católica, mas sim na mera defesa aos Direitos Humanos (ONU-1948) e no combate aos extremismos políticos e econômicos – que representavam as condições dos países latino americanos dentro do sistema capitalista global, assim como a visão dicotômica de mundo resultante do embate entre EUA e URSS.

Devemos considerar também que a equipe editorial do semanário paulistano se posicionou em defesa de que “não há verdadeira teologia da libertação sem encontro entre a libertação cultural, social, política, econômica e religiosa, e a salvação em Jesus Cristo” (*O São Paulo, n/c, s /d*).⁹² Determinada afirmação exprime considerável valorização e concordância com as contradições inerentes aos diferentes grupos que compunham não só o movimento do catolicismo libertador como também a distinta realidade sócio-política latino-americana – o que nos chama a atenção para uma tendência analítica que se fundamenta de maneira aproximada para com as tendências democráticas liberais de reconhecimento da pluralidade política, que é sempre determinada e limitada pela concepção religiosa católica.

Assim, a hierarquia eclesiástica libertadora passou a compreender, na realidade que se consolidou na América Latina (principalmente nos grandes centros urbanos), que (nas palavras de Dom Paulo Evaristo Arns):

⁹¹ A matéria citada se encontra consideravelmente desgastada pelo tempo, não possuindo qualquer registro preciso de data de produção, tendo sua autoria reservada ao codinome “GG”. Para visualização utilizar o link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFR1A2VFJCR1c0dE0/view> (acessado em 17/02/2016 as 09h30min).

⁹² O documento, de 13 laudas, citado não possui nenhum tipo de identificação no que diz respeito à autoria, título ou data de produção, a versão integral encontra-se disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFWjFm3FUODhLLXM/view> (acessado em 23/02/2016 as 15h23min).

O Bispo, e com ele toda a Igreja, não pode assistir, calado, a uma violência difusa que atinge o povo, ceifando vidas, pela desnutrição e pelas más condições de saneamento e saúde, pelos acidentes de trabalho e de trânsito, pelo excesso de trabalho, fadiga e depauperamento, pelo desemprego e pela remuneração que não cobre as necessidades mínimas, pela ausência de moradia e precariedade de transportes, pela insegurança e pela asfixia da liberdade de associação, informação e reivindicação.

Não basta, porém, hoje em dia sentir os problemas e mesmo comover-se perante a miséria e a desgraça, nem mesmo parar na busca de um lenitivo para os que batem a nossa porta. Não bastam nem mesmo as organizações que se desdobram para minorar os sofrimentos dos doentes, dos velhos e dos abandonados. Cumpre chegar às causas dos males e mobilizar-se para combatê-las com coragem, paciência e determinação (ARNS, 1982, p. 9).

O texto de Dom Paulo Arns deixa claro o papel que a parcela do clero da Teologia da Libertação, inserido na realidade paulistana, tomava para si em meio a engendrada teia de relações sociais e jogos de poder, o de mobilizar as massas em prol de sua conscientização política, que viesse a possibilitar que caminhos democráticos favorecessem a solução dos problemas sociais que encontravam-se impostos a realidade brasileira da época – seria dentro dos movimentos sociais que os diferentes grupos sociais tomariam consciência das problemáticas que os afligem, como elas estão relacionadas e quais seriam as possíveis vias para solucioná-las. Nessa nova perspectiva, o laicato, os movimentos sociais e os intelectuais desempenhavam papel fundamental no que tange ao processo de mobilização de massas:

O próprio Dom Paulo disse que ele em particular criara muito pouco que fosse novidade na Igreja de São Paulo. Todas as mudanças mais importantes que levaram a arquidiocese a uma posição proeminente já haviam sido iniciadas nas bases. Já existiam algumas comunidades de base, muitos sacerdotes e agentes de pastoral estavam comprometidos com uma nova visão da Igreja e já havia algumas inovações importantes em práticas pastorais. Mas essas tendências não foram um todo coeso até que Dom Paulo se tornasse arcebispo (MAINWARING, 2004, p. 124).

Essa afirmação de Dom Paulo demonstra como as novas articulações estabelecidas pelo laicato brasileiro, em decorrência das mudanças sociais ocorridas no decorrer do século XX, determinaram, e mesmo exigiram, uma mudança de posicionamento por parte da elite eclesiástica – salientando que o alto nível de autonomia do leigo católico para com a hierarquia clerical (em relação às

demais religiões cristãs) favorece a construção de movimentos de pressão para transformar determinados fundamentos que caracterizam os dogmas da religião, mas nunca rompendo com as bases essenciais (cuja garantia da manutenção se dá por meio do rígido burocratismo e pela hierarquia).

A partir das interpretações realizadas pela equipe editorial do semanário, a respeito das conclusões provenientes da Conferência Episcopal de Medellín (1968), o jornal define as diferentes instâncias que compunham a nova mentalidade católica, que aflorava em decorrência das demandas latino-americanas, sendo que: “a ‘teologia da libertação’ inspira esta corrente de pensamento e de ação que se quer evangélica no plano da fé, popular quanto ao estilo de vida e socialista do ponto de vista político” (*O São Paulo*, Na América Latina: os cristãos entre a ditadura e a revolução, maio de 1976)⁹³

Notamos, assim, mais uma vez, que a equipe editorial d’*O São Paulo* faz menção as ambiguidades e contradições que eram inerentes ao movimento do catolicismo libertador, primeiramente apresentando o posicionamento de reconhecimento do ideal político socialista, ao mesmo tempo em que salienta, na mesma matéria, a importância que a Igreja deve atribuir ao “pluralismo político”, conceito que se distancia da perspectiva socialista clássica (que se fundamenta em uma análise social que privilegia a relação dicotômica e antagônica de classes na sociedade capitalista), ao passo em que se consolida enquanto um dos preceitos básicos da democracia liberal – conforme apresenta Mannheim (1981), a Revolução Francesa deve ser tomada como um marco para a análise dos processos de consolidação de diferentes estilos de pensamento que passam a se classificar, de forma abrangente, entre liberal, conservador e, futuramente, socialista, esse fenômeno decorreu das próprias fundamentações básicas do pensamento liberal, que demanda a existência de liberdades fundamentais, como as de expressão e associação, que possibilitaram a mobilização político-intelectual de diferentes segmentos sociais que viriam, ou não, a se consolidarem enquanto partidos ou movimentos políticos.

As matérias vetadas do semanário *O São Paulo* nos permitem ainda compreender que o posicionamento clero libertador em defesa da pluralidade

⁹³ Matéria disponível no endereço eletrônico:
<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFSE1nUEdKTVdfQ1k/view> (acessado em 04/02/2016 as 17h15min).

político/social/cultural se dá a partir do reconhecimento da coexistência do pluralismo inerente ao próprio movimento da libertação, conforme apresentado nas páginas censuradas do jornal, é possível notar que

A teologia da libertação não é uma escola uniforme, mas uma corrente pluralista, dentro do marco básico que temos apresentado sumariamente. Uns privilegiam mais os aspectos religiosos, outros temporais (especialmente políticos e culturais) da libertação. Nisso há uma fonte de confrontação que me parece positiva e que está permitindo um aprofundamento das diversas formas de libertação (O São Paulo, n/c, s/d – grifos nossos).⁹⁴

Destaquemos na citação a alta valorização que a equipe editorial do semanário católico delega para com a diversidade das correntes de pensamento que compõe não só a Teologia da Libertação, como também a própria Igreja Católica e os diferentes campos de ação sócio-políticos, concebendo a coexistência da pluralidade como embasamento para as possibilidades de solução dos problemas sociais.

É importante salientar que, ao se posicionar em favor da defesa e respeito do pluralismo político, a Igreja Católica da libertação expõe concordância para com a continuidade das possibilidades de articulação política no molde patrimonialista que caracteriza historicamente o cenário político brasileiro, ao passo em que a perspectiva de valorização do pluralismo político determina e favorece a permanência da vinculação simbiótica de parcelas do clero católico para com partidos, ou grupos, políticos – fenômeno que começou a tomar forma na sociedade brasileira com a Proclamação da República (1889).

Miceli (2009) nos chama a atenção para as transformações ocorridas dentro da Igreja Católica brasileira após a proclamação da República (1889), contexto no qual o fortalecimento do catolicismo ultramontano⁹⁵ no Brasil encontrou a necessidade de se adaptar com base nas novas articulações políticas que se formavam na República Velha.

⁹⁴ O documento, de 13 laudas, citado não possui nenhum tipo de identificação no que diz respeito à autoria, título ou data de produção, a versão integral encontra-se disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFWjFfM3FUODhLLXM/view> (acessado em 23/02/2016 as 15h23min).

⁹⁵ Postura doutrinária imposta pelo Vaticano a partir de 1864, por meio das encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum*, que tinha por preceito a condenação dos denominados *erros modernos*: “o racionalismo, o socialismo, o comunismo, a maçonaria, a separação entre a Igreja e o Estado, as liberdades de imprensa, de religião, em suma, ‘o progresso, o liberalismo e a civilização moderna’” (MICELI, 2009, p. 18).

Nessa perspectiva, defende-se que “o renascimento do catolicismo como força social, como é sabido, deita raízes na história brasileira mais antiga, sobretudo na instauração do Estado laico e republicano” (ROMANO, 1979, p. 12). Contudo, para compreendermos as novas articulações político-religiosas que se estabeleceram na República Velha, faz-se necessário referenciar a construção histórica brasileira do chamado Padroado Régio.

O Padroado Régio foi uma das mais distintas peculiaridades brasileiras no que diz respeito a inserção da Igreja Católica no novo mundo, também conhecido como Regalismo, esse período permitiu o desenvolvimento das relações entre o clero luso-brasileiro e os representantes do Estado de maneira diferenciada se comparado com as demais colônias latino-americanas, impondo uma formação ideológica determinante para o desenvolvimento da sociedade brasileira como um todo. Salieta-se que

Duas práticas caracterizaram a Igreja que chega àquelas terras que se tornariam o Brasil: de um lado, a Inquisição, como expressão da Contrarreforma, e, de outro, o padroado. Essas duas práticas dão forma ao catolicismo que será a mais envolvente ideologia dos séculos de composição social do mundo colonial ibérico, pois o clero da Igreja era quem conseguia manter a lealdade da população à Coroa portuguesa (AMARAL, 2010, p. 71).

Nota-se, portanto, o papel exercido pelo clero católico no que tange à organização de massas e cultura no processo de colonização portuguesa. A atribuição do papel socialmente essencial do *intelectual orgânico*⁹⁶, com monopólio da atividade de organização, entenda-se domesticação (ROMANO, 1990), de massas, para o clero católico culminou na consolidação, em meio à sociedade civil, de um pensamento político fortemente vinculado à religiosidade cristã⁹⁷ – fenômeno

⁹⁶ É importante enfatizar que, para Gramsci (1987), o intelectual orgânico se destaca pela sua vinculação a um determinado grupo social, passando a atuar de maneira a organizar a cultura e as massas a partir dos interesses e da ideologia que corporifica o segmento social ao qual representa em meio ao jogo de forças. Assim, o intelectual orgânico pode vir a representar tanto os grupos sociais dominantes, que compõe o Grupo no Poder, quanto as formações sociais contra-hegemônicas que ascendem em resposta, e resistência, à situação de dominação que lhes é imposta.

⁹⁷ A fundamentação do argumento se dá a partir da análise do caráter destacável dos movimentos políticos de maior amplitude, e repercussões sociais, ocorridos no decorrer do século XX, que expunham claramente fundamentações políticas com pano de fundo altamente baseado nos preceitos das diferentes interpretações da doutrina cristã, no decorrer desse século, e que tinham por intuito consolidar uma ordem social cristã, a partir de diferentes interpretações e teorizações de modelos de sociedade. Destacam-se como alguns desses exemplos: a AIB (BARBOSA, 2011); a TFP (QUADROS, 2013) e a Teologia da Libertação (MAINWARING, 2004).

que se agrava com a tendência dos segmentos intelectuais e dirigentes da sociedade brasileira de se manterem alheios ao estabelecimento de diálogos para com a sociedade civil, ou mesmo à tentativa de integração da mesma para dentro dos embates políticos/econômicos/sociais/culturais.

O Padroado Régio se caracterizou pela concentração dos poderes religiosos e políticos das terras luso-americanas nas mãos do monarca português, enquanto “Delegado da Santa Sé” e “Grão-Mestre e Administrador da Ordem de Cristo no espiritual e no temporal”. Assim, “unindo aos direitos políticos de realeza os títulos de grão-mestre de ordens religiosas os monarcas portugueses passaram a exercer ao mesmo tempo o governo civil e religioso, principalmente nas colônias e domínios de Portugal” (HOORNAERT, 1983, p. 163).

Esse monopólio político-religioso concedia ao rei português o direito de escolher o clero que seria enviado para a colônia, apesar da escolha ter de ser ratificada pelo Papa em exercício, os interesses da coroa tendiam a serem saciados, tendo em vista que

Os bispos eram considerados nobres vinculados à coroa real, portanto sua atuação religiosa estava limitada com frequência aos interesses políticos. Alguns bispos que agiram com certa independência em seu múnus pastoral foram afastados do exercício de seu cargo pela autoridade do rei.

O episcopado tem pouca influência durante o período colonial, limitando em geral sua atuação a aspectos de jurisdição eclesiástica, e com frequência executando função supletiva de cargos públicos (HOORNAERT, 1983, p. 172).

Antônio Carlos Villaça (1974) demonstra a dualidade que se aplicava a realidade católica brasileira em decorrência do Regalismo, os interesses da Igreja se encontravam, ao mesmo tempo, salvaguardados e restringidos pelo Estado português, a Igreja estava, portanto, submetida à “uma proteção que a escravizava”.

A problematização dessa relação de submissão da Igreja para com a coroa portuguesa começou a aflorar tanto com o desencadeamento das reformas *pombalinas*⁹⁸, impostas por Portugal, quanto com a instituição da contrarreforma ultramontana, por parte do Vaticano.

⁹⁸ Preconizadas, como apresenta Faoro (1994), por Luís Antônio Verney, Ribeiro Sanches e Luís da Cunha, as reformas foram postas em prática pelo Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), tendo por intuito regular a crise decorrente do esgotamento do modelo econômico português, caracterizado pelo amplo escoamento de riquezas, e de seu atraso

Raymundo Faoro nos mostra a ruptura ocorrida entre o Estado português e a Igreja Católica, decorrentes da reforma de Pombal. Primeiramente, “a filosofia e a ciência, fechadas em círculos que as segregavam, voltariam a integrar o ensino, rompendo com a escolástica”⁹⁹ (FAORO, 1994, p. 37), esse processo teve início com a extinção da educação jesuítica nas terras lusófonas.

No caso brasileiro, retirando as elites mais abastadas (que educavam seus filhos na Europa), a educação jesuítica constituía no único meio de ensino populacional, sua extinção pela reforma de Pombal desencadeou um período de quase quatro décadas de inexistência de qualquer sistema de educacional na colônia – consideramos que esse fenômeno favoreceu e ampliou a cristalização do pensamento político de caráter autoritário que definiu¹⁰⁰ a sociedade brasileira por gerações. Devemos, contudo, deixar claro que as reformas empreendidas pelo consulado de Pombal não tinham qualquer anseio de quebrar com a ordem absolutista vigente em Portugal, muito pelo contrário, sua fundamentação residia no fortalecimento da economia lusitana para reafirmar o poder absolutista na metrópole e nas colônias.¹⁰¹

Apesar de chegar com atraso nas terras brasileiras, o catolicismo ultramontano¹⁰² acabou por gerar tensos desgastes nas relações entre Igreja Católica e Estado, tendo como principal representante Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, um jovem bispo capuchino que

Recebeu encorajamento do papa para confrontar a relação Igreja-Estado e fazer um tipo de cruzada. D. Vital acabou sendo preso e o Estado mostrou com isso a força ante a Igreja. Provocou sua prisão o

econômico e intelectual em relação aos países hegemônicos da Europa (Inglaterra e França, respectivamente).

⁹⁹ O autor ainda apresenta como a escolástica prevaleceu por séculos impregnada na produção de conhecimento político e intelectual lusitano – tanto em decorrência dos interesses da Igreja Católica quanto dos da própria coroa Portuguesa. Esse fator determinou o isolamento e o atraso português em relação aos demais países europeus, no que diz respeito aos processos de democratização da sociedade, desencadeados pelos teóricos do liberalismo e do sufrágio universal, autores estes que permaneceram proibidos pelo *index romano* (FAORO, 1994).

¹⁰⁰ A história política brasileira do século XX, por exemplo, encontra-se repleta de exemplos, não só de mobilizações sociais de caráter reacionário, como também da fácil aceitação popular para com a ascensão de regimes autoritários. Exemplos que serão explorados no decorrer deste trabalho, como: o vitalismo; o integralismo; o fascismo; a doutrina de Segurança Nacional.

¹⁰¹ Dentro dessa perspectiva, as reformas educacionais não implicaram na abertura completa do intelectualismo português para com os teóricos do liberalismo francês, que continuaram a ser rechaçados pela coroa lusitana, “não estava o paradigma europeu liberto da censura. A diferença estará na ausência de condições intelectuais que a refreiem ou a rompam” (FAORO, 1994, p. 42).

¹⁰² Por catolicismo ultramontano entende-se a doutrina conservadora e restauradora da Igreja Católica, instituída pelo pontificado de Pio VII (1800-1823) (MANOEL, 2004).

fato de ele procurar fazer valer documento de Roma de anatematização da maçonaria, da qual faziam parte clérigos e políticos. Isso foi a Questão Religiosa (1873) (AMARAL, 2010, p. 87).

Dando sequência a essa problemática, destaquemos, então, as interpretações formuladas pelo jornal *O São Paulo* a respeito das relações estabelecidas entre a Igreja Católica e os segmentos políticos dos países latino-americanos:

Desde a separação entre a Igreja e o Estado, no fim do século dezenove, e começo do atual [vinte], a Igreja Católica da América Latina vive um regime de autonomia administrativa. Com a supressão da antiga instituição do “patronato” desaparecida juntamente com o colonialismo, o catolicismo já não é considerado como religião oficial em praticamente nenhuma nação do continente. Entretanto, a importância sociológica do catolicismo é tal que ele goza de uma consideração particular: certos países, como a Colômbia, o reconhecem “como um elemento fundamental do bem comum e do desenvolvimento integral da comunidade nacional (Concordata de 1975). Os governos não podem desprezar o peso da Igreja no equilíbrio das forças políticas da sociedade. Assim, as instituições eclesiásticas continuam a desempenhar um papel no jogo das instituições políticas, civis ou militares, o qual não deve ser desprezado (*O São Paulo*, Na América Latina: Os cristãos entre a ditadura e a revolução, maio de 1976).¹⁰³

Como apresenta Antoine (1980), as fortes influências exercidas pela Revolução Francesa e pelo positivismo comtiano, tanto no Império quanto na República, geraram desgastes excessivos entre o Estado e os bispos representantes da doutrina ultramontana do Vaticano, e foram determinantes para a separação legal, e subsequente secularização do Estado, entre Estado e Igreja com a proclamação da República (1889).

Contudo, ao retomar a peculiar característica brasileira de implementação de processos de *modernização* (que partem de cima para baixo, excluindo as camadas populares da participação e mesmo conscientização a respeito das ideologias que orientam esses processos de mudança), compreende-se que esse processo, de rompimento entre Estado e Igreja, acabou por consolidar uma

¹⁰³ Matéria disponível no endereço eletrônico:
<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFSE1nUEdKTVdfQ1k/view> (acessado em 04/02/2016 as 17h15min).

secularização meramente de *júri*¹⁰⁴ na sociedade brasileira, e em seu espaço político. Assim, com a Questão Religiosa e a proclamação da República, e a conseqüente separação entre Igreja e Estado, os domínios da coação são distribuídos, sendo que a coação física passa a ser monopólio do Estado, enquanto que a coação psicológica permanece sob o monopólio da Igreja, ganhando autonomia em relação aos poderes dos Estados nacionais (AMARAL, 2010).

Com a imposição dessa nova problemática histórica da relação Estado brasileiro e Igreja Católica, a elite eclesiástica brasileira passou a adotar transformações e adaptações que possibilitaram a continuidade da garantia da defesa dos interesses institucionais dentro da arena política. Uma dessas transformações resulta no que Miceli (2009) denomina como adoção da “postura patrimonialista”, por parte de determinadas parcelas do clero nacional – como apresentado anteriormente, Faoro (2012) classifica o Estado brasileiro como patrimonialista pela premissa de que o mesmo se consolida enquanto um Grupo de Poder composto por diferentes segmentos dos setores dirigentes, que tomam o Estado como campo de luta para a defesa de seus interesses pessoais. Dessa forma:

No que diz respeito às relações com a sociedade brasileira, a opção da hierarquia eclesiástica, tendo em vista o contencioso legado pela “questão religiosa” dos anos 1870, consistiu em firmar uma sólida aliança político-doutrinária com os setores dos grupos dirigentes favoráveis as pretensões católicas e cientes da colaboração ideológica eficaz que a Igreja estava em condições de prestar à consolidação da nova ordem social e política (MICELI, 2009, p. 19).

Deve-se ainda levar em consideração os anseios da elite eclesiástica de garantia e manutenção do monopólio religioso em meio a sociedade brasileira, interesses estes que:

¹⁰⁴ Ao passo em que se constitui enquanto um processo imposto pelas elites dirigentes, que não se deram ao trabalho de disseminar uma ideologia que fundamentasse a necessidade da secularização na sociedade civil (criando, assim, um consenso de sociedade secular em meio a uma parcela consideravelmente ampla da população), com o intuito de saciar meros interesses particulares que caracterizam o caráter patrimonialista do jogo de poder no Estado brasileiro (FAORO, 2012), a separação entre Estado e Igreja se deu meramente na legislação, mas nunca chegou a ser internalizada de fato pela sociedade como um todo – fato concreto que comprova a afirmação é a atual problemática da presença de determinados políticos, inseridos no Poder Legislativo contemporâneo, que defendem direta e explicitamente os interesses das instituições religiosas às quais estão vinculados, assim como convicções dogmáticas próprias, fundamentadas em preceitos religiosos (ORO, 2003).

Lhe dava condição não de se opor de todo ao Estado, mas de negociar com ele, ou seja, a Igreja requeria do Estado o auxílio para a manutenção do monopólio religioso, implicando, então, nova forma de relativização como solução institucional. Hierocracia e política trocam serviços: os privilégios e as garantias recebidas do Estado serão pagos pelo poder legitimador e pela domesticação das massas (AMARAL, 2010, p. 74-75).

Essa nova aliança entre a hierárquica eclesiástica e os segmentos dirigentes da sociedade brasileira garantiram a continuidade tanto da hegemonia católica sob o território nacional, inserida na Constituição como religião oficial do Brasil (AMARAL, 2010), quanto da atuação dos membros do clero nacional enquanto “domesticadores” das massas populares nacionais, a partir dos interesses dos segmentos sociais dominantes aos quais as parcelas do clero nacional foram se vinculando – assim se reparte a relação entre Igreja e Estado, parcelas do clero católico passam a se vincular a determinados segmentos sociais em prol da concretização de interesses mútuos ou mesmo trocas de favores – fenômeno que reforça, reformulando, a condição do clero católico brasileiro enquanto *intelectuais orgânicos*, responsáveis pela organização das massas, ao passo em que, a partir desse momento, as parcelas do clero passam a se vincular a segmentos sociais específicos.

A formação da República Velha, assim como toda transformação política que se consolidou no Brasil, como um processo de *modernização*, planejado por determinados grupos dirigentes, manteve-se alheia a população brasileira como um todo, sendo impostas, portanto, de cima para baixo. O clero católico encontrou, nesse novo contexto político social, condições e necessidades de mudança e articulação que possibilitaram transformações essenciais para a instituição religiosa no âmbito nacional.

Em matéria vetada, pela ditadura militar, o jornal expõe trechos do discurso de D. Hélder Câmara, realizado na Filadélfia (EUA) no ano de 1976, no qual o arcebispo brasileiro criticou o papel desempenhado, no passado, pela Igreja latino americana no que tange à incumbência de defesa e perpetuação de uma ordem social injusta, era importante que, em suas próprias palavras:

Tenhamos a coragem de reconhecer que [n]os homens da Igreja, na América Latina, tivemos uma tal preocupação em manter a Autoridade e a chamada Ordem Social, que nem descobrimos as terríveis injustiças que se escondiam e se escondem por trás da

pseudo ordem social. Consciente ou inconscientemente, demos cobertura à um verdadeiro colonialismo interno, isto é, no fato de ricos dos nossos países manterem a própria riqueza esmagando milhões e milhões dos próprios concidadãos (*O São Paulo*, Filadélfia, 18 de agosto de 1976).¹⁰⁵

Salienta-se, nesse ponto, que existem determinadas peculiaridades essenciais da Igreja Católica que devem ser levadas em consideração quando se pretende analisa-la, entre elas destacamos a relativa autonomia que as instâncias nacionais, e mesmo regionais, recebem em relação ao Vaticano – sem deixar de considerar o extenso sistema hierárquico e burocrático no qual a Igreja Católica se fundamenta, o que possibilita que essa liberdade provincial seja garantida sem que, ao mesmo tempo, venha a proporcionar o rompimento com a sede internacional.

Dessa forma, afirma-se que a Igreja Católica, independentemente de sua autonomia provincial, tenderá, por primazia (mas não por obrigatoriedade), a articular-se com determinadas formações político-ideológicas no sentido de defesa da ordem social vigente no sistema internacional ao qual está vinculada, no caso em questão ao capitalismo internacional. O que implica na possibilidade de não aderir as demandas dos Estados nacionais nos quais encontra-se inserida, podendo vincular-se a distintos segmentos que compõe a realidade na qual se encontra inserida, sendo que, nesse caso, prevalecerá a sua autonomia provincial na determinação da atividade a ser exercida – encontrando tanto a possibilidade de agir a favor da ordem social instituída pelo regime vigente (como o exemplo da TFP dentro do contexto de ditadura militar) quanto a possibilidade de se fundamentar em exigências e recomendações de leituras particulares da sede no Vaticano (inserido em um sistema econômico internacional) para posicionar-se contra o regime político instituído (o caso do clero e laicato vinculado ao Centro Dom Vital).¹⁰⁶

Destaca-se, ainda, uma tendência que pode ser observada quanto ao nível de autonomia relativa que é atribuída aos membros do clero católico de acordo com a posição que ocupa dentro da hierarquia da Igreja em relação ao Vaticano. É perceptível que quanto mais baixo o cargo exercido dentro da hierarquia

¹⁰⁵ Matéria disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFLV9GZjMzRklzWXc/view> (acessado em 16/02/2016 as 17h27min).

¹⁰⁶ Os intelectuais católicos do Centro Dom Vital, com destaque para Jackson de Figueiredo, propunham a consolidação de uma contrarreforma que restaurasse o poder da Igreja Católica junto ao Estado brasileiro, consolidando assim uma ordem cristã. A perspectiva foi apoiada e defendida por membros de parcelas da hierarquia católica brasileira (VILLAÇA, 1979).

católica, maior será o grau de autonomia ideológica disponibilizado ao clérigo, já em contrapartida, conforme ascende dentro do sistema hierárquico do Vaticano, o membro da instituição começa a receber maiores atribuições quanto ao encargo de manter a coesão dos dogmas entre os demais membros de suas instâncias de administração, de acordo com os dogmas vigentes no determinado contexto em que se encontram inseridos.¹⁰⁷

Essa condição não implica na inexistência da possibilidade do efeito reverso, ou seja, é cabível do mesmo modo a inserção do baixo clero enquanto fiscalizador da autonomia ideológica interpretativa para com os demais membros do clero, podendo, em determinados casos, vir a denunciar clérigos de maior patente hierárquica.

Outro fato relevante na análise a respeito da autonomia relativa do clero católico se encontra na inserção provincial da Igreja, na qual o clérigo se encontra exercendo sua ocupação, sendo que: quanto mais interiorana for a paróquia, menor tenderá a ser a pressão exercida pelo Vaticano para com essa localidade – contudo, não se deve deixar de levar em consideração que essa condição é extremamente delimitada pela relação estabelecida entre a paróquia local e a Diocese ou Arquidiocese à qual se encontra subordinada.

3.2 A SUPOSTA SUBVERSÃO AO MARXISMO

Conforme apresentado anteriormente, a Conferência Episcopal de Puebla (1979) foi um dos grandes acontecimentos internacionais que demonstrou a amplitude do movimento da Teologia da Libertação, no contexto das ditaduras latino-americanas. Apesar do evento ser posterior ao período de imposição da censura prévia ao jornal católico, sua importância refletiu grandes expectativas, no ano que o antecedeu (1978), nas páginas censuradas do jornal *O São Paulo*, que definiu determinadas pautas que deveriam ser abordadas nessa Conferência do catolicismo libertador, destacando entre elas as seguintes:

¹⁰⁷ Essa afirmativa pode ser exemplificada com o caso da Esquerda Cristã Brasileira (que será debatido com maior profundidade no decorrer deste trabalho), no qual parcelas representativas do baixo clero nacional se vincularam aos movimentos católicos com grande influência socialista e, além de não receberem a adesão do alto clero, foram rapidamente sufocados pela hierarquia católica nacional, que julgou o movimento como dispare da doutrina social cristã (LÖWY, 2000).

1- A evangelização tem que começar por um diagnóstico da realidade. Tem que apontar as causas da situação atual do povo. Elas se encontram no sistema econômico, explorador e estruturalmente injusto. A defesa profética da Igreja em favor dos oprimidos não pode deixar de ser ouvida.

2- A transformação não pode ser feita de maneira idealista. Isso equivaleria a fazer do Evangelho a consagração do “sentido” do sistema capitalista. Assim a evangelização não mudaria nada. Mas, a marginalização e a exploração dos pobres continuariam.

[...]

5- O movimento operário tem que ocupar um lugar de primeira [sic] plana [sic] na cura evangelizadora. São os operários que conduzem o destino do mundo e são eles que constroem o mundo. A Igreja deve manifestar o seu empenho e desejo de servir as classes operárias face ao seu destino, e face a construção de uma nova sociedade mais justa e mais igualitária. Juntamente com o movimento operário nota-se nesses dez anos após Medellín, a importância que têm tomado os movimentos feministas: procuram colocar em evidência o lugar e a função da mulher na formação social.

... A industrialização urbana cria novos setores que a ação pastoral da Igreja tem que levar em conta... (*O São Paulo, Os Bispos vão discutir Puebla, 1978?*, grifos nossos).¹⁰⁸

A leitura primária dos trechos transcritos a respeito das expectativas do semanário católico para com a Conferência de Puebla (1979) pode remeter a compreensão equivocada de uma Igreja socialista, coesa, na luta contra o sistema capitalista e em prol da supremacia proletária na luta contra a superação dos antagonismos de classe. Contudo, uma leitura aprofundada dos trechos citados nos permite reconhecer determinadas construções que derrubam essa tese, elencando-as na ordem em que serão debatidas: a) contradições ideológicas que exprimem a pluralidade que compunha o campo da Teologia da Libertação; b) condicionamento de determinado conceito de ordem social católica no apoio aos movimentos sociais; c) necessidade da adaptação da Igreja de acordo com as transformações sociais que ocorrem em diferentes níveis (local, nacional, global).

a) Primeiramente devemos lembrar as discussões realizadas anteriormente a respeito das concepções defendidas pelo semanário católico paulistano no que tange à pluralidade político-ideológica que pode ser atribuída não só a Igreja Católica em si, como também a própria Teologia de Libertação.

¹⁰⁸ A matéria citada se encontra consideravelmente desgastada pelo tempo, não possuindo qualquer registro preciso de data de produção, tendo sua autoria reservada ao codinome “GG”. Para visualização utilizar o link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFR1A2VFJCR1c0dE0/view> (acessado em 17/02/2016 as 09h30min).

Reforçando, ainda, a valorização atribuída pelo jornal paulistano à existência dessa pluralidade dentro do universo católico – tendo em vista que essa particular característica, proveniente da autonomia relativa do clero católico, permite que a Igreja cumpra seu papel social atendendo as diferentes demandas da sociedade, possibilitando a ampliação de sua atuação enquanto “salvadora de almas”.

Em um segundo momento, é possível atentar ao fato de que em uma mesma matéria o jornal critica tanto os extremismos do sistema capitalista quanto o idealismo que fundamenta a ideologia socialista, ao mesmo tempo em que glorifica a classe operária (destacando-a como condutora do “destino do mundo”), limita sua ação, no sentido marxista. Notemos, também, a preocupação exposta pelo semanário em desvincular a Teologia da Libertação da rotulação imposta a ela, durante o contexto de ditadura militar, como *subversiva* à ordem, e adepta do comunismo/marxismo/socialismo.

As críticas proferidas pelo semanário católico paulistano em relação às tendências políticas voltadas para o radicalismo de esquerda (marxista) são reforçadas em matéria vetada que aborda o movimento estudantil paulista. O texto apresenta preocupação para com um dos grupos que compunha o ME, denominado “Liberdade e Luta”, que demonstrava exacerbado “vanguardismo”, propondo “se colocar na direção de um movimento de massa capaz, em poucos dias, de mudar radicalmente a situação política do país”, e insistindo “em teses gerais e em chavões que acabavam por resultar [em] vazios” (*O São Paulo*, s/n, 1972)¹⁰⁹, as críticas seguem abordando a visível capacidade exposta pelo grupo em manipular as decisões das assembleias estudantis, gerando, assim, resultados que não condiziam com as reais demandas do movimento como um todo. A matéria finaliza enaltecendo a “vitória esmagadora” da União Estadual do Estudantes (UEE) contra o grupo radicalista, o que, nas palavras do semanário, exprimia “a orientação ponderada da maioria dos estudantes, capaz de participar com maturidade e sem isterismos, da vida política nacional”.¹¹⁰

Em matéria que trata do discurso proferido por D. Hélder Câmara na Filadélfia (EUA), no ano de 1976, o arcebispo reflete e rebate as críticas proferidas

¹⁰⁹ O documento encontra-se disponibilizado no endereço eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFNXBmdGZEdEtacnM/view> (acessado em 25/02/2016 as 13h50min).

¹¹⁰ O documento sem título datado de 1972 se encontra disponibilizado no endereço eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFNXBmdGZEdEtacnM/view> (acessado em 25/02/2016 as 13h50min).

contra a Teologia da Libertação a respeito de sua rotulação enquanto *subversiva* e marxista; D. Hélder destaca sua surpresa para com a astúcia intelectual da oposição ao se afirmarem “defensores da civilização cristã” no combate às infiltrações marxistas dentro da própria Igreja. Contudo ele rebate as falas acusações afirmando que as mesmas “não devem atemorizar os cristãos. ‘Não precisa de marxismo quem tem o Evangelho, o Vaticano II e Medellín. Não precisa de Marx quem tem Jesus Cristo” (*O São Paulo*, Filadélfia, 18 de agosto de 1976).¹¹¹

O mesmo posicionamento é exposto por Dom Hélder em matéria enviada pelo mesmo para publicação no jornal católico paulistano. O texto discorre a respeito dos problemas socioeconômicos que assolavam o nordeste brasileiro da época, em dado momento, o arcebispo de Olinda começa a questionar a tendência de “reconhecer ao Estado o direito de julgar nossa missão evangelizadora, incriminando-a de subversão ao comunismo. É muito cômodo procurar encobrir assim a denúncia de injustiças que oprimem a maior parte de nossa gente”, reforçando ainda que “perigoso como ser ingênuo diante o comunismo é aceitar a taxaço de comunismo” (*O São Paulo*, Evangelização de Olinda, 1976).¹¹²

Notemos que as palavras de Dom Hélder reforçam o posicionamento da hierarquia católica em relação à Teologia da Libertação, ao passo em que não concebe o cristianismo libertador como vinculado a qualquer tipo de movimento marxista (socialista ou comunista), refutando, de maneira incisiva, qualquer possível acusação. Para a elite eclesiástica, que representava essa vertente do clero, os membros do movimento eram tidos como detentores da missão profética de lutar em prol dos Direitos Humanos (ONU-1948) – lembrando que, conforme apresenta Mannheim (1981), os direitos universais do homem são a expressão máxima e o fundamento de qualquer estilo de pensamento de embasamento liberal.

O próprio jornal faz uma síntese da perspectiva defendida pela hierarquia eclesiástica que compõe a Teologia da Libertação, desvinculando sua rotulação enquanto *subversiva* ao comunismo, ao passo em que “considerada ao nível de sua hierarquia a Igreja Católica não se apresenta revolucionária: ela se

¹¹¹ Matéria disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFLV9GZjMzRklzWXc/view> (acessado em 16/02/2016 as 17h27min).

¹¹² A matéria citada se encontra consideravelmente desgastada pelo tempo, não possuindo qualquer registro preciso de data de produção, tendo sua autoria reservada ao codinome “GG”. Para visualização utilizar o link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFR1A2VFJCR1c0dE0/view> (acessado em 17/02/2016 as 09h30min).

recusa a retomar a análise marxista da sociedade” (*O São Paulo*, Na América Latina: os cristãos entre a ditadura e a revolução, maio de 1976).¹¹³

Salientamos ainda que a equipe editorial do semanário paulistano reforça seu posicionamento democrático liberal, fundamentado na valorização do pluralismo político. Em outra matéria vetada, o jornal define que, ao desvincular-se de teorias embasadas na análise ideologizada da realidade social (que partem do pressuposto de enquadrar a realidade dentro de um modelo; em detrimento de construir o modelo, ou defini-lo a partir da própria realidade), a Teologia da Libertação encontra a possibilidade de “evitar a cilada de uma teologia ‘ideologizada’, e [de] manter seu nível profético, dentro do qual os cristãos de diversas opções ideológicas poderão encontrar-se” (*O São Paulo*, n/c, s /d)¹¹⁴ – neste ponto é importante tomarmos um momento para analisar o próprio corpo do documento citado, destacando a atuação da censura prévia na leitura do mesmo, notamos que na 12ª lauda¹¹⁵ dessa matéria encontra-se em destaque contornada na cor vermelha, com o carimbo de “VETADO” dos censores militares, a seguinte frase, referente à acusação do catolicismo libertador enquanto representante de correntes marxistas: “inútil dizer que estender esta crítica à teologia da libertação é injusto. Não há teólogo sério e representativo do atual pensamento cristão na América Latina que esteja nesta linha” (*O São Paulo*, n/c, s /d).

Dessa forma, a matéria apresenta determinadas contradições ideológicas que fazem parte do universo católico, e que passam a ser incorporadas pelo catolicismo libertador das páginas do jornal católico paulistano a partir de sua tomada de posicionamento, de caráter liberal, a favor do pluralismo político-ideológico.

b) O terceiro ponto levantado na análise da matéria vetada, intitulada “Os Bispos vão discutir Puebla”, reside no fato de que se torna perceptível que o apoio da Igreja aos movimentos sociais se encontra condicionado ao compartilhamento de um determinado ideal de ordem social cristã para com os grupos com os quais as parcelas católicas se vinculam.

¹¹³ Matéria disponível no endereço eletrônico:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFSE1nUEdKTVdfQ1k/view> (acessado em 04/02/2016 as 17h15min).

¹¹⁴ O documento, de 13 laudas, citado não possui nenhum tipo de identificação no que diz respeito à autoria, título ou data de produção, a versão integral encontra-se disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFWjFfM3FUODhLLXM/view> (acessado em 23/02/2016 as 15h23min).

¹¹⁵ Para maiores informações a lauda do documento se encontra disponível no **ANEXO II**.

Percebemos, nesse sentido, que o intuito da mudança de posicionamento da hierarquia eclesiástica, que veio a compor a Teologia da Libertação, se encontrava embasado na necessidade de “angariar fiéis” - relembrando a missão da Igreja enquanto “salvadora de almas”.

Esse modelo de posicionamento católico remonta a instituição da chamada Ação Católica que, impulsionada por Pio XI:

Representa um esforço para dar prossecução em bases novas ao renascimento do catolicismo, procurando unificar a experiência da fé e as exigências da vida em sociedade. Dá primazia ao apostolado espiritual, como reclamava o catolicismo integral. Ao mesmo tempo define-se como um apostolado social, destinado a estender o reino social de Cristo, objetivo perseguido por *Sillon*. Quer salvaguardar a independência recíproca da fé e da política (a especificidade “temporal” do laicato) e respeitar as relações entre a hierarquia e o laicato (a noção de “mandato” conferido pela hierarquia ao laicato para a sua tarefa apostólica) (ANTOINE, 1980, p. 13-14).

A Ação Católica brasileira se consolidou entre os anos de 1932 a 1934, sendo liderada por Alceu Amoroso Lima e tendo como intuito consolidar-se como uma formação social combativa e atuante que defendesse politicamente os interesses da Igreja Católica (QUADROS, 2013) – relembrando, neste ponto, a importância exercida pelos intelectuais no processo de educação política das massas em prol da defesa dos interesses da instituição religiosa no contexto republicano secular que havia se instaurado na sociedade brasileira.

Retomando o caso do catolicismo libertador no Brasil, nessa nova articulação da parcela *progressista* da Igreja Católica, enquanto reduto dos movimentos sociais brasileiros, as denominadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) desempenharam um papel essencial. As CEBs foram implantadas na sociedade brasileira durante a década de 1970, e tinham por preceito favorecer a formação política da população a partir da prática, proposta que:

Supõe uma educação para as circunstâncias concretas da vida. Não será a educação formal, escolar, acadêmica, mas se torna, rigorosamente, através de seus próprios mecanismos, uma educação para a participação política, enquanto se pretende produtora de um saber e de um poder para as classes menos favorecidas (NÓBREGA, 1988, p. 58).

Desse modo, o posicionamento do jornal católico, em concordância com a perspectiva da Teologia da Libertação, se fundamenta na mobilização popular em prol da luta “PARA QUE TODOS POSSAM NASCER LIVRES E IGUAIS EM DIGNIDADES E DIREITOS – À VIDA, À LIBERDADE E SEGURANÇA – SEM DISCRIMINAÇÃO DE RAÇA, COR, SEXO, IDIOMA, RELIGIÃO e OPINIÃO POLÍTICA” (*O São Paulo*, Declaração ao povo brasileiro, 01 de março de 1977).¹¹⁶

É possível discernir, assim, a forte influência exercida pela doutrina católica da Teologia da Libertação na consolidação das CEBs, salientando que

A difusão das CEBs ocorre simultaneamente à “opção preferencial pelos pobres” por parte da hierarquia eclesiástica; e que, ademais, tal difusão tende a envolver (embora não diretamente) alinhamentos políticos e ideológicos, é possível conhecer o “fazer política” da Igreja no âmbito de suas relações locais com os setores populares através de dois processos simultâneos e complementares: a) a estruturação, ou reestruturação interna, no nível das bases, da “Igreja renovada”; b) a sua participação na constituição de novos sujeitos ou agentes sociais e políticos (movimentos de bairro, sindicatos, partidos...) entre estes setores populares (KRISCHKE, 1986, p. 188-189).

As CEBs se constituíram, portanto, como clara expressão prática das articulações estabelecidas entre os intelectuais da esquerda brasileira e os clérigos da Teologia da Libertação, apresentando, em suas fundamentações, os preceitos que caracterizam a *filosofia da práxis*, ou teoria e prática, que traziam um renovado fôlego para os movimentos sociais, assim como novas estratégias de ação, no campo da realidade, para a sociedade civil e os intelectuais de esquerda, tendo em vista que “os movimentos sociais urbanos representavam esperança no futuro. Eram autônomos em relação aos partidos políticos, opunham-se ao Estado autoritário e se revelavam inovadores em termos da criação de solidariedade humana” (MAINWARING, 1986, p. 73).

Essa perspectiva propunha a união entre teoria e prática na luta pelas mudanças sociais almejadas pelo horizonte da conquista da redemocratização, tendo como premissa a necessidade de conscientizar politicamente a população a partir da realidade social, historicamente construída, na qual se encontrava inserida.

¹¹⁶ A matéria possui referência quanto a sua autoria restrita ao nome “Marcelo”, encontrando-se disponível no endereço eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFWTBXWFFQSERZRGM/view> (acessado em 19/02/2016 as 18h00min).

Na concepção *gramsciana*, a *filosofia da práxis* se constitui como elemento chave para a mudança social, ao passo em que considera a educação e conscientização política das massas populares fundamentada em uma concepção histórica que tenha como partida a realidade na qual o indivíduo encontra-se inserido (tem como ponto de partida para a construção teórica o *senso comum*), para capacitá-lo a participar de forma ativa na arena política, na perspectiva de consolidar uma democracia direta que é exercida nas bases (GRAMSCI, 1987).

Esse novo modelo de ação intelectual foi amplamente difundido no Brasil na segunda metade do século XX, por renomados cientistas sociais, como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, entre outros. A partir da união entre teoria e prática, o intelectual de esquerda passa a assumir sua responsabilidade perante as análises que faz da sociedade, atuando de forma militante em defesa e, juntamente, com as comunidades que se encontram socialmente oprimidas nas relações de poder estabelecidas, mantendo plena consciência de que “a produção intelectual ressoa os movimentos da sociedade” (IANNI, 2004, p. 55).

Surtindo efeitos incontestáveis de poder de mobilização e organização de massas (com destaque para os movimentos sindicais) que vieram a se consolidar enquanto partido político com a abertura política da ditadura militar brasileira (1985).

Neste sentido, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) recolheu em boa parte os frutos deste trabalho de rearticulação das organizações populares antes descrito, que rejeitaram fazer parte de antigos esquemas políticos que sempre se utilizaram dos setores populares urbanos como massa de manobra e fonte de legitimação. As concepções que, nos primórdios ou no “período heroico”, regeram a formação do PT na Grande São Paulo – baseada na ideia de um partido de massa, construído de baixo para cima e de fora para dentro, colado nos movimentos sociais, mas garantindo-lhes autonomia, onde a direção pertencesse aos próprios trabalhadores e que estivesse desligada dos antigos dogmas que ainda regem os partidos da esquerda ortodoxa (KOWARICK; BONDUKI, 1988, p. 160).

Destacando, ainda, que o espaço que representa a Igreja pode ser considerado como “um local estratégico de convocação para o movimento, que ajuda a superar a heterogeneidade social e cultural do bairro, pois transcende entre os moradores as suas diferenças particulares, interesses de classes e outros, às vezes contraditórios” (KRISCHKE, 1986, p. 189), característica particular, cabível ao

espaço religioso, que favorece de maneira ampliada a mudança social, a partir da construção e difusão dos preceitos da *filosofia da práxis*.

“Enfatiza-se então que a transformação da Igreja brasileira resultou da interação dialética entre agentes pastorais, movimentos leigos e bispos” (MAINWARING, 2004, p. 123), processo que se tornou possível, e necessário, em decorrência das mudanças sociais (políticas, econômicas, sociais, culturais), nacionais e internacionais, que se impuseram à sociedade brasileira no decorrer do século XX.

As citadas peculiaridades do contexto histórico brasileiro em questão são essenciais para entendermos não só as possibilidades colocadas pela realidade política para a ascensão da Teologia da Libertação, como também a repentina popularização do semanário *O São Paulo*, descrita por Lanza (2006), a partir de sua adoção de um posicionamento político crítico, que tem início na década de 1970.

Outro ponto importante para o debate a respeito da condicionalidade da perspectiva católica para o apoio dos movimentos sociais reside no posicionamento do jornal católico em defesa e valorização dos movimentos feministas que começam a ganhar espaço na sociedade brasileira do século XX, lembrando o trecho grifado: “nota-se nesses dez anos após Medellín, a importância que têm tomado os movimentos feministas: procuram colocar em evidência o lugar e a função da mulher na formação social” (*O São Paulo*, Os Bispos vão discutir Puebla, 1978?, grifos nossos).¹¹⁷

Contudo, devemos, mais uma vez, condicionar esse apoio ofertado pela Igreja às limitações impostas pela visão de mundo religiosa cristã. Um exemplo claro dessa perspectiva analítica se encontra na leitura de outra matéria vetada, intitulada “Os trabalhadores e a situação econômica”¹¹⁸, na qual a equipe editorial do semanário se situa em oposição à realidade social brasileira, decorrente da crise e dos baixos salários, que resultava na necessidade da esposa deixar a casa e os filhos para ir trabalhar.

¹¹⁷ A matéria citada se encontra consideravelmente desgastada pelo tempo, não possuindo qualquer registro preciso de data de produção, tendo sua autoria reservada ao codinome “GG”. Para visualização utilizar o link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFR1A2VFJCR1c0dE0/view> (acessado em 17/02/2016 as 09h30min).

¹¹⁸ O documento citado encontra-se disponível no endereço eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFT0thd3hRQzVlbDA/view> (acessado em 23/02/2016 as 10h14min).

Destaquemos ainda que na matéria elaborada pelo semanário, em referência a comemoração de 1º de maio de 1977, intitulada “Igreja no mundo do trabalho, Pastoral Operária”¹¹⁹, são elaboradas apenas referências rasas a mera existência de uma falácia da luta operária por direitos trabalhistas femininos. Fica perceptível, portanto, as limitações que os fundamentos religiosos da Igreja colocam para o posicionamento liberal da hierarquia católica libertadora – relembrando que, anteriormente, foi exposto a análise de que, apesar da existência de uma autonomia relativa, que pode ser atribuída ao clero católico, ela será sempre limitada pelos dogmas básicos universais que garantem a coesão internacional da Instituição.

Ao fundamentarmos nossa perspectiva de vinculação do semanário *O São Paulo* para com os preceitos do liberalismo, em detrimento da comum vinculação ao marxismo, é de suma importância que abordemos a matéria vetada do jornal católico intitulada “Liberdade Sindical: Direito Fundamental”¹²⁰ – documento que demonstra como deve ser o posicionamento do clero católico em relação ao proletariado e as demais categorias trabalhistas da sociedade civil, na conjuntura político/social/econômica nacional e internacional.

Torna-se visível que o jornal católico paulistano empreende sua ação em relação à classe trabalhadora embasando-se primordialmente na Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU-1948). Posto isso, a equipe editorial do semanário expõe que

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela ONU em 1948, afirma, em seu artigo 23, § 4º, que o princípio da liberdade sindical constitui uma liberdade fundamental do homem, sendo parte integrante da liberdade de associação, esta prevista no artigo 20.

Trata-se, pois, de um direito fundamental do homem à ser respeitado por todos e pelo Estado.

É a Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.), órgão especializado da Organização das Nações Unidas (O.N.U.) em questões do trabalho, com sede em Genebra, que define o que seja liberdade sindical.

A OIT definiu o que seja liberdade sindical através de uma convenção internacional, aprovada em congresso no qual tomaram

¹¹⁹ Matéria disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFeElzR2NrUXRRYnM/view> (acessado em 23/02/2016 as 11h21min).

¹²⁰ Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFUXRLbWxGN2xPRGM/view> (acessado em 21/03/2016 as 10h40min).

parte os países membros, compostos por representantes governamentais, dos patrões e dos trabalhadores.

A convenção intencional que definiu a liberdade sindical foi basicamente a convenção do número 87 de 1948.

A convenção 87 protege dois princípios básicos da liberdade sindical: o direito de cada um sindicalizar-se e a independência do sindicato em relação ao Estado.

Todos os países membros da OIT deveriam aplicar em seu direito interno esses princípios básicos da liberdade sindical. Infelizmente, porém, alguns países, valendo-se do princípio da soberania nacional, deixam de aplica-los internamente. É o caso dos países do Leste Europeu, isto é, dos países ligados ao pacto de Varsóvia, sob a liderança da União Soviética. É o caso também do nosso Brasil, cujos sindicatos estão sob a tutela governamental (*O São Paulo, Liberdade Sindical: Direito Fundamental, setembro de 1977?*).¹²¹

Outra matéria vetada que exemplifica essa perspectiva liberal de defesa dos direitos universais do homem debate a respeito da necessidade de universalização desses direitos em meio a sociedade brasileira, problematizando o fato de que

As leis não defendem o direito dos pobres. Mas, assim mesmo, nosso povo luta por seus direitos; até mesmo pelo direito de ter direitos.

O lavrador é gente igual aos outros. Quando ele exige os seus direitos não está pedindo esmolas, não. Está querendo uma coisa sua, que alguns estão roubando ou querendo só pra eles (*O São Paulo, Declaração ao povo brasileiro, 01 de março de 1977*).¹²²

Reafirmando ainda seu posicionamento em defesa da Declaração dos Direitos Humanos (ONU-1948), a qual defendendo que:

A liberdade, a justiça e a paz haveriam de construir um mundo de bem-estar e felicidade ao ser humano, firmaram:

Que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos à vida, à liberdade e à segurança, sem nenhuma distinção de cor, raça, crença ou opinião política. (*O São Paulo, Declaração ao povo brasileiro, 01 de março de 1977*).¹²³

¹²¹ O documento citado não possui nenhum tipo de definição de sua autoria, a data precisa de redação também não foi disponibilizada, contudo, a partir da leitura das referências temporais presentes no documento, tornou-se possível estimar uma data aproximada para a matéria censurada.

Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFUXRLbWxGN2xPRGM/view> (acessado em 21/03/2016 as 10h40min).

¹²² A matéria possui referência quanto à sua autoria restrita ao nome "Marcelo", encontrando-se disponível no endereço eletrônico:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFWTBxWFFQSERZRGGM/view> (acessado em 19/02/2016 as 18h00min).

¹²³ A matéria possui referência quanto a sua autoria restrita ao nome "Marcelo", encontrando-se disponível no endereço eletrônico:

Notemos, pois, o posicionamento assumido pelo semanário católico em defesa dos direitos universais da classe trabalhadora em nível legal e internacional, proveniente das declarações universais produzidas em um contexto político-liberal globalizante pós-segunda Guerra Mundial. Partindo dessa perspectiva, podemos, então, aferir que o jornal *O São Paulo* não se posiciona como *subversivo* questionando a ordem social capitalista, pelo contrário: ele assume e incorpora ao movimento do catolicismo libertador a vertente liberalista, que caracteriza o capitalismo hegemônico internacional, levantando sua bandeira na luta contra as formações estatais de caráter extremista – ao passo em que, mais uma vez, o jornal católico se coloca em oposição aos regimes de extrema direita (ditaduras fascistas e militares) e de extrema esquerda (socialismo soviético).

Ademais, a leitura da matéria comemorativa de 1º de maio faz constante referência à necessidade de uma vinculação da união proletária (limitada a uma perspectiva liberal de direitos trabalhistas, sindicais e grevistas) para com as diretrizes do Evangelho. Nesse sentido, a matéria segue explicitando que:

Diante de uma situação injusta, contrária aos direitos humanos, contrária aos ensinamentos do Evangelho que nos convidam à solidariedade, à justiça, não podemos ficar com os braços cruzados. É preciso construir nossa união. Cada trabalhador precisa conversar com o outro, sobre a situação. Nossa força está em nossa união. Pequenos grupos na empresa, nos bairros, nossa presença nos sindicatos, irão, aos poucos, a indiferença, a desconfiança, o medo. Neste 1º de maio de 1977 apelamos, pois, a todos os trabalhadores, nossos companheiros, para que estejamos unidos, nos organizemos nas empresas sindicatos e bairros, a fim de aprofundarmos nossos conhecimentos sobre a realidade e sobre as condições que a classe tem para encontrar soluções adequadas. Que lutemos juntos para criar um sistema não só com base no egoísmo econômico e, sim, no respeito a pessoa humana (*O São Paulo*, Igreja no mundo do trabalho, Pastoral Operária, 01 de maio de 1977).¹²⁴

A análise desses documentos nos permite perceber determinada vinculação entre a perspectiva teórico-social defendida pelo jornal católico para com os princípios do Estado de Direito, democrático liberal, da Teoria da Justiça de John Rawls (2008), embasada na definição de dois princípios fundamentais de justiça que

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFWTBXWFFQSERZRGm/view> (acessado em 19/02/2016 as 18h00min).

¹²⁴ Matéria disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFeElzR2NrUXRRYnM/view> (acessado em 23/02/2016 as 11h21min).

exprimem a necessidade de existência de uma diferenciação na distribuição de bens e riquezas que devem, contudo, coexistir com uma perspectiva de igualdade de condições para a competição entre os diferentes indivíduos que compõem a sociedade, prevalecendo as capacidades e habilidades do sujeito, salientando que “a concepção geral de justiça não impõe restrições quanto aos tipos de desigualdades permissíveis; ela só exige que a situação de todos melhore” (RAWLS, 2008, p. 76). É importante destacarmos que

Posições como as de Rawls se encaixam perfeitamente em posições do tipo Teologia da Libertação, CPT e MST. Os discursos se aproximariam bastante, embora as consequências políticas possam ser diferentes. O problema reside não somente no refinamento da análise filosófica, na medida em que Rawls sustenta que a liberdade deve ser antes de tudo preservada, mas no modo como ideias morais adentram o espaço público, sustentadas por organizações políticas, como movimentos sociais, Igreja ou partidos políticos (ROSENFELD, 2010, p. 161).

Percebe-se, dessa forma, que diferentes movimentos sociais brasileiros, entre eles os vinculados ao catolicismo libertador, sofreram influência da perspectiva da justiça social *rawlsiana*, passando a apropriar-se de particularidades dessa corrente teórica de acordo com as demandas específicas que representavam seus segmentos.

Notemos, por exemplo, que a matéria “Igreja no mundo do trabalho, Pastoral Operária” não chega em nenhum momento a questionar a divisão social antagônica em si, se mantendo em oposição às injustiças decorrentes do egoísmo econômico que gera a extrema concentração de renda, o que determinaria a continuidade da incapacitação da livre competição de determinadas parcelas sociais. Existe, portanto, concordância para com o preceito da existência de uma *desigualdade social razoável* que seja limitada pela primazia da manutenção do *bem comum* e, nessa perspectiva, “as desigualdades sociais e econômicas devem estar dispostas de tal modo que tanto (a) se possa razoavelmente esperar que se estabeleçam em benefício de todos como (b) estejam vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos” (RAWLS, 2008, p. 73).

Assim, ao fomentar a união proletária em prol da conscientização e união da categoria enquanto movimento social, não implica em demandar a organização revolucionária do segmento social, ao passo em que se apropriam do

standard da mobilização em defesa dos direitos humanos fundamentais, opondo-se exclusivamente aos extremismos da concentração de bens e poder impostos a realidade social brasileira do período histórico no qual se encontram inseridos – o semanário *O São Paulo* mantém, portanto, uma posição em defesa de uma mobilização social, de caráter liberalista, que garanta uma melhor igualdade social para os segmentos da sociedade civil brasileira.

É importante destacarmos também o posicionamento assumido pela Teologia da Libertação em prol da urgência de uma reforma agrária na sociedade brasileira, conforme apresenta uma das matérias vetadas do semanário *O São Paulo*, referindo-se ao problema de, em média, onze milhões de famílias de agricultores brasileiros sem posses de terras,

A Comissão [Pastoral de Terra] defende a necessidade urgente de uma reforma agrária ampla, para dar terra a estas famílias – ou evitar que lhes seja tomada, quando já a têm. Chama a atenção pelo fato de que o Brasil, quinto maior país do mundo, tem terra suficiente para todos. Segundo a CPT o governo poderia ter evitado muitos casos de violência se tivesse interferido em resposta aos apelos de socorro. Mas nem todos estão satisfeitos com o ativo interesse da Igreja pelos problemas de terra. O presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que representa os grandes fazendeiros - n- sua maioria criadores de gado – acaba de acusa a Igreja de tentar provocar desordem no campo, e estimular os posseiros a invadirem as terras. Houve casos de prisões de padres, acusados de subversão, quando tentaram defender os posseiros (*O São Paulo*, Pastoral na BBC, s/d).¹²⁵

Atentemos ao fato de que, ao posicionar-se em defesa das demandas populares por uma reforma agrária, os membros da Teologia da Libertação foram mais uma vez rotulados como *subversivos* a ordem, o que implicava, no contexto político-social da ditadura militar (1964-1985), na subsequente vinculação do grupo aos ideais marxistas/socialistas/comunistas. O fato se torna contraditório a partir do momento em que analisamos a perspectiva da reforma agrária pelo viés liberal da Teoria da Justiça *rawlsiana*, tendo em vista que, conforme apresenta Leite Filho (2012), a distribuição de terras, ou reforma agrária, é um dos princípios para o estabelecimento do Estado de Direito, fundamentado no

¹²⁵ A matéria mencionada não possui qualquer referência quanto a sua autoria ou data de produção, estando disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFdEtfbC0zR0ZwR0E/view> (acessado em 22/03/2016 as 13h31min).

preceito da justiça social, que viabilizará, futuramente, a livre competição econômica entre os membros da sociedade civil, sendo que prevalecerá nessa competição as potencialidades e capacidades individuais dos sujeitos que compõe a sociedade.

A preferência da hierarquia católica libertadora pelos ideais liberais é reforçada no texto enviado por Dom Hélder para publicação no semanário católico, também vetado pela ditadura militar, no momento em que o arcebispo tenta definir o modelo político vislumbrado pela Igreja da Teologia da Libertação, segundo ele:

Deixemos bem claro o ensinamento da Igreja: democracia não é e não pode ser sinônimo de ausência de autoridade; mas, também, não é criação do Estado (o que importaria em totalitarismo de esquerda ou de direita). Democracia é um regime político em que todos aceitam uma autoridade, que governa em nome do bem comum, poder maior ao qual todas as autoridades estão sujeitas, quanto à liberdade e aos direitos fundamentais do homem são realidade inerente à condição humana (O São Paulo, Evangelização de Olinda, 1976, grifo nosso).¹²⁶

A leitura e interpretação do trecho acima transcrito nos permite realizar as seguintes problemáticas que necessitam ser debatidas a seguir: 1º a elite eclesiástica da Teologia da Libertação exprime forte tendência à defesa de ideias liberais; 2º o cristianismo libertador questiona qualquer tipo de golpe político que rompa com a continuidade do processo político democrático que se fundamenta no *sufrágio universal*; 3º a Igreja da Teologia da Libertação crítica a concentração de poder que caracterizou o “domínio estamental do Estado”, no período de ditadura militar (1964-1985).

Dessa maneira, quando analisamos a visível limitação da perspectiva liberal exposta pelas matérias censuradas do jornal católico paulistano, se torna perceptível que a classificação da Teologia da Libertação, enquanto um movimento de caráter *progressista*, não passa de “uma designação inventada por partidos de esquerda, sem o devido conhecimento do ideário católico e de sua doutrina social, que os fazem progressistas no marco da tradição conservadora própria da Igreja” (MARTINS, 2011, p. 25).

¹²⁶ A matéria citada se encontra consideravelmente desgastada pelo tempo, não possuindo qualquer registro preciso de data de produção, tendo sua autoria reservada ao codinome “GG”. Para visualização utilizar o link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFR1A2VFJCR1c0dE0/view> (acessado em 17/02/2016 as 09h30min).

É importante nos remetermos, nesse momento, às classificações realizadas por Mannheim (1981), a respeito da conceituação dos termos *reformismo conservador* e *reformismo progressista*. Segundo o autor,

O reformismo conservador consiste na substituição de fatores individuais por outros fatores individuais (“melhoramentos”). O reformismo progressista tende a dar conta de um fato indesejável reformando todo mundo ao redor que torna sua existência possível. *Assim, o reformismo progressista ataca o sistema como um todo, enquanto que o reformismo conservador ataca detalhes particulares* (MANNHEIM, 1981, p. 102).

A perspectiva *mannheimiana* nos coloca em uma situação complicada de conceituação do tipo de movimento que se consolida com o catolicismo libertador, ao passo em que, quando consideramos, especificamente, a conjuntura político-social brasileira,¹²⁷ e mesmo a tradição conservadora da Igreja Católica Romana, encontramos a possibilidade de classificar o catolicismo da Libertação enquanto um movimento *reformista progressista*. Contudo, se partirmos de uma perspectiva analítica internacional, embasada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, não poderemos atribuir à Teologia da Libertação nenhum tipo de classificação que supere os fundamentos de um *reformismo conservador* (focado em particularidades da realidade social que necessitam de “melhorias”). Problematizando, ainda, o fato de que, tendo o Brasil assinado a Declaração dos Direitos Humanos (ONU-1948), a Igreja libertadora não fez nada mais do que cobrar direitos legais que deveriam ser garantidos à população brasileira, apresentando somente algumas demandas particulares de “melhorias”.

c) Por fim, como última consideração a respeito do documento jornalístico “Os Bispos vão discutir Puebla”, podemos reforçar a análise, apresentada anteriormente, de que a Igreja Católica encontra não só as possibilidades como também a necessidade de transformação e adaptação de acordo com as mudanças sociais que ocorrem nas sociedades (em níveis local, nacional e global) nas quais ela se encontra inserida.

¹²⁷ Conforme apresentado anteriormente, a conjuntura brasileira, construída até o período estudado, se caracterizava pela exclusão da participação política da sociedade civil como um todo, estando restrita às classes dirigentes e abastadas que a compunham, salientando a quase inexistência de determinados direitos fundamentais exigidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU-1948), como é o exemplo do sindicalismo.

Ao retomarmos as discussões elaboradas no segundo capítulo deste trabalho e no início do terceiro, percebemos que a Teologia da Libertação surgiu como uma adaptação da Igreja Católica latino-americana em decorrência das mudanças sociais ocorridas durante a segunda metade do século XX. Relembrando que, com os processos de urbanização e industrialização, diferentes movimentos sociais começaram a tomar forma e se fortalecer em meio a América Latina, sendo comumente acompanhados pela ascensão de ditadura militares.

Dessa forma, ao se tornar último reduto desses movimentos sociais, a Teologia da Libertação se viu compelida a aderir uma perspectiva de valorização da pluralidade político/cultural/ideológica como forma de dar continuidade a perspectiva institucional católica de adesão de massas. Erroneamente, essa nova postura consolidada por parcelas do clero católico foi tomada pela ditadura militar brasileira de forma generalista, como sendo *subversiva* a ordem, recebendo o rótulo de marxista – o termo generalista é utilizado ao passo em que reconhecemos a existência de grupos religiosos inseridos dentro do catolicismo libertador que se encontravam vinculados aos ideais da esquerda socialista, contudo, não deixamos de salientar que se constituíam apenas como uma das parcelas que compunham o movimento.

3.3 O EMBATE ERA POLÍTICO-IDEOLÓGICO

O jornal *O São Paulo* apresenta, em matéria vetada, a democracia como a única resposta plausível para os problemas sociais que vigoravam no país, fazendo algumas ressalvas quanto ao processo de construção e manutenção desse Estado democrático, proferindo que era

Preciso um movimento democrático que instaure e oriente a marcha para refazer a vida do povo, o que vale dizer um movimento capaz de ir as raízes da crise, e de abrir um futuro novo que vença a tecnoburocracia e a maquiavélica vontade de poder dos políticos e dos grupos favorecidos que os incentivam (*O São Paulo*, *Duas Exigências Urgentes*, 09 de agosto de 1977).¹²⁸

¹²⁸ A matéria censurada, de autoria do codinome “GG”, contém apenas duas laudas e apresenta um bom estado de conservação, estando disponível no endereço eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFLVRScGR0NzFjRTA/view> (acessado em 08/03/2016).

Notemos que esse trecho elabora uma crítica a duas características do Estado brasileiro, que conviveram tanto com a ditadura militar (sendo fortalecidas por ela) quanto pela República que a antecedeu, sendo elas: a) o domínio tecnocrático das atribuições estatais e b) a tendência *patrimonialista* da política brasileira.

A partir desses dois pontos levantados pela leitura do documento, intitulado “Duas Exigências Urgentes”, podemos aferir que a visão de democracia defendida pelo jornal católico libertador encontrava-se diretamente condicionada ao fortalecimento de um movimento democrático (fomentado e orientado por um Estado fundamentado na valorização da ativa participação dos diferentes grupos sociais) que possibilitasse a derrocada de específicos problemas político/sociais que se cristalizaram historicamente na sociedade brasileira – conforme apresentado anteriormente, um dos principais instrumentos do catolicismo libertador foi a consolidação das CEBs, que tinham por intuito promover a adesão de grupos sociais no espaço religioso como forma de garantir a consolidação de movimentos coesos, fundamentados em demandas político/sociais/econômicas que se relacionassem com os ideais que representavam as formulações da Teologia da Libertação.

Ademais, ao prosseguirmos a leitura da matéria censurada, com o título “Duas Exigências Urgentes”, percebemos a condicionalidade imposta pelo jornal *O São Paulo* para que o regime consolidado fosse considerado de fato democrático. São ressaltadas, para tanto, duas “exigências urgentes” elaboradas a partir da leitura do documento “*Octogesima Adveniens*”¹²⁹, que consistiam: 1ª na justiça da repartição de bens e 2ª na justiça da repartição de poder.

Analisemos, então, a constituição teórica das exigências democráticas feitas pela equipe editorial do jornal, começando pela primeira “a justiça na repartição de bens”. Notemos, pois, a maneira como *O São Paulo* compreende, em concordância com o documento oficial do Vaticano, que

“Justiça maior consiste em instaurar uma repartição dos bens, tanto no interior das comunidades nacionais como no plano internacional”. Esta é certamente a mola de todo um processo que queira colocar o povo num percurso de reorganização da nação, e na reconstrução do bem comum. Uma democracia que descursasse deste aspecto estaria consolidando um desequilíbrio social e estaria apenas legalizando

¹²⁹ Conforme apresentado, na mesma matéria, o documento oficial do Vaticano foi elaborado pelo Papa Paulo VI.

uma desigualdade mais endêmica que acabaria por destruí-la e frustraria, de antemão, os seus projetos de reconstrução para o futuro (*O São Paulo*, Duas Exigências Urgentes, 09 de agosto de 1977).¹³⁰

Atentemo-nos, agora, as semelhanças contidas segundo¹³¹ princípio da justiça da teoria de John Rawls para com o conceito de “justiça na repartição de bens” exposto nas páginas censuradas d’*O São Paulo* – apesar de reconhecer que o semanário estende a problematização da desigualdade e da justiça na repartição de bens em nível internacional, esse princípio

Se aplica, em primeira análise, à distribuição de renda e riqueza e à estruturação de organizações que fazem uso de diferenças de autoridade e responsabilidade. Embora a distribuição de riqueza e de renda não precise ser igual, deve ser vantajosa para todos e, ao mesmo tempo, os cargos de autoridade e responsabilidade devem ser acessíveis a todos. Aplica-se esse princípio mantendo-se abertos os cargos e, depois, dentro desse limite, dispendo as desigualdades sociais e econômicas de modo que todos se beneficiem deles (RAWLS, 2008, p. 74).

Notemos, ainda, que essas definições de Rawls nos levam a segunda exigência democrática, levantada pelo documento “Duas Exigências Urgentes”, que se constitui pela “justiça na repartição de poder”. A equipe editorial do jornal salienta, então, que a situação brasileira convive ainda com a problemática de

uma exigência atual: a maior repartição das responsabilidades e das decisões” (Oct. Adv.,n.47). O homem é chamado a liberdade, e à responsabilidade. Tem que ter a possibilidade de participar das decisões que orientam sua vida, e da comunidade, nos planos econômicos, social e político (*O São Paulo*, Duas Exigências Urgentes, 09 de agosto de 1977).¹³²

Avalia-se, nesse ponto, a concordância da perspectiva de justiça social defendida pelo semanário católico para com os fundamentos da Teoria da

¹³⁰ A matéria censurada, de autoria do código “GG”, contém apenas duas laudas e apresenta um bom estado de conservação, estando disponível no endereço eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFLVRScGR0NzFjRTA/view> (acessado em 08/03/2016).

¹³¹ Lembrando que, conforme apresentado anteriormente, o primeiro princípio de Rawls (2008) reside na distribuição igualitária de liberdades.

¹³² A matéria censurada, de autoria do código “GG”, contém apenas duas laudas e apresenta um bom estado de conservação, estando disponível no endereço eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFLVRScGR0NzFjRTA/view> (acessado em 08/03/2016).

Justiça *rawlsiana*, demonstrando a importância dada pelo jornal aos processos de redistribuição de bens e poder para que se estabeleça um Estado democrático que possibilite a livre competição igualitária de todos os segmentos que compõe a realidade social.

Na perspectiva católica do semanário paulistano, as transformações sociais deveriam ocorrer de maneira pacífica e por vias democráticas, defendendo que o estabelecimento de um diálogo entre o regime ditatorial e seus contestadores seria a melhor ponte para o reestabelecimento da paz social, classificando o uso da violência estatal como arcaico e ineficaz para qualquer situação possível – o jornal também se opõe a qualquer tipo de radicalismo político de esquerda, afirmando que esse tipo de mobilização acaba culminando em meras “ideologizações” que, ao tentar implementar modelos prontos e restritos para a realidade social, acaba perdendo forças políticas de adesão popular.

Dessa forma, *O São Paulo* afirma que “o mínimo que a nação perplexa pode esperar nesse momento grave é que o governo tenha discernimento para escolher entre o diálogo e a violência. A violência já fez o que tinha que fazer. O diálogo ainda é fecundo” (*O São Paulo*, O diálogo ou a violência, s/d)¹³³ – ressaltando que a violência era legitimada pela doutrina de Segurança Nacional como necessária no combate ao “inimigo comum”, o comunismo internacional, fenômeno que reforça a *paranoia* anticomunista, anacrônica, que alicerçou a ideologia da Escola Superior de Guerra.

Nesse ponto, leva-se em consideração uma das denúncias feitas pelo semanário católico no que tange aos “atestados ideológicos como forma de discriminação entre os brasileiros, a sua exigência nas Universidades, para dar aula, para concorrer aos sindicatos, para concursos públicos, entre outras” (*O São Paulo*, Declaração ao povo brasileiro, 01 de março de 1977).¹³⁴ A crítica exposta exprime a realidade brasileira decorrente da imposição da doutrina de Segurança Nacional (se posicionando criticamente em relação a essa ideologia política militar) enquanto

¹³³ A matéria está disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFLV9GZjMzRklzWXc/view> (acessado em 16/02/2016 as 16h51min).

¹³⁴ A matéria possui referência quanto a sua autoria restrita ao nome “Marcelo”, encontrando-se disponível no endereço eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFWTBXWFFQSERZRGm/view> (acessado em 19/02/2016 as 18h00min).

reflexo da visão dicotômica de mundo imposta pelos EUA em decorrência do contexto internacional de Guerra Fria.

É importante, também, destacarmos as críticas que são elaboradas pela equipe editorial do semanário *O São Paulo* a respeito do modelo político que se instaurou em decorrência da vinculação estabelecida pelo binômio “desenvolvimento e segurança nacional” (fundamentado pela doutrina da Escola Superior de Guerra). De acordo com o texto elaborado em matéria censurada, o jornal considerava que

O Estado de Direito é sempre primeiro, porque primeiro estão os direitos e a segurança da pessoa humana. Nenhuma idéia [sic] de Segurança Nacional e de Desenvolvimento pondera sobre a idéia [sic] de que o Estado existe para servir o homem. Estamos convictos de que a segurança dos direitos da pessoa humana é a primeira providência para garantir o verdadeiro desenvolvimento de uma Nação (*O São Paulo*, Os mestres falaram, e agora?, 10 de agosto de 1977).¹³⁵

O trecho transcrito exprime, mais uma vez, o posicionamento assumido pelo semanário católico em defesa de ideais liberais que se contrapõem aos modelos político-ideológicos que se caracterizam pelo embasamento na perspectiva dicotômica. Ainda é levantado o questionamento a respeito da ineficácia de um modelo de desenvolvimento que esteja pautado na perspectiva desenvolvimentista, e mesmo que não esteja condizente com os princípios dos direitos universais do homem.¹³⁶

Destaca-se, ainda, em matéria vetada do semanário católico, as definições realizadas a partir do debate a respeito do entendimento da equipe editorial sobre a temática da “consciência jurídica”, que se refere aos discursos proferidos pelos mestres de direito do Largo do São Francisco (USP) – afirmando o seu posicionamento oficial em defesa do “Estado de Direito”¹³⁷, a favor da redemocratização e no combate à ditadura militar. Segundo a equipe editorial do semanário, em concordância com seus interlocutores, é necessário “reconhecer que

¹³⁵ O documento citado encontra-se disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFRHRMSGE3emYtR0E/view> (acessado em 24/02/2016 as 13h50min).

¹³⁶ Mais uma vez podemos perceber a forte semelhança da perspectiva do semanário católico para com a Teoria da Justiça *rawlsiana*.

¹³⁷ A partir da leitura do documento, compreende-se por “Estado de Direito” aquele que se fundamenta em uma ordem jurídico-democrática legítima, que emana da vontade popular, respeitando e valorizando, acima de tudo, os direitos universais da pessoa humana.

não existem, para Estado nenhum, ideais mais altos que os da Liberdade e da Justiça” (*O São Paulo*, Os mestres falaram, e agora?, 10 de agosto de 1977).¹³⁸

Consideremos, primeiramente, os princípios fundamentais de liberdade que são levantados por Rawls (2008) para que se garanta a existência de um Estado de Direito, sendo as liberdades fundamentais:

A liberdade de pensamento, a liberdade de consciência, a liberdade política (direito de votar e de ocupar cargo público), a liberdade de associação (reunião), as liberdades que mantêm a integridade da pessoa (incluem proteção contra a opressão psicológica e a agressão física), e as liberdades que asseguram direitos protegidos pelo Estado de Direito ou pelo que também se pode designar como o Império da Lei (direito à propriedade privada e à proteção contra a prisão e a detenção arbitrárias) (MÖLLER, 2006, p. 68).

Tendo definido esses princípios de liberdade *rawlsianos*, retornemos a análise das matérias vetadas do semanário *O São Paulo* demonstrando como as propostas e preocupações do cristianismo libertador paulistano se assemelham e se fundamentam nas propostas liberais – apresentando o visível embasamento teórico “oficial” da hierarquia eclesial da Teologia da Libertação (exposta nas páginas censuradas do seu principal meio de comunicação social) para com o liberalismo *rawlsiano*, contemporâneo à época em questão (década de 1970).

Notemos, pois, que a matéria “Os mestres falaram, e agora?” condiciona a uma ordem gradual de estabelecimento dos dois princípios de justiça defendidos por Rawls (2008), sendo o primeiro o estabelecimento igualitário de liberdades fundamentais e o segundo a distribuição de bens e poder, assim como o autor norte-americano, semanário *O São Paulo* defende que

Esses princípios devem ser dispostos em uma ordem serial, o primeiro sendo prioritário do segundo. Essa ordenação significa que as violações das iguais liberdades fundamentais protegidas pelo primeiro princípio não podem ser justificadas nem compensadas por maiores vantagens sociais e econômicas. (RAWLS, 2008, p. 74).

Esse posicionamento pode ser considerado como antagônico à perspectiva político/social/econômica que caracterizava os fundamentos da doutrina

¹³⁸ O documento citado encontra-se disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFRHRMSGE3emYtR0E/view> (acessado em 24/02/2016 as 13h50min).

de Segurança Nacional, lembrando o debate realizado no segundo capítulo a respeito da problemática perspectiva desenvolvimentista que perpassou a doutrina de Segurança Nacional, que vislumbrava um modelo de desenvolvimento econômico que caminhava de forma dispare com o desenvolvimento social, gerando acentuada concentração de renda (FARIA, 2008), e que veio a condicionar uma noção de democracia que não necessariamente demandava a participação política da sociedade civil como um todo (REZENDE, 2001).

É importante, nesse momento, considerarmos que a elite intelectual da Escola Superior de Guerra se posicionava no combate ao próprio preceito de democracia norte-americano, nas palavras do general Ednardo D'Avila Melo¹³⁹ (Ministro do Exército durante o período de ditadura militar) a sociedade em nível mundial se encontrava inserida em uma guerra psicossocial, na qual

Através da atuação dos psicopolíticos – especialistas comunistas na obtenção do domínio do pensamento e das convicções dos homens – a Rússia tem conseguido alterar a literatura democrática dos Estados Unidos e tem introduzido naquela nação princípios de Marx e os dados do materialismo dialético nos textos estudantis de psicologia, até o ponto em que qualquer um que estude a fundo a psicologia, se converterá em candidato a comunista militante (In: MARCONI, 1980, p. 17).

Destacamos novamente a perspectiva da consolidação de uma soberania popular defendida pelo semanário *O São Paulo*, atentando a determinadas características vislumbradas, por sua equipe editorial, como essenciais para a consolidação de um Estado democrático, as páginas censuradas definiam que

O lugar do Povo numa democracia substantiva é insubstituível. Pois “o que dá sentido ao desenvolvimento nacional, o que confere legitimidade às reformas sociais, o que dá autenticidade às renovações do Direito, são as livres manifestações do Povo, em seus órgãos de classe, nos diversos ambientes da vida. Quem deve propulsionar o desenvolvimento é o Povo organizado, mas livre, porque ele é quem tem competência, mais do que ninguém para defender seus interesses e seus direitos. Sustentamos que uma Nação desenvolvida é uma Nação que pode manifestar a sua vontade. É uma Nação com organização popular, com sindicatos

¹³⁹ O trecho exposto faz parte de uma matéria intitulada “Comunismo: drogas, amor livre, hippies, corrupção, etc., etc., etc.,” de autoria do general D'Avila, publicada em 22 de fevereiro de 1974 no *Jornal do Brasil*.

autônomos, com centros de debate, com partidos autênticos, com veículos de livre informação. É uma Nação em que o Povo escolhe seus dirigentes, e tem meios de introduzir sua vontade nas deliberações governamentais. É uma Nação em que se acham abertos os amplos e francos canais de comunicação entre a Sociedade Civil e o Governo” (*O São Paulo*, Os mestres falaram, e agora?, 10 de agosto de 1977).¹⁴⁰

Nota-se, assim, a perspectiva de consolidação de uma sociedade fundamentada em um esquema de cooperação social, que “deve ser estável: deve ser observado de modo mais ou menos regular e suas regras básicas devem espontaneamente nortear a ação; e quando ocorrem infrações, devem existir forças estabilizadoras que impeçam maiores violações e que tendam a restaurar a organização social” (RAWLS, 2008, p. 6).

O Estado é, então, vislumbrado pela equipe editorial do semanário católico paulistano como responsável por garantir a manutenção de uma ordem social fundamentada em um cooperativismo que assimile e valorize a pluralidade política/social/cultural da sociedade que compõe a conjuntura nacional/regional/local – o que não implica de forma alguma em romper com a “desigualdade razoável”, que é tida pelo prisma liberal como benéfica e necessária para a continuidade da vida em sociedade.

Um dos exemplos ilustrativos para fundamentarmos a proposta acima se encontra disponível em uma das matérias vetadas do semanário *O São Paulo*, que aborda a comemoração de primeiro de maio destacando os problemas sociais impostos aos trabalhadores brasileiros. O jornal problematiza que:

Basta ter olhos para se ver a situação. É claro que o trabalhador está sendo explorado. O salário que recebemos não é suficiente para nossas necessidades básicas. Não existe estabilidade no emprego e o trabalhador é despedido sem motivo. A participação na empresa não existe. Não temos nem voz nem voto. De modo geral, a própria estrutura e finalidade da empresa não respondem as necessidades do bem comum. As máquinas sem vida são tradas melhores do que nós, pessoas humanas, feitas à imagem e semelhança de Deus. Os sindicatos estão afastados de sua finalidade de luta pelos verdadeiros direitos dos trabalhadores. Graves são os problemas de transporte, habitação, saúde...[sic] Como o salário normal é insuficiente, grande parte dos trabalhadores é obrigada a trabalhar de 10 a 13 horas por dia, inclusive aos sábados e feriados. Isto

¹⁴⁰ O documento citado encontra-se disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFRHRMSGE3emYtR0E/view> (acessado em 24/02/2016 as 13h50min).

significa a destruição da grande conquista da classe trabalhadora: a jornada de 8 horas que deu origem ao dia 1º de Maio (*O São Paulo*, Igreja no mundo do trabalho, Pastoral operária, 01 de maio de 1977).

Notemos, portanto, a demanda feita pelo jornal católico a respeito da necessidade de um Estado de Direito que regule as demandas sociais que estavam colocadas para os trabalhadores brasileiros da época: baixos salários; alto custo de vida; inexistência de um sindicato ativo que estabeleça o diálogo real entre trabalhadores e empregadores; ineficácia do sistema de transporte; problemas habitacionais; ineficácia do sistema de saúde; extensão da jornada de trabalho.

Atentemo-nos ao fato de que todos os problemas levantados pelo jornal *O São Paulo* a respeito da realidade, na qual o trabalhador brasileiro se encontrava inserido, são demandas que foram gradualmente apropriadas pelas formulações liberais a respeito dos direitos universais do homem, desde suas primeiras formulações – e que fazem parte da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU-1948).

A perspectiva de anseio por um Estado que favoreça e gestione o cooperativismo social é reforçada nas páginas censuradas em matéria que aborda a crise política brasileira que caracterizava o período. A equipe editorial debate a respeito da incapacidade dos segmentos que ocupavam o poder, e aqueles potencialmente capazes de substituí-los no que tange a possibilidade de “estabelecer aquela correspondência de forças, aquela circulação de energias, que possa transformar num conjunto orgânico e harmônico os grupos presentes na sociedade civil; coordenar os interesses que representam, sintetizar as aspirações que os movem” (*O São Paulo*, s/n, s/d).¹⁴¹

Relembremos, nesse ponto, a discussão realizada no segundo capítulo a respeito das características fundamentais que embasavam a doutrina de Segurança Nacional, sendo que uma delas era a configuração das Forças Armadas como única detentora do potencial de consolidação de um futuro econômico e socialmente desenvolvido para o Estado brasileiro. Nota-se, assim, que a crítica elaborada pelo semanário paulistano se coloca em embate com as convicções defendidas pela doutrina da Escola Superior de Guerra.

¹⁴¹ A matéria citada, com total de 4 laudas, não possui referência nenhuma em relação à autoria, título ou data de produção, encontrando-se disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFU1hWU2x0RW5mV2s/view> (acessado em 25/02/2016 as 15h28min).

A visão liberal do semanário católico quanto a incumbência do Estado torna-se ainda mais clara nas matérias em que se discutem as noções de autoridade, criticando modelos reais (entre eles o ditatorial militar brasileiro) e formulando um tipo ideal de autoridade que deve assumir sua posição em diferentes níveis político/sociais. Dessa forma, analisemos um trecho retirado das matérias censuradas do jornal *O São Paulo* para que possamos dar continuidade a linha de pensamento:

Deixemos bem claro o ensinamento da Igreja: democracia não é e não pode ser sinônimo de ausência de autoridade; mas, também, não é criação do Estado (o que importaria em totalitarismo de esquerda ou de direita). Democracia é um regime político em que todos aceitam uma autoridade, que governa em nome do bem comum, poder maior ao qual todas as autoridades estão sujeitas, quanto à liberdade e aos direitos fundamentais do homem são realidade inerente à condição humana (*O São Paulo*, Evangelização de Olinda, 1976).¹⁴²

Relembremos que a elaboração dessa crítica implica em posicionar a equipe editorial do jornal *O São Paulo* como contrária a qualquer perspectiva política dicotômica “ideologizante”, o que, conforme apresentado no segundo capítulo, era o caso da doutrina de Segurança Nacional. Fundamentando-se na doutrina social da Igreja Católica, o semanário se posiciona em defesa de uma sociedade democrática, de acordo com as demandas instituídas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU-1948). A definição do conceito de autoridade é explorada mais uma vez pelo semanário em 1977, ao debater a respeito do conceito de Estado de Direito, apresentando que

A autoridade é distinta do poder, sobretudo quando o “poder” está prenhe de euivocos [*sic*] e de injustiça. A autoridade é o ser como autor. A verdadeira autoridade é que dá o ser e a vida. Assim a autoridade requer obediência e fidelidade. Pois, Deus dá, e sua lei nada mais é do que o seu dom. Sua lei é a razão interna do seu dom; ela não pode dominar, nem suprimir a liberdade. Ao contrário, ela é criadora de liberdade. Por isso toda autoridade entre os homens é uma força para evocar uma liberdade superior, num processo de educação, de persuasão e de governo, orientando para a realização

¹⁴² A matéria citada se encontra consideravelmente desgastada pelo tempo, não possuindo qualquer registro preciso de data de produção, tendo sua autoria reservada ao codinome “GG”. Para visualização utilizar o link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFR1A2VFJCR1c0dE0/view> (acessado em 17/02/2016 as 09h30min).

do bem comum do qual todos tem possibilidade de participar e construir (*O São Paulo*, Os mestres falaram, e agora?, 10 de agosto de 1977).¹⁴³

Ressalta-se, portanto, que o jornal católico paulistano limita as ações da “autoridade” aos preceitos de uma fusão entre a doutrina social da Igreja e as teorias liberais, colocando Deus e a liberdade acima de qualquer interesse particularista (com destaque para o abuso da autoridade). Destacamos ainda que, nesse trecho, o jornal *O São Paulo* atribuí ao Estado a obrigação primordial de zelar pelo bem comum, tarefa que se complementa pela realização de uma outra incumbência: a de educar democraticamente a população, com o intuito de torná-la politicamente ativa, favorecendo, assim, a participação real dos diferentes segmentos que compunham a sociedade brasileira, possibilitando, dessa forma, a gestão estatal dos múltiplos interesses sócio/políticos de maneira a regular os potenciais conflitos sociais que emergissem em meio a sociedade civil – sempre fundamentados na visão cristã de conciliação e agregação de massas.

Consideramos, ainda, que em matéria censurada do semanário católico, que discute as publicações provenientes da *Pro Vita Mundi*, reforça-se a ideia de que as características inerentes à filosofia da Segurança Nacional militar são condicionantes essenciais para a continuidade de um regime político anacrônico, quando vislumbrado em uma conjuntura internacional. Segundo a equipe editorial do semanário,

Quando, em todo o mundo, se vê o divórcio da Guerra Fria, suplantada pela necessidade de coexistência pacífica, o Brasil, por sua dependência de necessidade de industrialização e de integração nacional e territorial, continuou a adotar a filosofia direitista. “Talvez, diz o boletim, não com a preocupação de constituir um novo nacionalismo absolutista totalitário, mas, sim, com a preocupação de continuar-se o suficiente no poder até permitir uma situação política e econômica correta até a viabilidade democrática”.

Esta situação veio chocar-se com a necessidade humana fundamental, consciente e explícita do desrespeito aos direitos humanos para atingir a meta econômica elaborada (*O São Paulo*, A Igreja Católica e a Segurança Nacional, 3 de março de 1978).¹⁴⁴

¹⁴³ O documento citado encontra-se disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFRHRMSGE3emYtR0E/view> (acessado em 24/02/2016 as 13h50min).

¹⁴⁴ O documento se encontra disponível no endereço eletrônico:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFY0t2TmJWWG5Gc0k/view> (acessado em 21/03/2016 as 15h56min).

A equipe editorial do semanário segue, ainda, expondo o embate político que se estabeleceu entre a Igreja libertadora e a ditadura militar em decorrência da inserção da doutrina da ESG no âmbito do Estado brasileiro, afirmando que

A Igreja Católica, nestas circunstâncias, tomou posição, respondendo pelos pobres e marginalizados da sociedade.

Com isso, alguns membros do governo, com pouca cultura democrática, ou inseguros e incertos em suas opções, ou necessitados de apoio eclesial, não viram com bons olhos essa tomada de posição da Igreja pro-conciliar, preocupada pela justiça social, e começaram a criar o estado de tensão e intimidação, culminando em agressões à alguns membros da Igreja (*O São Paulo*, A Igreja Católica e a Segurança Nacional, 3 de março de 1978).¹⁴⁵

Retomemos o debate estabelecido no segundo capítulo deste trabalho a respeito das pretensões que fundamentavam a doutrina de Segurança Nacional, elaborada pelo general Golbery da Silva e Couto e os demais membros da elite da Escola Superior de Guerra, que consistiam na consolidação de uma nação organicamente coesa, embasada em uma orientação político-ideológica globalmente unificada que deveria primar pelo combate ao “inimigo comum” (a URSS). Essa perspectiva de Segurança Nacional, no combate ao comunismo, é tomada, então, como incompatível com a coexistência do pluralismo político-ideológico em meio a sociedade civil, sendo, portanto, antagônica aos preceitos liberais defendidos pelo semanário católico *O São Paulo*, durante o período de imposição da censura prévia.

A problemática do embate político-ideológico estabelecido entre as duas instituições, ditadura militar e o jornal *O São Paulo*, se acentua, portanto, ao passo em que o semanário, além de considerar as possibilidades de coexistência com grupos sociais embasados em preceitos marxistas,¹⁴⁶ passa a formular críticas incisivas contra as fundamentações da doutrina de Segurança Nacional,¹⁴⁷ que, como podemos observar pela cronologia dos documentos apresentados, se

¹⁴⁵ O documento se encontra disponível no endereço eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFY0t2TmJWWG5Gc0k/view> (acessado em 21/03/2016 as 15h56min).

¹⁴⁶ A perspectiva de valorização da pluralidade político-ideológica, que reconhece os movimentos marxistas, é debatida com maior profundidade no começo deste capítulo. Não deixando de destacar que, apesar de reconhecer a necessidade de coexistência e estabelecimento de diálogo para com esses movimentos, e a sua própria inserção dentro de parcelas da Igreja Católica latino-americana, o semanário, em momento algum, se posiciona como adepto de seus preceitos.

¹⁴⁷ Este ponto é explorado com maior fôlego no segundo capítulo desta obra.

estendeu durante todo o período de imposição da censura prévia ao meio de comunicação católico – que juntamente com os jornais *Movimento* e *Tribuna de Imprensa*, e diferente dos demais órgãos da imprensa escrita brasileira, recusou-se a aderir ao método da autocensura.

Ao passo em que se tornou perceptível as contínuas tentativas do semanário *O São Paulo*, não só de denunciar os problemas sociais decorrentes da consolidação do Estado de Segurança Nacional, assim como os crimes cometidos em decorrência disso, como também de combater o próprio ideário que embasava a doutrina da Escola Superior de Guerra, buscando veicular, em meio a sociedade civil brasileira, preceitos de uma perspectiva liberalista católica, fundamentada principalmente nos princípios da justiça social. Este trabalho considera válido aferir que o extenso período de imposição da censura prévia ao jornal católico paulistano esteve, também, condicionado a existência de um embate político-ideológico estabelecido entre o catolicismo libertador, da equipe editorial do jornal *O São Paulo*, e a doutrina de Segurança Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho demonstrou a importância de preservação e publicização de arquivos históricos, principalmente para o campo da pesquisa em Ciências Sociais, destacando as dificuldades que são impostas ao pesquisador durante esse processo.

Foi apresentada, ainda, a relevância que deve ser atribuída aos arquivos históricos do período da ditadura militar para o processo de compreensão das diferentes lacunas ainda existentes no que tange a esta temática de pesquisa.

No caso particular estudado nesta obra, foi possível apreender novas perspectivas analíticas a respeito da imposição da censura prévia ao jornal católico *O São Paulo*, sendo elas: a existência de determinada ambiguidade exposta pelo semanário no que tange a luta contra a imposição da censura, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que o jornal defende o direito de livre expressão dos meios de comunicação social, em certos momentos assume a necessidade de aplicação de um tipo específico de censura em meio a sociedade civil (questionando apenas a problemática do Estado intervir na Igreja e vice e versa); o perceptível embate político-ideológico estabelecido entre a perspectiva do catolicismo libertador, nas páginas do semanário paulistano, para com a doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra; a notável vinculação do jornal católico para com ideais políticos do liberalismo – destacando, ainda, que, ao passo em que se encontravam inseridos em uma perspectiva ditatorial alicerçada no extremismo dicotômico da Guerra Fria, a opção da equipe editorial do jornal paulistano pelas correntes ideológicas do liberalismo pode ser classificada como *progressista*.

Foi, ainda, debatido o papel histórico desempenhado pelos *intelectuais orgânicos* inseridos na sociedade brasileira que se caracteriza pela existência de diferentes segmentos que compõem o Grupo no Poder (FAORO, 2012), demonstrando especial destaque para a atuação dos membros de parcelas do clero católico no que tange a sua vinculação e atuação simbiótica para com diversos segmentos nacionais, assim como pelo papel desempenhado pelos intelectuais do segmento militar no processo de consolidação da doutrina de Segurança Nacional que veio a embasar o período de ditadura militar.

Destacou-se também a influência exercida pelos processos de mudança social, em níveis nacionais e internacionais, na determinação das

transformações ocorridas na Igreja Católica latino-americana no decorrer do século XX, fenômeno que veio a determinar, inclusive, as formulações da Teologia da Libertação como forma de se adequar a realidade imposta, atendendo as demandas sociais e dando continuidade aos objetivos institucionais da doutrina social da Igreja Católica – atentando ao fato de que a perspectiva católica de adesão de todos os grupos sociais foi crucial para a consolidação das fundamentações liberais do catolicismo libertador nas páginas do semanário *O São Paulo*.

Dessa forma, foi explorado o caráter liberal dos fundamentos político-ideológicos presentes nas páginas censuradas do semanário *O São Paulo*, que foram interpretados e associados com a Teoria da Justiça de John Rawls (2008). Dentro dessa perspectiva liberal, o jornal católico libertador passou a defender os princípios básicos de justiça social que viriam a consolidar uma sociedade democrática no Brasil, sendo eles a distribuição igualitária de liberdades e a distribuição de bens e de poderes, salientando que a implementação desses princípios básicos em meio a realidade social podem ser considerados pelo prisma da justiça social liberalista como condições necessárias para garantir a livre competição social – que será determinada pelas capacidades e habilidades particulares de cada indivíduo.

Foi perceptível, no decorrer do processo de análise documental, a contínua empreitada do semanário católico paulistano em combater os fundamentos da doutrina de Segurança Nacional, assim como suas tentativas de veicular reflexões e ideais liberais, embasados na justiça social e na Teologia da Libertação, em meio a sociedade civil brasileira até o último ano de imposição da censura prévia ao meio de comunicação (1978). O discernimento desse fenômeno permitiu a este trabalho considerar válido afirmar que, entre as causalidades do extenso período de imposição da censura prévia ao jornal católico (1972-1978), existiu o estabelecimento de um embate político-ideológico entre o clero católico libertador, da equipe editorial do semanário *O São Paulo*, e a doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra.

Por fim, reconhecemos as potencialidades analíticas de ampliação do debate a respeito das problemáticas aqui levantadas e apresentadas, salienta-se, contudo, que o curto período de tempo disponibilizado para elaboração desta pesquisa limitou a ampliação e o aprofundamento no estudo do objeto apresentado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Vanessa Kern de; INÁCIO FILHO, Geraldo. A educação moral e cívica–doutrina, disciplina e prática educativa. *Revista HISTEDBR on-line, Campinas*, 2006, 24: 125-134.
- AMARAL, Roniere R. *Milagre Político: Catolicismo da libertação*. São Paulo: Annablume, 2010.
- ANDER EGG, E. *Introducion a las tecnicas de investigación social: para trabajadores sociales*. 7° ed. Buenos Aires: Editora Humanitas, 1978.
- ANTOINE, Charles. *O integrismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- AQUINO, Maria A. *Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ARNS, Paulo E. Apresentação. In: CAMARGO, Cândido P. F. et all. *São Paulo 1975 crescimento e pobreza*. 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1982.
- BARBOSA, J. R. Plínio Salgado e o anticomunismo dos intelectuais do Sigma. In: RODRIGUES, C. M. et BARBOSA, J. R. (orgs). *Intelectuais & Comunismo no Brasil: 1920-1950*. Cuiabá: Ed UFMT, 2011, pp 35-76.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERLIN, Isaiah. *Estudos sobre a humanidade*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- BIANCHI, A. & ALIAGA, L. *Força e consenso como fundamentos do Estado*. In: *Revista Brasileira de Ciência Política* n° 5. Brasília, janeiro-julho, 2011, pp. 17-36.
- BICUDO, Hélio Pereira. *Segurança Nacional ou Submissão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BRITO, Anderson P. *O ideal católico progressista na ditadura militar (1964-1985) presente nas cartas de Dom Frágoso*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) em Ciências Sociais apresentado a Universidade Estadual de Londrina.
- BUCCI-GLUCKMANN, C. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CELLARD, André. *A análise documental*. In: *POUPART, Jean et all. A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*, 3° ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, Editora Vozes, 2012, pg 295-316.

CORREIA, W. F. *A educação moral e cívica do regime militar brasileiro, 1964-1985: a filosofia do controle e o controle da filosofia*. *Eccos*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 489-500, jul./dez. 2007

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo de seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DREIFUSS, René A. & DULCI, Otávio S. As forças armadas e a política. In: SROJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria H. T. (orgs). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p-p 132-181.

FAORO, R. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Editora Ática, 1994.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012.

FARIA, V. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira nos últimos trinta anos. In: SORJ, B; ALMEIDA, M. H. T. de. (org). *Sociedade Política no Brasil Pós-64*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*, 2º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERREIRA, Oliveiros S. A Escola Superior de Guerra no Quadro do Pensamento Político Brasileiro. In: CRIPPA, Adolpho. *As ideias políticas no Brasil*. Vol II. São Paulo: Editora Convívio, 1979, pp. 249-289.

FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. *A Fantasia Organizada*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vl 6. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

GOUVÊA, Maria das G. *Educação Popular junto aos Movimentos Sociais: o centro de direitos humanos e educação popular – CDHEP*. 1997. Tese (Doutorado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOORNAERT, E. et all. *História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo*. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

IANNI, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

KOWARICK, L; BONDUKI, N. Espaço urbano e espaço político: do populismo a redemocratização. In: KOWARICK, L. (org). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp 133-168.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LANZA, Fábio. *Matrizes Ideológicas dos Arcebispos Paulistanos (1956-85): Um olhar sob o prisma do semanário o São Paulo*. 2006. Tese (Doutorado) em Ciências Sociais, apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LEITE FILHO, Antonio H. L. *Reforma Agrária e Justiça Social no Campo: Elementos para uma abordagem a partir da Teoria da Justiça de John Rawls*. 2012. Dissertação (Mestrado) em Direito Agrário, apresentada a Universidade Federal de Goiás.

LÖWY, Michael. *A Guerra dos Deuses: Religião e Política na América Latina*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen*, 9º ed. Cortez Editora, São Paulo, 2009.

MACEDO, Ubiratan B. O Tradicionalismo no Brasil. In: CRIPPA, Adolpho. *As ideias políticas no Brasil*. Vol II. São Paulo: Editora Convívio, 1979, p. 227-248.

MAGALHÃES, Marionilde. *A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos no Brasil*. Rev. bras. Hist. vol. 17 n. 34 São Paulo 1997.

MAINWARING, Scott. KRISCHKE, Paulo J. (orgs). *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.

MAINWARING, Scott et all. *Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999*. Rio de Janeiro: Dados v.44 n.4, 2001. Disponível no link: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000400001&lng=pt&nrm=iso (Acessado em 14 de setembro de 2015 as 19h45min).

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil 1916-1985*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de S. *Introdução Crítica a Sociologia Rural*. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

MANOEL, Ivan A. *O Pêndulo da História: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*. Maringá: Eduem, 2004.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA, 1980.

MARTINS, José de S. *A Política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MARTINS, Roberto R. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MAY, Tim. *Pesquisa Social: questões métodos e processos*, 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MÖLLER, Josué E. *A justiça como equidade em John Rawls*. Porto Alegre: AS Fabris Editor, 2006.

MORAES, Roque. *Análise de conteúdo*. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, Sonia Virginia, *Análise documental como método e como técnica*. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Editora Atlas, 2006, p. 269-279.

NEVES JR, José W. A. *Os bastidores da ditadura militar no Brasil (1964-85): dos documentos do DEOPS às matérias vetadas do semanário O São Paulo*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) em Ciências Sociais apresentado a Universidade Estadual de Londrina.

NÓBREGA, Lígia de M. P. *CEBs e Educação Popular*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

OLIVEIRA, Luciana A. A. A. *Gramsci e Pareto: Itinerários de Ciência Política*. 2013. Tese (Doutorado) em Ciência Política apresentada à Universidade Estadual de Campinas.

ORO, Ari P. Organização eclesial e eficácia política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *Civitas Revista de Ciências Sociais* 3 (1), 2003.

PAIM, Antonio. O pensamento político positivista na República. In: CRIPPA, Adolpho. *As ideias políticas no Brasil*. Vol II. São Paulo: Editora Convívio, 1979, p. 35-74.

PELEGRINI, Sandra C. A. A Censura e os Embates contra um Inimigo em Potencial. In: ROLIM, Rivail C. et all (orgs). *História, Espaço e Meio Ambiente: VI Encontro Regional de História*. Maringá: ANPUH-PR, 2000, p. 81-100.

PESSINATTI, Nivaldo L. *Políticas de Comunicação da Igreja Católica no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Unisal, 1998.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a questão religiosa*. São Paulo: Editora Paulinas, 1984.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. *O conservadorismo católico na política brasileira: considerações sobre as atividades da TFP ontem e hoje*. Estudos de Sociologia, v. 18, n. 34, 2013.

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

REZENDE, Maria J. *A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Editora UEL, 2001.

REZENDE, Maria J. Raymundo Faoro e os enigmas da transição política no início da década de 1980 no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. 1 e 2, p. 165-192, Abril e Outubro de 2008.

RIDENTI, Marcelo S. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp 1993a.

RIDENTI, Marcelo S. (org). *Seminário Temático V: Resistência e Transformação*. Araraquara: Facile, 1993b.

ROLLAND, Denis. O estatuto da cultura no Brasil do Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras. In: BASTOS, Elide R. et all (orgs). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Editora Cortez, 2003, p. 85-111.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós Editora, 1979.

ROMANO, Roberto. *Igreja domesticadora de massas ou fonte do direito coletivo e individual? Uma aporia pós-conciliar*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1990.

ROMERO, Silvio. *Parlamentarismo e Presidencialismo na República Brasileira*. Rio de Janeiro: Companhia Imprensa, 1893.

ROSENFELD, Denis. *Justiça, Democracia e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SANTOS, Josiel M. O processo histórico evolutivo das bibliotecas da Antiguidade ao renascimento. *Vida de Ensino*. Rio Verde, v. 1 n. 01, 2009, disponível no link: <http://rioverde.ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/vidadeensino/article/view/58> (Acessado em 26 de outubro de 2015 as 14h57min).

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Wellington T. *Revolução, tradição e religião: o catolicismo nas veredas da política – O jornal Brasil, Urgente – 1963/64*. Curitiba: CRV Editora, 2011.

SILVA, Wellington T. O catolicismo e o golpe civil-militar de 1964. *Interações – cultura e comunidade*. Belo Horizonte, v.9 n.15, jan./jun. 2014, p.62-80.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SOARES, Gláucio A. D. *Censura durante o regime autoritário*. Trabalho apresentado ao XII Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, SP, 25-28 de outubro de 1988. Disponível no link:

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02 (Acessado em 12/04/2015 as 16:34).

SOUZA, Camila T. *Política e Imprensa: análise dos editoriais do jornal "O Estado de São Paulo" nos primeiros anos após o Golpe Militar de 1964*. 2012. Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais apresentada à Universidade Estadual de Londrina.

VILLAÇA, A. C. *História da questão religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1974.

WANDERLEY, Luiz E. Igreja e Sociedade no Brasil (1950-64/1964-75). *Revista Religião e Sociedade* (3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

WANDERLEY, Luiz E. *Democracia e Igreja Popular*. São Paulo: EDUC, 2007.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

WEFFORT, Francisco C. *O Populismo na política brasileira*. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FONTES ELETRÔNICAS

Estadão. *Manifestantes pedem intervenção militar com base em regra que não existe na Constituição*, 12 de abril de 2015. Disponível no link:

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestantes-pedem-intervencao-militar-com-base-em-regra-que-nao-existe-na-constituicao,1668381> (Acessado em 17/10/2015 as 11:10).

O São Paulo, s/n, s/d. Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFWjFfM3FUODhLLXM/view> (Acessado em 23/02/2016 as 15h23min).

O São Paulo, s/n, s/d. Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFU1hWU2x0RW5mV2s/view> (Acessado em 25/02/2016 as 15h28min).

O São Paulo, s/n, s/d. Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFdTFpZk91ZnEySmM/view> (Acessado em 22/03/2016 as 14h39min).

O São Paulo, s/n, s/d. Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFRIBTbFFjMjY1UGs/view> (Acessado em 22/03/2016 as 20h10min).

O São Paulo. *O plano de Deus é diferente*, s/d. Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFNXNrUF84cl9TRjg/view>

(Acessado em 19/12/2014 às 21h40min).

O São Paulo, *As implicações da cassação de Leonel*, s/d. Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFcWhlejE4UEhrM2s/view>

(Acessado em 04/02/2016 as 16h40min).

O São Paulo, *O diálogo ou a violência*, s/d. Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFLV9GZjMzRklzWXc/view>

(Acessado em 16/02/2016 as 16h51min).

O São Paulo, *Fim da censura?*, s/d. Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFN09WUGFjUUhZOE0/view>

(Acessado em 22/03/2016 as 11h27min).

O São Paulo, *Pastoral na BBC*, s/d. Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFdEtfbC0zR0ZwR0E/view>

(Acessado em 22/03/2016 as 13h31min).

O São Paulo, s/n, 1972. Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFNXBmdGZEdEtacnM/view>

(Acessado em 25/02/2016 as 13h50min).

O São Paulo, *Evangelização de Olinda*, 1976. Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFR1A2VFJCR1c0dE0/view>

(Acessado em 17/02/2016 as 09h30min).

O São Paulo, *Ainda no túnel*, 1976. Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFQUFpakhWTzBNeHc/view>

(Acessado em 22/03/2016 as 20h30min).

O São Paulo, *Na América Latina: Os cristãos entre a ditadura e a revolução*, maio de 1976. Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFSE1nUEdKTVdfQ1k/view>

(Acessado em 04/02/2016 as 17h15min).

O São Paulo, *Filadélfia*, 18 de agosto de 1976. Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFLV9GZjMzRklzWXc/view>

(Acessado em 16/02/2016 as 17h27min).

O São Paulo. *Na lei da Selva Tristão de Athayde*, dezembro de 1976. Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFMk1FazJpWTM3Rmc/view>

(Acessado em 08/10/2015 às 21h15min).

O São Paulo, *A CNBB Informa*, 11 de dezembro de 1976. Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFa2xsZIITNEVwQm8/view>

(Acessado em 16/02/2016 as 16h00min).

O São Paulo, *Declaração ao povo brasileiro*, 01 de março de 1977. Disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFWTBXWFFQSERZRGm/view>

(Acessado em 19/02/2016 as 18h00min).

O São Paulo, *Os trabalhadores e a situação econômica*, 21 de abril de 1977. Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFT0thd3hRQzVIbDA/view> (Acessado em 23/02/2016 as 10h14min)

O São Paulo, *Igreja no mundo do trabalho, Pastoral Operária*, 01 de maio de 1977. Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFeElzR2NrUXRRYnM/view> (Acessado em 23/02/2016 as 11h21min).

O São Paulo, *Censura: testemunha da insegurança interna*, 27 de maio de 1977. Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFM3FpaHp2d0V4dGs/view> (Acessado em 23/02/2016 as 13h37min).

O São Paulo, *Duas Exigências Urgentes*, 09 de agosto de 1977. Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFLVRScGR0NzFjRTA/view> (Acessado em 08/03/2016).

O São Paulo, *Os mestres falaram, e agora?*, 10 de agosto de 1977. Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFRHRMSGE3emYtR0E/view> (Acessado em 24/02/2016 as 13h50min).

O São Paulo, *Liberdade Sindical: Direito Fundamental*, setembro de 1977. Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFUXRLbWxGN2xPRGM/view> (Acessado em 21/03/2016 as 10h40min).

O São Paulo, *Pesquisa sobre OSP*, 27 de dezembro de 1977. Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFWDV5c0Z4bHdkVVE/view> (Acessado em 10/03/2016 as 10h40min).

O São Paulo, *Os Bispos vão discutir Puebla*, 1978. Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFR1A2VFJCR1c0dE0/view> (Acessado em 17/02/2016 as 09h30min).

O São Paulo, *Alternativa Comunitária: uma nova ideologia*, 1978. Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFcWFKSnJJWjRDVm8/view> (Acessado em 23/02/2016 as 09h10min).

O São Paulo. *A Igreja Católica e a Segurança Nacional*, 3 de março de 1978, 7 laudas. Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFY0t2TmJWWG5Gc0k/view> (Acessado em 27/12/2014 às 15h18min).

O São Paulo, *Julgamento da censura a "O São Paulo"*, maio de 1978. Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFcUhsVWI5VktINjQ/view> (Acessado em 21/03/2016 as 18h46min).

O São Paulo. *Depoimento de Amaury Castanho*, junho de 1978, 2 laudas. Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFSUs4UFoyTE5sSjA/view> (Acessado em 05/01/2015 as 18h03min).

FONTES DOCUMENTAIS

PEREIRA, Antônio Aparecido. *A Igreja e a Censura Política à Imprensa no Brasil 1968-1979: com particular atenção à censura ao semanário arquidiocesano "O São Paulo"*. 1982. Tesi di diploma in Giornalismo, apresentada ao Centro Internazionale per gli Studi sull'Opinione Pubblica, Roma.

SOUZA, Ney de. *Entre a contestação e a convivência: Censura ao jornal O São Paulo durante o regime militar (1964-1985)*. Artigo apresentado em Fortaleza: XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

ANEXOS

Departamento do Gov. Amaury Castanho

SÃO PAULO				
ASSUNTO	REPORTER	FOTÓGRAFO	DATA	LAUDA N.º
	<i>Vitor</i>		<i>Junho / 78</i>	
RETRANCA	CORPO		MEDIDA	

1234567890 1234567890 1234567890 1234567890 1234567890 1234567890 1234567890

1 2 3 4 5 6

01 A censura começou em 1972, lá pelo mês de maio. no começo do mês. 01
 02 Recebemos um telefonema da Superintendência da Polícia Federal, avisando 02
 03 que a censura prévia iria começar no dia seguinte, com a visita de censor 03
 04 na redação. Foi respondido que ninguém faria censura no jornal, a não ser 04
 05 com comunicado oficial. por escrito ao sr. Cardeal Arns, presidente da 05
 06 Fundação Met. Paulista, entidade mantenedora do jornal, da rádio, que já 06
 07 estava cerceada e do Ciec. Ele exigia este ofício por escrito e declarasse 07
 08 quem em Brasília se responsabilizava por essa medida e em São Paulo tam- 08
 09 bém, quem é que assumiria essa responsabilidade. Somente depois poderemos 09
 10 conversar sobre o assunto. Durante 3 dias, nem um comunicado. Depois, outro 10
 11 telefonema que, por ora, a censura prévia na redação estava suspensa. De 11
 12 maio até agosto, recebia telefonemas frequentemente, vetando este ou aquele 12
 13 assunto. Em agosto, a censura começou a ser feita, todas as quintas fei- 13
 14 ras, depois de todo o material, à noite, depois da composição, paginação 14
 15 pronta, quando o pessoal do jornal se retirava, terminado o seu trabalho, 15
 16 tirando matérias das máquinas. Chegavam aí, os censores, às vezes um, às 16
 17 vezes dois, e faziam seus cortes. A princípio, nós conseguimos, uma vez apenas, 17
 18 deixar espaços em branco. Depois também isso foi proibido. E nesse caso, 18
 19 prevendo dificuldades, nas noites de quintas feiras, compunhamos matérias 19
 20 de reserva, preferimos não preencher espaços com poesias ou outras coisas 20
 como O Estado fazia. As coisas iam assim, com substituições das matérias,
 e talvez o leitor nempercebesse os cortes que estavam sendo feitos. Nós
 não pudemos publicar, por ex. a sentença inocentando o padre Francisco
 Gentel que estava sendo objeto de um processo, que todo o Brasil sabe, os
 jornais noticiaram, ~~isã~~ insinuando fatos a respeito sobre orientação ideol-
 ógica e as suas posições. Ele foi absolvido, e nós tivemos que cancelar
 toda a íntegra da sentença. Mas o problema mais grave que se criou foi com

O SÃO PAULO						1161	
ASSUNTO	REPORTER	FOTÓGRAFO	DATA	LAUDA N.º			
			9-16-6				
RETRANCA	CORPO			MEDIDA			
1234567890 1234567890 1234567890 1234567890 1234567890 1234567890 123456789							
	1	2	3	4	5	6	
01	um documento do episcopado paulista, que foi vetado. Até esse momento,					01	
02	nenhum documentos da Santa Sé, do episcopado brasileiro, do paulista, do					02	
03	sr. Cardeal, tinha sido vetado. Pela 1.a vez vetaram um documento oficial					03	
04	e então eu disse que resistiria. Até aí eles não podiam ir, porque se um					04	
05	jornal da Igreja não pudesse publicar um documento oficial da Igreja, não					05	
06	tinha sentido o seu próprio trabalho. Fui convocado à Polícia Federal, e					06	
07	na conversa eles pediram a matéria, porque não tinham o texto. Para mandar					07	
08	pra Brasília pra saber se poderiam liberar. Firmei o pé e graças a Deus,					08	
09	a matéria foi liberada. Até quando era diretor do jornal, setembro de 74,					09	
10	todas as matérias oficiais sempre saíram. A censura caía sobre as maté -					10	
11	rias que não eram tão fundamentais para nós.					11	
12						12	
13						13	
14						14	
15						15	
16						16	
17						17	
18						18	
19						19	
20						20	

Olho 1 linha

O SÃO PAULO

Redator _____ *OSP 901* Data / /

Título	Col.	Corpo	Medida	RETRANCA	Linha
Texto	2	Corpo - 12 Nq	18 cc	SP900	

Escreva de margem a margem com a máquina rotulada no espaço deis

TÍTULO	TÍTULO	PAGINA
	C/ CORR	9
	LIBERADO S. Paulo	
01	Ao transcrever o artigo de Segundo Galileia, traduzido e publicado	
02	pelos "Cadernos do Oeas", pretendemos oferecer aos leitores algumas lin	
03	has de reflexão sobre a problemática da Igreja na América Latina. De al	
04	guma maneira, as preocupações do autor estarão em presentes na assemble	
05	do Calam que começa ^{segunda-feira, 29,} em em Porto Rico.	
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		

10/mar 18cc/ SP 900
M18 OSP 9027

S.A. O ESTADO DE S. PAULO		No primeiro caso da codificação, indique corpo e coluna; no segundo, a fonte. Certo só nos furos 10 e 11 e 13. Certo ou negativo, marque A depois do número da linha.				
CÓDIGO	PAG.	RETR. DE REDAÇÃO	RETR. DE LIBERAÇÃO	EDITORIA	REDATOR	LAUD
10/18cc	18cc					A
<p>1 Uma das grandes linhas de força da Conferência dos bispos latino- 2 americano-americanos em Medellín é a de assumir o processo de libertação 3 de seus povos e comprometer-se nela. Com isso a presença da Igreja 4 recupera sua autêntica dimensão socio-política, obscurecida 5 nas últimas décadas. A partir da descoberta do homem latino-ame- 6 ricano explorado, a pastoral redescobre sua dimensão profética, 7 em defesa do plano de Deus em relação ao homem.</p> <p>8 Este compromisso profético-pastoral da Igreja na libertação su- 9 põe uma análise da realidade; não se identifica, porém, com ne- 10 nhuma ciência positiva ou ideologia. O compromisso cristão parte 11 da exigência da fé comprometida, e não de uma ideologia. Supõe 12 uma visão da realidade de exploração, injustiça, subdesenvolvimento 13 e aspirações frustradas, que caracteriza hoje o Continente, e a 14 qualificação teológica e cristã deste fato como "estado de pecado" 15 e "violência institucionalizada" (este termo aparece pela primei- 16 ra vez num documento oficial), Pecado e violência sociais são um 17 apelo à Igreja para que se solidarize com os pobres e "pequenos", 18 e trabalhe por sua libertação do pecado social que os oprime.</p> <p>19 Esta tarefa - que não é a única que a Igreja latino-americana de- 20 ve enfrentar, ainda que seja uma das mais importantes e urgentes -</p>						

Lida 18cc / Corpo 10 / SP900

S.A. O ESTADO DE S. PAULO						
No primeiro item de codificação, indique corpo e coluna, no segundo, o tema. Grife os nos finais 11 e 13. Grife ou negrite, sempre A depois do número do item.						
CODIGO	PAS.	RETR. DE REDAÇÃO	RETR. DE LIBERAÇÃO	EDITORIA	REDATOR	LAUDA
(ade) φ @ φ						2

LIBERADO

S. Paulo, 1/19

1 é expressa pelo termo "compromisso pela libertação".

2 O termo - e o tema - da libertação é utilizado pela primeira vez

3 num documento da Igreja e desde então pode ser considerado ele-

4 mento específico da reflexão e do empenho dos cristãos latino-

5 americanos. Na verdade, o termo não é ainda predominante nos do-

6 cumentos, de onde pode ser notada uma evolução que se completa-

7 rá no vocabulário cristão posterior à conferência.

8 Medellín, em linha direta com a "Populorum Progressio", refe-

9 re-se frequentemente ao "desenvolvimento integral". Na mesma li-

10 nha "desenvolvimento integral" é praticamente sinônimo de "liber-

11 tação", em seu sentido cristão. ^{há} Na mesma conferência, há uma tenê-

12 dência crescente a usar o termo "libertação", mais rico, mais

13 em consonância com a mensagem do Novo Testamento, ^{há} mais humanis-

14 ta, e portanto, com menor conotação sócio-econômica do que "de-

15 senvolvimento integral". No último documento redigido na Confe-

16 rência o termo "libertação" aparece quatro vezes.

17 Não só o conceito de "libertação" tem sua fonte eclesial em

18 Medellín. Daí começou uma reflexão teológica que deu origem à

19 teologia da libertação, chamada a ser na década de 1970 a tec-

20 nologia própria da América Latina. Nela encontra seu lugar de sih-

Corpo da medida 18cc / SP900

S.A. O ESTADO DE S. PAULO						
No primeiro caso de confusão, indique corpo e número, no segundo, a fonte. Grife as fontes 10 e 12 negrite as fontes 11 e 13. Grife ou negrite, marque A depois do número do item.						
CODIGO	PÁG.	RETR. DE REDAÇÃO	RETR. DE LIBERAÇÃO	EDITORIA	REDATOR	LAUDA
<i>ada</i>	<i>4</i>	<i>4</i>				3
<p>1 tese a evangelização e o compromisso social. Procura-se igualmen-</p> <p>2 te um encontro entre a soteriologia e a "teologia política" latino-</p> <p>3 americana, superando todo dualismo e conservando ao mesmo tempo</p> <p>4 a autonomia do sócio-político e a transcendência da salvação.</p> <p>5 A teologia da libertação é sinal de um novo momento na História</p> <p>6 da Igreja da América Latina. Apresenta-se com a originalidade de</p> <p>7 induir, como inerente, uma reflexão sobre a conjuntura histórica</p> <p>8 latino-americana . Distancia-se assim ^{das} das escolas européias e é</p> <p>9 a primeira a ser especificamente latino-americana, por dupla ra-</p> <p>10 zão: porque seu conteúdo é a realidade particular da América</p> <p>11 Latina, e porque em seu método inclui, como ponto de partida, uma</p> <p>12 análise desta realidade realizada com o auxílio das ciências</p> <p>13 sociais.</p> <p>14 Tanto a análise como as ciências sociais não constituem o</p> <p>15 específico da teologia da libertação, que como toda teologia</p> <p>16 é formalmente uma reflexão sobre a fé. São seu ponto de parti-</p> <p>17 da e sua "matéria-prima", enquanto a teologia, reflexão-da-fé,</p> <p>18 tem como missão, não só refletir sobre a revelação de Deus que</p> <p>19 se exprime na palavra, como também sobre a revelação de Deus que</p> <p>20 se manifesta nas realidades históricas.</p>						

300/midida 18cc/corpo 10

S.A. O ESTADO DE S. PAULO		No primeiro verso da codificação, indique corpo e volume, no segundo, a folha. Grife as duas formas 10 e 12. Grife as duas formas 11 e 12. Grife as duas formas 11 e 12. Grife as duas formas 11 e 12. Grife as duas formas 11 e 12.				
CODIGO	PAG.	RETR. DE REDAÇÃO	RETR. DE LIBERAÇÃO	EDITORIA	REDATOR	LAUS
(2) φ (2) φ						4
<p>1 Sem esgotar as tarefas atuais da teologia, a teologia da liber- 2 tação acentua uma de suas formas mais urgentes na América Latina: 3 a reflexão sobre a experiência da fé dos cristãos e das comunida- 4 des cristãs, na atual situação dos povos do continente, com rela- 5 ção à evangelização.</p> <p>6 Em seu estado atual, a teologia da libertação não é uma escola, 7 mas uma corrente com várias direções e ênfases em desenvolvimen- 8 to. Para poder identificá-la e avaliar com justiça, é preciso 9 distinguir, entre o material considerável produzido nos últi- 10 mos cinco anos - muito poucos livros, mas muitos artigos e do- 11 cumentos -, o que é propriamente temática teológica, e a refle- 12 xão de cristãos em torno da libertação sócio-política. Esta úl- 13 tima não é teologia da libertação, ainda que seja o material que 14 alcança maior publicidade, sendo constituído em boa parte 15 por documentos e manifestos de cristãos e sacerdotes "comprome- 16 tidos". A confusão de ambos os níveis, o dos teólogos da liber- 17 tação e o dos cristãos e sacerdotes "comprometidos" como refle- 18 xão sócio-política ou denúncias proféticas, tem prejudicado a 19 própria teologia da libertação, tornando-a objeto de críticas 20 que não lhe competem, ou dando a impressão de reduzi-la ao polí-</p>						

C/ CORTE

LIBERADO
S. Paulo
1/10

nos com

corpo 10/med. 18cc/SP900

S.A. O ESTADO DE S. PAULO		No primeiro dia da codificação, indique corpo e coluna; no segundo, a fonte. Grife só nas fontes 10 e 12; grife só nos fontes 11 e 13. Grife no grifo; marque A depois do número do fonte.				
CODIGO	PAG.	RETR. DE REDAÇÃO	RETR. DE LIBERAÇÃO	EDITORIA	REDATOR	LAUDA
10	1					5
<p>1 tico, sem suficiente dimensão teológica e pastoral.</p> <p>2 As correntes da teologia da libertação diferenciam-se por acentua-</p> <p>3 tuarem alguns temas ou outros. Em alguns casos acentuam-se mais</p> <p>4 os aspectos conjunturais e sócio-políticos; em outros autores a</p> <p>5 preocupação dominante é para os temas bíblicos e propriamente re-</p> <p>6 ligiosos. Para alguns, a teologia da libertação seria uma apli-</p> <p>7 cação da "teologia da salvação"; para outros o ponto de partida</p> <p>8 é a atual realidade popular latino-americana, ea teologia da</p> <p>9 libertação torna-se a expressão de nossa "teologia política".</p> <p>10 Em todo caso, não há verdadeira teologia da libertação sem en-</p> <p>11 contro entre a libertação cultural, social, política, econômica</p> <p>12 e religiosa, e a salvação em Jesus Cristo.</p> <p>13 A teologia da libertação parte de três pressupostos, que con-</p> <p>14 figuram a atual conjuntura latino-americana: a situação de sub-</p> <p>15 desenvolvimento e injusta dependência na qual se encontram as</p> <p>16 maiorias; a interpretação cristã deste fato como "situação de</p> <p>17 pecado"; a conseqüente exigência para os cristãos e a missão</p> <p>18 pastoral da Igreja de trabalhar e comprometer-se a fim de su-</p> <p>19 perar tal situação.</p> <p>20 O primeiro pressuposto é o da dependência injusta como uma</p>						

copio 10 / medida 18 / SP900

S.A. O ESTADO DE S. PAULO		No primeiro caso de codificação, indique corpo e coluna no segundo, o forte. Grife as três formas 10 nagrisa só nas formas 11 e 12. Grife ou nagrisa, marque A depois do número do forte.					
CODIGO	PAG.	RETR. DE REDAÇÃO	RETR. DE LIBERAÇÃO	EDITORIA	REDATOR	LAU	
2	4	4				6	
<div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="border: 2px solid red; padding: 5px; transform: rotate(-5deg); font-weight: bold; color: red;">C/ CORTE</div> <div style="border: 2px solid red; padding: 5px; transform: rotate(-5deg); font-weight: bold; color: red;">LIBERADO</div> </div>							
1	das causas essenciais - não a única - da miséria de nossos povos.						
2	Esta dependência, em traços mais evidentes, é sócio-econômica, po-						
3	rém, mais profundamente, é também política e sobretudo cultural.						
4	A teologia, em seu ponto de partida, assume este fato da depen-						
5	dência. Não assume uma forma determinada de analisar esta situa-						
6	ção, nem se liga a tal ou qual interpretação ideológica do fato da						
7	dependência ("teorias da dependência", alguns marxistas, outras não.)						
8	A teologia parte do fato e não de uma teoria da dependência. Isso						
9	permitir-lhe-á, em sua posterior elaboração, evitar a cilada de						
10	uma teologia "ideologizada", e manter seu nível profético, den-						
11	tro do qual cristãos de diversas opções ideológicas poderão en-						
12	contrar-se. Pelo contrário, aquelas elaborações teológicas em						
13	torno da libertação que desde o começo, assumiram uma determi-						
14	nada análise e opção sócio-política, não puderam evitar "ideoc-						
15	logizar-se" e transformar-se numa "teologia justificativa" de						
16	partidos tomados.						
17	O segundo pressuposto é o de interpretar esta realidade injus-						
18	ta como situação de pecado. Quer dizer, vai além do reconhecer						
19	nessas situações violações aos direitos humanos (em que os cris-						
20	tãos coincidiriam com todos aqueles que no mundo atual buscam						

Corpo 10/med 18cc/ SP900

S.A. O ESTADO DE S. PAULO		No primeiro caso de codificação, indique corpo e coluna; no segundo, o folio. Grife as folhas 10 e 11, grife as nas folhas 11 e 12. Grife do grife, marque A depois do número do folio.				
CODIGO	PAG.	RETR. DE REDAÇÃO	RETR. DE LIBERAÇÃO	EDITORIA	REDATOR	LAUDA
(10)	10					7

a verdadeira justiça); o crente vê nisso igualmente uma ofensa
 a Deus e a seu plano de amor. Trata-se de uma realidade que to-
 ca o Senhor mesmo. Esta tomada de consciência de que o pecado
 se cristaliza nas estruturas sociais, econômicas, políticas e
 culturais injustas, ainda que a responsabilidade desse não recaia
 nas pessoas mas na sociedade, é uma contribuição típica da
 teologia da libertação. Tal é também o fato de colocar a rea-
 lidade do "pecado", tão tradicional no cristianismo, no ponto
 de partida da reflexão teológica. Deduzimos disso que sua in-
 tenção é profundamente apostólica, estando as conotações sócio-
 políticas em referência a esta condição de pecado e a realidade da
 salvação que Cristo nos traz.

Daí o terceiro pressuposto desta teologia: Chamar os cristãos
 e a Igreja a trabalhar e assumir o processo libertador em to-
 das as suas dimensões.

A partir destes pressupostos são elaborados os temas-chave
 da teologia da libertação. Os temas bíblicos tradicionais, que
 revelam a ação de Deus para salvar o homem, são reinterpretados
 em vista da realidade latino-americana. A tarefa fundamental
 assumida é explicar a relação intrínseca que existe no plano

Corte 10/med. 18cc/SP 900

S.A. O ESTADO DE S. PAULO		No primeiro caso da publicação, indique corpo e colunas, no segundo, página. Grife as linhas 10 e 11 no texto e nas linhas 11 e 13. Grife no texto, marque A depois do número da linha.				
CÓDIGO	PÁG.	RETR. DE REDAÇÃO	RETR. DE LIBERAÇÃO	EDITORIA	REDATOR	LAUDA
2	4					
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						

de Deus entre a libertação sócio-política, econômica, cultural e a salvação escatológica em Jesus Cristo.

Os temas teológicos desta explicitação são bem característicos: relação entre criação e salvação e, portanto, entre humanização, desenvolvimento, libertação e salvação escatológica; a esperança como a certeza da vinda do Reino escatológico, cujos valores e condições devem ser antecipadas nas sociedades; a história da salvação e a história profana, como única história, de tal maneira que a salvação se opera nos atuais processos históricos latino-americanos. Nestes processos a libertação do pobre aparece como um desafio privilegiado. O serviço prestado ao pobre por amor é uma forma de encontrar ^o salvador com o Senhor, a partir da parábola do juízo final (Matt 25,30). Por fim o estabelecimento da justiça temporal como sinal profético do cumprimento das promessas de Deus, e do fato que o Reino já está entre nós.

A temática teológica do Deus Libertador que se antecipa nos sinais precários da libertação sócio-política e cultural é muito ampla, e ainda deve ser completa e aprofundada. Adverte-se também um pluralismo, seja pelo fato de alguns temas

corpo 10 / med. 18cc / SP900

S.A. O ESTADO DE S. PAULO						
No primeiro dígito da codificação, indica-se o cargo e o curso, no segundo, o fato. Orito só nas folhas 10 e 11 e no registro só nas folhas 11 e 12. Orito de registro, marca A depois do número do fato.						
CODIGO	PAG.	RETR. DE REDAÇÃO	RETR. DE LIBERAÇÃO	EDITORIA	REDATOR	LAUDA
2	4	2				9

prevalerem sobre outros, como pelo fato de se introduzirem outros temas de perspectivas mais global, como o do Exodo e sua interpretação político-religiosa, já insinuada em Medellin.

A teologia da libertação ^{com} em suscitado críticas e oposições, na América Latina e no exterior. Não parece fácil avaliar estas críticas, nem apreciar sua legitimidade e contribuições. Causas e objetos da crítica são complexos e de qualificação desigual. São necessárias várias distinções.

Em primeiro lugar, já notamos que a teologia da libertação não é uma escola uniforme, mas uma corrente pluralista, dentro do marco básico que temos apresentado sumariamente. Uns privilegiam mais os aspectos religiosos, outros os temporais (especialmente políticos e culturais) da libertação. Nisso há uma fonte de confrontação que me parece positiva e que está permitindo um aprofundamento das diversas formas de libertação. Em segundo lugar, muitas vezes as críticas dirigem-se a objeto inadequado. Já mencionamos a distinção que se deve fazer entre os escritos propriamente teológicos - não mais de 4 ou 5 livros - e a abundante documentação em torno da temática sócio-política da libertação.

Este material não pode ser tomado como representativo da atual

origem 10/med 18 cc / SP 900

S.A. O ESTADO DE S. PAULO						
No presente caso de codificação, indique tempo e volume, no seguinte, a fonte. Copie-se nos formulários 10 e 12, registre-se nos formulários 11 e 13. Confira no original, marque A depois do número do formulário.						
CODIGO	PAG.	RETR. DE REDAÇÃO	RETR. DE LIBERAÇÃO	EDITORIA	REDATOR	LAUDA
2	4					10
<p>teologia latino-americana. Por sua mesma natureza, são documentos que tem elementos mais espontâneos que científicos, baseados em apreciações conjunturais e por isso mesmo, em certa medida, discutíveis. Muitos críticos e apositores não distinguem e o que criticam na realidade são documentos políticos acerca da libertação. Isso tudo gera grande confusão, especialmente entre aqueles que olham a América Latina no exterior. Coloca-se, por exemplo, ao mesmo nível o documento final da reunião de Cristãos para o Socialismo (Santiago, abril, 1972), que não possui enfoque teológico, e a teologia da libertação de G. Gutiérrez.</p> <p>Em terceiro lugar, esta confusão de níveis repercutiu sobre o mesmo conceito de libertação. Antes vimos se sentido cristão, a partir da Conferência de Medellín, e o sentido que utilizam nossos teólogos. Muitos críticos, sob o influxo, talvez, da documentação pseudo-teológica que mencionamos, pensam que libertação implica uma redução da teologia à política.</p> <p>Em quarto lugar, devemos reconhecer que existe uma teologia da libertação de tendências "ideologizadas" por assumir desde o início certa análise ideológica da realidade ou tal teoria da dependência. A teologia perde assim as características "católicas"</p>						

Cópia 10/med/8cc/SP900

S.A. O ESTADO DE S. PAULO						
No primeiro verso da classificação, indique cargo e coluna, assegurando, a fonte. Confira as nos formas 10 e 11 registradas nos itens 11 e 12. Confira no registro, marque A depois do número da fonte.						
CODIGO	PAG.	RETR. DE REDAÇÃO	RETR. DE LIBERAÇÃO	ENTRADA	REDATOR	LAUDA
2	φ	φ				11
<div style="border: 1px solid red; padding: 5px; display: inline-block; margin: 5px;">CI CORTE</div> <div style="border: 1px solid red; padding: 5px; display: inline-block; margin: 5px; margin-left: 20px;">LIB</div>						
1	e passa a interpretar só os cristãos revolucionários ou de certa					
2	ideologia de esquerda. Neste nível as críticas são válidas, a com- COM A					
3	dição que visem esta corrente limitada e que não englobem em seu					
4	juízo toda a teologia da libertação. Em quinto lugar, nesta mes-					
5	ma linha, a tendência "ideologizada" manifestou-se na utilização					
6	de categorias marxista, ^{1.071} na sua concepção da libertação, da depen-					
7	dência, do compromisso libertador, do político, etc. Esta ten-					
8	dência, muito limitada, ^{1.072} levanta em muitos a suspeita global:					
9	que a teologia da libertação esteja infiltrada de marxismo,					
10	que tenda para o "horizontalismo", para a politização, para o					
11	humanismo puramente temporal.					
12	Inútil dizer que estender esta crítica à teologia da liberta-					
13	ção é injusto. Não há teólogo sério e representativo do atual					
14	VETADO					
15	pensamento cristão na América Latina que esteja nesta linha. Já					
16	dissemos acima que as grandes linhas da teologia da libertação					
17	partem de Medellín, estão orientadas principalmente para a evange-					
18	lização - não para a política - e fazem referência essencial ao					
19	pecado e à salvação integral de Jesus Cristo.					
20	Parece-me portanto que boa parte da oposição atual a teologia					
	da libertação nasce de uma fundamental "ignorantia elenchi" e de					

10/10 / med. Vice / SP900

S.A. O ESTADO DE S. PAULO No primeiro caso de modificação, indique corpo e coluna, no segundo, a fonte. Grife as linhas 10 e 11 grife as fontes 11 e 12. Grife no negativo, marque A depois do número da fonte.

CODIGO	PAG.	RETR. DE REDAÇÃO	RETR. DE LIBERAÇÃO	EDITORIA	REDATOR	LAUDA
101	10					13

1 da Igreja que os eventuais desvios, ou "perigos" da teologia da
 2 libertação.
 3
 4
 5
 6
 7
 8
 9
 10
 11
 12
 13
 14
 15
 16
 17
 18
 19
 20

C/ CORTE **LIBERADO**